

# **Relatório de Atividades**

**2014**



## **BIÊNIO 2013/2015**

### **Diretor**

Ministro João Oreste Dalazen

### **Vice-Diretora**

Ministra Kátia Magalhães Arruda



## APRESENTAÇÃO



Não existe exercício independente da jurisdição sem magistrados **permanente e adequadamente capacitados**. A preparação intelectual constante, realizada mediante o percurso de um **itinerário formativo sólido e planejado**, constitui o alicerce sobre o qual se constrói a difícil e exigente carreira dos magistrados do trabalho. Para entregar **a pronta, suficiente e apropriada resposta** à sociedade a que servem, torna-se mister que seus Juízes se encontrem cada vez mais **atualizados e preparados**.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), instituição à qual a Constituição atribuiu o dever de organizar a formação dos magistrados do trabalho, desenvolveu suas atividades, no ano de 2014, em três principais vertentes, que constituem seu foco de atuação, a saber:

- Formação Inicial
- Formação Continuada
- Formação de Formadores

Com base nos dados apresentados no relatório, pode-se verificar que a ENAMAT desenvolveu suas ações no decorrer do ano que ora se encerra de maneira dinâmica e intensa, buscando oferecer aos Magistrados da Justiça do Trabalho oportunidades para sua formação e atualização, que, conseqüentemente, se traduzirão em benefício ao jurisdicionado e à sociedade.

Em 2014, os Cursos de Formação Inicial (CFI), em nível nacional, destinado a Juízes recém-ingressados na magistratura trabalhista, que constitui essencial competência da ENAMAT, foram realizados em duas edições (16.º e 17.º CFI), contemplando o total de 117 magistrados capacitados.

Na programação dos dois cursos, procurou-se manter a ênfase na maior carga horária para laboratórios judiciais, em que os Alunos-Juízes tiveram a oportunidade de aprendizagem de forma prática nas oficinas de conciliação, instrução e decisão judicial trabalhista, assim como nos estágios supervisionados em sessões de órgãos judicantes do TST, STF e Varas do Trabalho da 10.ª Região (DF).

As aulas de caráter teórico desenvolveram-se em torno de disciplinas específicas ao exercício da função jurisdicional, mediante o concurso de professores altamente qualificados, entre os quais Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça, Desembargadores do Trabalho e da Justiça Comum, Juízes do Trabalho, professores e pesquisadores universitários.

Na 17.ª edição, a turma de Alunos-Juízes do Curso de Formação Inicial integrou-se à programação do Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil, oferecido como fase da Formação Continuada. Tal aproveitamento deveu-se à oportunidade do debate de conteúdos específicos do tema responsabilidade civil, que sempre fizeram parte do programa de Formação Inicial. Em dois dias de atividades, os alunos ouviram os melhores e mais importantes estudiosos da matéria na contemporaneidade e debateram com eles diversas questões.

Quanto à Formação Continuada, a ENAMAT incrementou a promoção de cursos presenciais, com vistas ao aperfeiçoamento dos magistrados vitalícios, oferecendo sete cursos com temas de interesse da magistratura e voltados para questões importantes da atualidade, o que culminou com a capacitação de 588 Alunos.

Por constituírem temas que auxiliam na atualização de profissionais que trabalham na área-fim do Tribunal Superior do Trabalho, foram abertas à participação de servidores da Corte as seguintes atividades de Formação Continuada: Simpósio: O Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho e Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil, providência que permitiu a participação de mais de 140 servidores ligados à atividade-fim do TST. Do Ministério Público do Trabalho, dada a importância do assunto na atualidade, tomaram parte da primeira das atividades referidas 33 Procuradores em fase de formação inicial.

A ENAMAT promoveu, ainda, na Formação Continuada, um curso semipresencial, conjugando aulas presenciais e à distância, sobre Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho, com 35 Alunos-Magistrados.

A Formação Continuada, na modalidade à distância, alcançou o total de 763 alunos, que participaram de 6 cursos inteiramente preparados pela ENAMAT, após contratação de conteudistas especializados nos assuntos que foram tratados, utilizando-se a plataforma Moodle, com atividades interativas na ferramenta Fórum.

Dois novos cursos agregaram-se ao já bem aparelhado banco de cursos da ENAMAT, em 2014: A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho e Relacionamento da Justiça com a Mídia. O primeiro constituiu desdobramento das atividades institucionais do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, iniciadas em 2012, em prol da erradicação do trabalho infantil. O segundo atende à crescente demanda social de manifestações dos magistrados, em todos os graus de jurisdição, sobre os mais diversos assuntos de interesse do público.

A esta altura, ganha corpo, com lançamento previsto para o início do ano de 2015, curso à distância sobre a tormentosa e atormentadora problemática das perícias médicas em processos trabalhistas. Com base no profícuo trabalho desenvolvido no âmbito da ENAMAT, corolário do programa Trabalho Seguro, de prevenção de acidentes de trabalho, reuniu-se um grupo de médicos, peritos e magistrados do trabalho para elaboração do conteúdo teórico.

Na totalidade, ao longo de 2104, foram atendidos 1.385 magistrados em Formação Continuada.

Noutra área fundamental da Escola, a de Formação de Formadores, contabilizou-se a participação de 98 Alunos em três cursos executados nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Tal formação proporcionou a qualificação dos magistrados-professores com a qualidade requerida para propiciar com eficiência e eficácia a difusão dos conhecimentos adquiridos. O objetivo dessa área de atuação corresponde ao propósito de preparar professores, não só para ministrar cursos de iniciativa da ENAMAT, mas também para se tornarem agentes multiplicadores dos conteúdos na formação levada a efeito regionalmente, nas Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do País.

A ENAMAT, considerando a relevância do intercâmbio e da integração com instituições e organismos internacionais, que visam à troca de experiências na área da formação de magistrados do trabalho, manteve e fortaleceu seus laços com entidades parceiras, mediante diversos acordos de cooperação, tais como a Rede Iberoamericana de Escolas Judiciais (RIAEJ), a Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT), a Escola Nacional da Magistratura da França (ENM), o Centro de Estudos Judiciários de Portugal (CEJ), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judicial da Espanha.

No âmbito dos acordos de cooperação, denotam-se com o devido destaque as ações de formação concretizadas entre a ENAMAT e a Escola Judicial da Espanha – por meio da realização do Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Brasil, realizado em Barcelona – e a ENM francesa, com apoio da Embaixada da França no Brasil e da Escola Judicial da 1.<sup>a</sup> Região – quando se promoveu o III Curso Interinstitucional de Formação de Formadores, na cidade do Rio de Janeiro.

A Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judicial da Espanha, situada em Barcelona, recebeu os diretores de todas as Escolas Judiciais, em atividade exclusivamente desenvolvida para seu atendimento. Durante uma semana de trabalho, além de visitas a unidades judiciárias espanholas e ao Centro de Estudos Judiciários, os alunos puderam conhecer de perto os métodos de formação de magistrados aplicados por aquela excelente Escola.

No Rio de Janeiro, para o III Curso Interinstitucional de Formação de Formadores, reuniram-se 25 magistrados do trabalho, sob a coordenação das magistradas-instrutoras francesas, para conhecimento e aprofundamento nas técnicas e ferramentas pedagógicas adequadas à educação continuada de Juízes.

Salientam-se, ainda, as duas bolsas de estudo ofertadas pela ENM–França para que magistrados do trabalho brasileiros participassem do Curso de Investigação Econômica e Financeira, em Paris, e as visitas recebidas pela Direção da ENAMAT de Juízes dessa mesma instituição francesa, a título de intercâmbio.

O Conselho Consultivo da ENAMAT, formado por três Ministros do TST, dois Desembargadores do Trabalho e um Juiz Titular de Vara do Trabalho, reuniu-se por quatro vezes no decorrer do ano para, em conjunto com a Direção da ENAMAT, examinar e delinear as diretrizes de formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho.

Para articulação dos processos de gestão das Escolas Judiciais, o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho reuniu-se uma vez na sede da ENAMAT, em Brasília, com a participação dos Diretores dessas Escolas. Para aproximação dos integrantes do Sistema, alguns dos Ministros integrantes do Conselho Consultivo da ENAMAT implementaram visitas institucionais técnicas a Escolas Judiciais.

No plano normativo, a ENAMAT promoveu a instituição de regras para melhor regulamentar a realização de cursos de capacitação promovidos por instituições alheias ao Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho; o credenciamento nacional de cursos; e os convênios interinstitucionais.

A ENAMAT esteve presente, ainda, em eventos promovidos por outras entidades, nos quais os temas tratados carregaram aportes significativos para as respectivas áreas de trabalho, como o Seminário: Diálogos sobre Justiça; o II Encontro Nacional sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, em que houve exposição sobre a modalidade de educação à distância, conduzida por representante desta Escola Nacional; e o Congresso Internacional sobre Educação à Distância.

Com o propósito de ampliar o universo de magistrados atingidos pelas atividades de ensino, um dos marcos mais expressivos alcançados em 2014 estruturou-se em três frentes. De um lado, as atividades presenciais de Formação Continuada realizadas em Brasília passaram a ser transmitidas ao vivo para as 24 Escolas Judiciais, por meio da Internet; de outro, essas mesmas atividades, gravadas em áudio e vídeo, integram o acervo permanente da TV ENAMAT – canal especializado da Escola Nacional na Internet, acessível por meio do sítio [www.enamat.jus.br](http://www.enamat.jus.br) – e armazena-se idêntico conteúdo, devidamente transcrito, na Biblioteca ENAMAT, igualmente disponível na rede mundial de computadores. Além dos alunos que comparecem às atividades presenciais, portanto, as atividades de aprendizagem tendem a atingir centenas de outros magistrados, com resultados mais substantivos na execução dessa incumbência da Escola Nacional.

É inegável o permanente e sistemático crescimento das atividades da ENAMAT na busca de cumprir com a competência que lhe foi atribuída pela Constituição de formar e aperfeiçoar os magistrados do trabalho para que a sociedade obtenha, como consequência, excelência na jurisdição da Justiça do Trabalho. O compromisso da Escola Nacional com os magistrados do trabalho é o que possibilita tomar decisões cada vez mais capazes de aprimorar o sistema e ampliar tanto a abrangência dos conteúdos dedicados à formação quanto o alcance dessa formação em âmbito nacional para a democratização dos conhecimentos específicos e necessários à prestação jurisdicional. Não pode ser diferente a conclusão, a partir dos elementos do presente relatório, observada a trajetória da ENAMAT desde a sua criação em 2006.

Cabe ressaltar que o trabalho realizado e os excelentes resultados alcançados, com o total de 1600 magistrados atendidos nos cursos promovidos pela Escola Nacional, constituem frutos da união dos profissionais vinculados à Justiça do Trabalho, à disponibilidade competente dos membros do Conselho Consultivo da ENAMAT e da dedicação intensa dos servidores da Instituição, o que contribuiu decisivamente para a materialização dessa grandiosa tarefa de atender à missão da Escola Nacional, assim traduzida:

*“Proporcionar aos Magistrados do Trabalho formação profissional de conteúdo tecnicamente correto, eticamente humanizada, orientada para a defesa do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos”.*

**Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN**

Diretor da ENAMAT



**ONDE A JUSTIÇA VAI À ESCOLA**



# SUMÁRIO

Composição .....	15
Formação Inicial.....	17
16.º Curso de Formação Inicial .....	18
17.º Curso de Formação Inicial .....	100
Formação Continuada .....	179
Modalidade Presencial.....	179
Modalidade Semipresencial .....	237
Modalidade de Educação à Distância.....	242
Formação de Formadores.....	255
Modalidade Presencial.....	256
Modalidade Semipresencial .....	260
Modalidade de Educação à Distância.....	264
Convênios.....	267
Conselho Consultivo .....	285
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho .....	293
Atos Normativos da ENAMAT .....	297
Visitas Institucionais .....	311
Visitas Técnicas e Palestras Realizadas.....	311
Visitas Recebidas.....	322
Outros Eventos .....	325
Comunicação Social.....	329
Tecnologia da Informação .....	333
Orçamento.....	335
Tabelas e Gráficos .....	337

Equipe da ENAMAT.....	365
Colaboradores da ENAMAT.....	367

# COMPOSIÇÃO

## DIREÇÃO DA ENAMAT – BIÊNIO: 2013/2015



*Ministro João Oreste Dalazen  
Diretor da ENAMAT*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda  
Vice-Diretora da ENAMAT*



*Ministro Lelio Bentes Correa  
Conselheiro da ENAMAT*



*Ministro Luiz Philippe Vieira de  
Mello Filho  
Conselheiro da ENAMAT*



*Ministro Augusto César Leite  
de Carvalho  
Conselheiro da ENAMAT*



*Desembargador André Genn de  
Assunção Barros  
TRT da 6.ª Região  
Conselheiro da ENAMAT*



*Desembargadora Flávia Simões  
Falcão  
TRT da 10.ª Região  
Conselheira da ENAMAT*



*Juiz do Trabalho Marcos  
Neves Fava  
TRT da 2.ª Região  
Conselheiro da ENAMAT*



## FORMAÇÃO INICIAL

A ENAMAT tem como objetivo promover a formação e o aperfeiçoamento dos Juízes do Trabalho, que necessitam de formação profissional específica e atualização contínua. Os Cursos de Formação Inicial – Módulo Nacional são realizados, de forma presencial, em sua sede, em Brasília, e dirigidos aos Juízes do Trabalho Substitutos recém-empossados, com a finalidade de proporcionar o conhecimento profissional teórico e prático para o exercício da Magistratura e como requisito ao vitaliciamento.

### CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL – ENAMAT/2014

Curso de Formação Inicial	Data de Realização	Nº de Alunos
16.º CFI	5 de maio a 6 de junho de 2014	57
17.º CFI	10 de novembro a 12 de dezembro de 2014	60

Fonte: ENAMAT

#### TOTAL DE ALUNOS

16.º e 17.º CFI: 117

## 16.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

5 de maio a 6 de junho de 2014



*Foto Oficial do 16.º Curso de Formação Inicial*

Participaram do curso 57 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 1.ª Região (1 Juíza)
- 2.ª Região (34 Juízes)
- 4.ª Região (1 Juíza)
- 8.ª Região (10 Juízes)
- 11.ª Região (1 Juiz)
- 15.ª Região (1 Juiz)
- 16.ª Região (4 Juízes)
- 21.ª Região (1 Juíza)
- 22.ª Região (2 Juízes)
- 23.ª Região (2 Juízes).

## Cerimônia de Abertura



*Mesa de Honra do 16.º Curso de Formação Inicial*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro João Oreste Dalazen, conduziu, no dia 5 de maio, a cerimônia de abertura do 16.º Curso de Formação Inicial, que contou com a participação de 54 Alunos-Juizes.

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, compôs a mesa de honra, ladeado pelo Vice-Presidente do TST, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e pela Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda. O evento foi prestigiado por diversos Ministros da Casa.

O Diretor da ENAMAT deu as boas-vindas aos alunos, e destacou a importância dos cursos de Formação Inicial e Formação Continuada para os Juízes que ingressam na magistratura trabalhista. Segundo ele, atualmente, os últimos cursos promovidos pela Escola dão mais ênfase às matérias voltadas para os direitos humanos e psicologia judiciária e, atendendo a propostas de Juízes que já participaram de cursos anteriores, reservam mais tempo para os laboratórios e práticas judiciais.

O Ministro observou que, ao contrário do que se possa pensar, o Curso de Formação Inicial não é uma extensão universitária, mas sim um curso promovido com a finalidade de ensinar a ser Juiz. *“O conhecimento técnico-jurídico ostentado quando da aprovação no concurso público não basta para o exercício da magistratura. Primeiro, porque o espinhoso ofício de julgar não se ensina nos bancos das faculdades; segundo, porque o direito é dinâmico e está em constante transformação, como decorrência das efervescentes e trepidantes mudanças econômicas, sociais e tecnológicas operadas na sociedade contemporânea”*, disse ele.

O Diretor da ENAMAT ressaltou a importância do atual momento de transição que se opera na Justiça do Trabalho, com a substituição dos autos em papel pelo Processo Judicial Eletrônico, e observou que este foi um dos tópicos especiais definidos para estudo pelos novos magistrados no 16.º CFI.



*Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT*

O Presidente do TST, Ministro Barros Levenhagen, que foi diretor da ENAMAT no Biênio 2009/2011, ressaltou que o CFI não pretende esgotar o mosaico de aprendizados: *“trata-se de um aprendizado contínuo, que leve o Juiz a se tornar um magistrado”*. Segundo ele, o magistrado difere-se do Juiz por demonstrar conhecimentos que transcendem a técnica, e por consequência, apresenta uma visão múltipla e consciente de suas decisões.

Ao registrar a importância dos cursos de formação, o Presidente lembrou que, ao ingressar na magistratura, em 1980, não tinha noção de como conduzir uma audiência, aprendendo por meio de observação da atuação dos magistrados mais experientes. *“Os cursos da ENAMAT, complementado pelos cursos dos TRTs, nos propicia uma visão mais rápida e com maior intensidade do que é ser Juiz”*, disse ele.

O Ministro Levenhagen destacou, ainda, a importância do Juiz de Primeiro Grau, como o termômetro que mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o Judiciário, exatamente pelo contato direto que ele tem com a sociedade. Por fim, ressaltou a importância da missão de julgar e dos requisitos essenciais ao bom Juiz: a vocação e a disponibilidade de servir.



*Ministro Ives Gandra Martins Filho, Vice-Presidente do TST*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT*



*Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, TST; Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Conselho da ENAMAT; e Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho*



*Alunos-Juízes do 16.º Curso de Formação Inicial*

## Aula Magna

### TEMA: O Mandado de Segurança no Processo do Trabalho

Conferencista:

Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno – Pontifícia Universidade Católica/SP



*Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, PUC/SP*

Mandado de Segurança no Processo do Trabalho foi o tema da Aula Magna proferida pelo professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, na abertura do 16.º Curso de Formação Inicial.

Cassio é professor-doutor de Direito Processual Civil nos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É Membro e Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual e da Associação Internacional de Direito Processual. Foi integrante da Comissão Revisora do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil no Senado Federal e participou dos encontros de trabalho de juristas sobre o mesmo Projeto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Atualmente com dedicação quase integral ao magistério e à produção de trabalhos científicos, o professor Cassio conta com 19 livros publicados e, segundo o Diretor

da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, é reconhecido como “*um dos mais destacados e proeminentes processualistas da nova geração*”.

Ao apresentar o tema o professor destacou tratar-se de assunto complexo e propôs uma série de reflexões sobre o mandado de segurança no âmbito da Justiça do Trabalho. Ele traçou um breve histórico sobre o surgimento da ação, falou sobre direito líquido e certo, *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança coletivo.

A palestra do professor Cassio foi prestigiada por Ministros do TST e servidores, além dos 54 Alunos-Juízes participantes do 16.º CFI. Ao final da explanação, os alunos puderam debater o tema e formular perguntas ao palestrante.



*Auditório da ENAMAT: Alunos-Juízes iniciam o 16.º CFI com Aula Magna*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT; Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; e Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno – PUC/SP, Conferencista*



*Alunos-Juízes participam da Aula Magna do 16.º CFI*



*Alunos-Juizes participantes do 16.º CFI assistem a Aula Magna*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, da PUC/SP, Conferencista, cumprimentam-se ao final da Aula Magna*

## **Atividade de Integração**

### **A Importância da Formação Profissional para os Magistrados (1 hora-aula)**

Competência: Apoiar a formação inicial e continuada para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

### **Os Deveres dos Juízes durante o CFI (1 hora-aula)**

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava,  
Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*



*Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Juiz Assessor do Diretor da ENAMAT, desenvolve atividade de integração com os Alunos-Juizes do 16.º CFI*

### **Apresentação da Escola (1 hora-aula)**

Tópicos:

- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo *Nacional*.
- Cronograma dos blocos presenciais e do bloco à distância (EAD-AI-PJe).
- Orientações sobre frequência e aproveitamento.
- Distribuição de material didático.
- Visita às instalações.
- Orientações sobre hospedagem.
- Orientações sobre transporte.
- Orientações sobre segurança.
- Orientações sobre refeições.
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

Instrutores:

Integrantes da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

## DISCIPLINAS E PROFESSORES

### ➤ Sistema Judiciário (3 horas-aula)

*O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional. Atributos do Magistrado do Trabalho Ideal*

Professor:

Ministro João Oreste Dalazen – Tribunal Superior do Trabalho e Diretor da ENAMAT



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, profere aula sobre O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional*



*Alunos-Juízes participam de aula relativa ao Juiz do Trabalho e ao exercício da função jurisdicional*

O 16.º Curso de Formação Inicial (CFI) foi marcado pela palestra *O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional*, proferida pelo Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro João Oreste Dalazen.

No auditório da ENAMAT, com a participação de 54 novos magistrados, o Diretor falou sobre os atributos essenciais ao Juiz. Disse que o julgador deve dotar-se de um cúmulo de virtudes para que conquiste a confiança da sociedade. Parafraseando um Secretário de Estado americano, o Ministro destacou que *“um bom Juiz deve, primeiro, ser honesto; segundo, possuir dose razoável de habilidade; terceiro, ter coragem; quarto, ser um cavalheiro; e, finalmente, se tiver algum conhecimento da lei, isto será um bom auxílio”*. A esses atributos ele somou a humildade.

O Diretor da ENAMAT explicou que tanto a honestidade quanto a habilidade são componentes de suma importância no exercício da magistratura. O primeiro está atrelado à independência do Juiz e o segundo à diplomacia, ao tato e ao uso correto da linguagem, na convivência diária com partes e advogados.

O uso correto da linguagem mereceu destaque na apresentação do Ministro Dalazen. Segundo ele, o estilo de redação a ser adotado pelo magistrado deve ser simples, direto e objetivo, reservando-se o uso do vocabulário jurídico apenas quando a tecnicidade o exigir.

Outra virtude enaltecida pelo Diretor foi a prudência. Para ele, trata-se de virtude cardinal, que deve sempre ser levada em conta no momento de julgar. “*É necessário que o Juiz tenha sabedoria para entender as consequências de suas decisões e sensibilidade social para que a outorga da prestação jurisdicional se dê de forma rápida e eficiente*”.

### ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Práticos das Ações Coletivas na Justiça do Trabalho*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*

Em sua exposição aos Alunos-Juízes do 16.º CFI, o Juiz Marcos Fava fez uma contextualização das ações coletivas na Justiça do Trabalho, tratou sobre os principais aspectos relacionados à evolução desse tipo de ação e explicitou questões relativas a resistências e competência, assim como abordou aspectos pontuais que envolvem discussões no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o tema focalizado.

Marcos Fava, Juiz Titular da 89ª Vara do Trabalho de São Paulo, é membro do Conselho Consultivo da ENAMAT no Biênio 2013/2015 e Assessor do Diretor da Escola Nacional. Formou-se em Direito pela USP, em 1991, e em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 1988. Obteve os títulos de Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP.

### ➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

*Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social*

Professora:

Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento – Coordenadora de Rádio e TV do Tribunal Superior do Trabalho



*Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento*

Como o Juiz deve se relacionar com a mídia? Como agir em tempos de crise? Como se preparar para entrevistas? Estas e outras questões foram esclarecidas pela Jornalista Patrícia Resende Nascimento aos Alunos-Juizes do 16.º CFI, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).



*Alunos-Juizes em aula sobre a sociedade e a mídia*

Patrícia é formada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB) e cursou algumas disciplinas na Universidade de Sevilha (Espanha). É Mestre em Jornalismo e Saúde pela Coventry University (Inglaterra).

Atualmente, atua como Coordenadora de Rádio e TV do TST e foi líder da equipe que estruturou o setor entre 2009 e 2010. Foi, também, a primeira assessora de Comunicação Social do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Ela trabalhou na Band News FM em Brasília, no Correio Braziliense, no Jornal de Brasília e no The Daily Telegraph (Londres).

A apresentação da Jornalista foi permeada por vídeos demonstrativos de como agir e como não agir diante das câmeras. Patrícia Resende falou sobre os diversos tipos de entrevistas, do funcionamento das redações, da importância das assessorias de imprensa e das principais dificuldades no relacionamento entre Juiz e repórter.

### ➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (3 horas-aula)**

- *Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho*
- *A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Orais*

Professor:

Desembargador do Trabalho Márcio Túlio Viana – Tribunal Regional do Trabalho da 3.<sup>a</sup> Região/MG

Durante a aula ministrada no 16.º CFI, Márcio Viana discutiu as questões alusivas aos poderes instrutórios e de direção processual do juiz do trabalho, assim como à psicologia do testemunho e o valor dos depoimentos orais, expondo os principais pontos teóricos e apresentando-os, ainda, numa perspectiva prática da atividade jurisdicional.

Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor de Direito do Trabalho na pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Doutor pela UFMG e Pós-Doutor junto às Universidades de Roma I e II, Márcio Túlio é autor e coordenador de inúmeros livros e artigos jurídicos.



*Desembargador do Trabalho Márcio Túlio Viana*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Indenização por Danos Morais no Processo do Trabalho: a Fixação do Valor Indenizatório e seus Problemas*

Professor:

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – Tribunal Superior do Trabalho



*Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, do TST*



*Alunos-Juízes participam da aula sobre indenização por danos morais no processo do trabalho*

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aplicação das Normas da OIT no Direito Brasileiro*

Professor:

Desembargador do Trabalho Carlos Roberto Husek – Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região

O Desembargador Husek é Mestre e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde atua como assistente do Departamento de Direito das Relações Tributárias, Econômicas, Internacionais e Comerciais da Faculdade de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. É também coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Direito Internacional e credenciado na Pós-Graduação de Relações Econômicas Internacionais.



*Desembargador do Trabalho Carlos Roberto Husek, Diretor da Escola Judicial do TRT da 2.<sup>a</sup> Região*

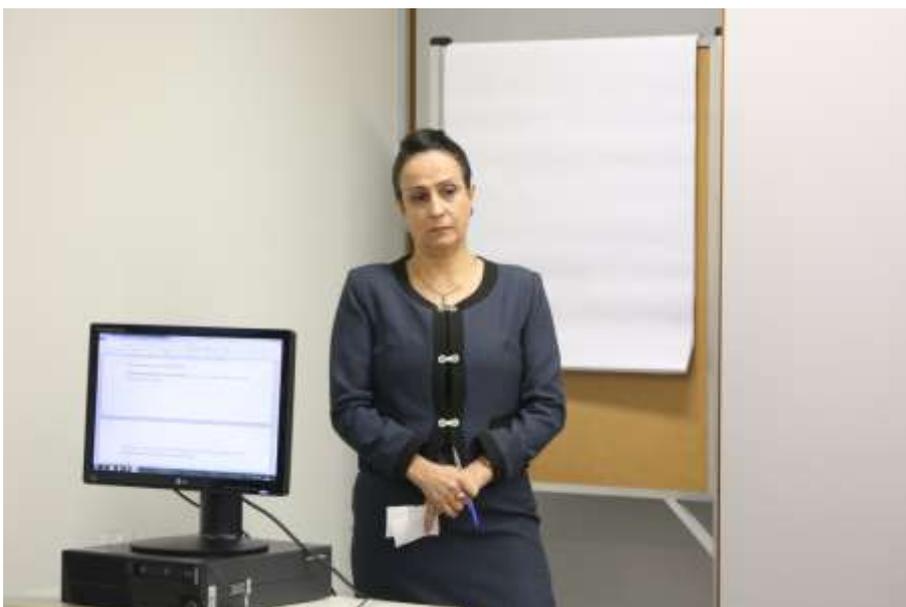
➤ **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual

*Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho – Parte I*

Professores:

- Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região/DF
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.<sup>a</sup> VT de Itajaí/SC



*Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz*



Laboratório Judicial: Oficina de Instrução Processual – Parte I



Alunos-Juizes realizam Oficina de Instrução Processual – Parte I

## ➤ **Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

*O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe/JT*  
*Tópico: História do PJe/JT*

Professor:

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – Tribunal Superior do Trabalho

Os pontos abordados na aula pelo Ministro Cláudio Brandão foram: o que é Processo Judicial Eletrônico? Quais os impactos causados com a sua implantação? Pode-se falar em mudanças na ciência ou apenas no procedimento? É uma nova realidade no Poder Judiciário? De que maneira a tecnologia da informação está afetando a atividade jurisdicional? Ele tratou, também, das principais normas que envolvem o PJe e dos atos processuais nessa nova modalidade.

O Ministro Cláudio Brandão integrou a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça. Foi coordenador dos Comitês Gestores de Tecnologia da Informação e das Comunicações e do Processo Judicial Eletrônico e compôs o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

O Processo Judicial Eletrônico, além de acelerar o andamento processual, atua diretamente na redução de gastos públicos, ao possibilitar um enxugamento nos custos da atividade-fim do Poder Judiciário. Sua implantação na Justiça do Trabalho foi prioridade na gestão do atual Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, quando atuou como Presidente do TST.



*Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST*

## ➤ **Teoria Geral do Juízo Conciliatório (5 horas-aula)**

*Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho (Tópicos 1 a 8)*

Professores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4.<sup>a</sup> VT de Chapecó/SC
- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 35.<sup>a</sup> VT de Belo Horizonte/MG



*Alunos-Juízes participam da aula sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório*



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson*

➤ **Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

*O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe/JT Tópico: Nova Cultura Processual*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho José Hortêncio Ribeiro Júnior – VT de Jaciara/MT



*Juiz Titular de Vara do Trabalho José Hortêncio Ribeiro Júnior*

➤ **Laboratório Judicial (1 hora-aula)**

Oficina de Decisão Processual

*Tópicos: Procedimentos Especiais – Parte IV*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



*Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT, desenvolve Oficina de Decisão Processual*

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Teóricos (4 horas-aula)**

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito*
- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais*

Professor:

Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante – Universidade Federal de Minas Gerais

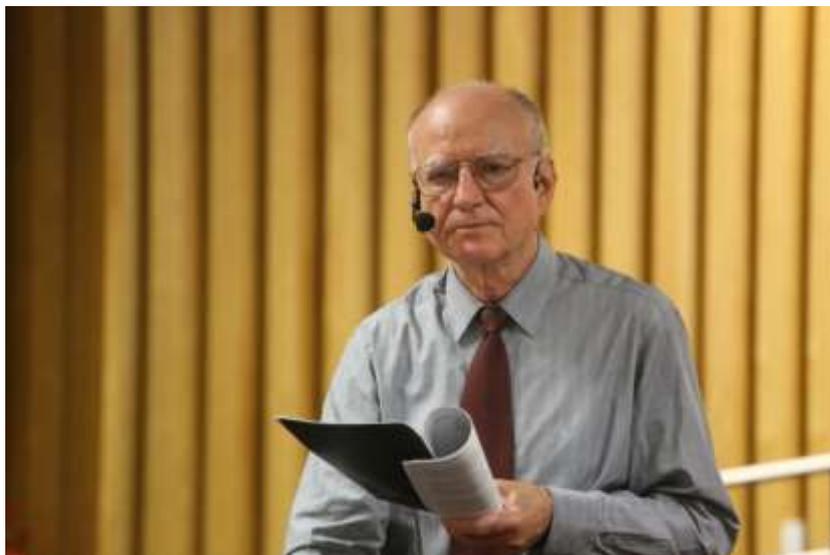


*Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante*

➤ **Linguagem Jurídica (5 horas-aula)**

Professor:

Adalberto José Kaspary



*Professor Adalberto José Kaspary*

➤ **Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)**

*O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público*

Professor:

Procurador Federal Eduardo Rocha Dias – Advocacia Geral da União



*Procurador Federal Eduardo Rocha Dias*

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte I

*Tópicos da Fase de Execução Trabalhista*

Professores:

- Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota – 7.<sup>a</sup> VT de São Luís/MA



*Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just*



Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota



*Alunos-Juízes participam de Oficina de Decisão Processual*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*A Precarização do Trabalho no Brasil*

Professora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – Tribunal Superior do Trabalho e Vice-Diretora da ENAMAT



*Ministra Kátia Magalhães Arruda*

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte II

Professores:

- Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa – 4.<sup>a</sup> VT de Aracaju/SE
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt*



*Alunos-Juízes desenvolvem Oficina de Instrução Processual – Parte II*



*Alunos-Juízes realizam trabalhos práticos na Oficina de Instrução Processual – Parte II*

➤ **Laboratório Judicial (2 horas-aula)**

*Oficina de Decisão Processual – Parte IV*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



*Juiz Assessor da ENAMAT, Marcos Neves Fava, realiza atividades práticas com os Alunos-Juízes na Oficina de Decisão Processual – Parte IV*

➤ **Temas Contemporâneos (1 hora-aula)**

*Direitos Humanos e Proteção contra Despedida Discriminatória: Súmula n.º 443 do TST*

Professor:

Ministro Lelio Bentes Corrêa – Tribunal Superior do Trabalho e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



*Ministro Lelio Bentes Corrêa, do TST*

## ➤ Laboratório Judicial (4 horas-aula)

### Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II

Professores:

- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 35.<sup>a</sup> VT de Belo Horizonte/MG
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini  
e Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt*



*Laboratório Judicial para Alunos-Juizes: Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*



*Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II:  
Alunos-Juizes participam do desenvolvimento de atividades práticas*



*Realização de atividades práticas de Conciliação Judicial Trabalhista*

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*O Sistema Recursal e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores*

Professor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – Tribunal Superior do Trabalho e  
Conselheiro da ENAMAT



*Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho*

## ➤ **Sistema Judiciário (1 hora-aula)**

*O Juiz e a Função Corregedora*

Professor:

Ministro João Batista Brito Pereira – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



*Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, profere aula sobre O Juiz e a Função Corregedora*

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Polêmicos da Prescrição Trabalhista*

Professor:

Ministro Augusto César Leite de Carvalho – Tribunal Superior do Trabalho e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



*Ministro Augusto César Leite de Carvalho*

## ➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

- *Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho*
- *Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho*

Professora:

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 12.ª Região/SC



Fernanda Gomes Ferreira

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte II

*Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista*

Professoras:

- Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos – Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região
- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta – Auxiliar da Presidência do TST



Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta

## ➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

### *Relacionamento do Magistrado com a Sociedade*

Professora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes – 1.<sup>a</sup> VT de Itapetinga/BA

A Juíza Rosemeire Lopes Fernandes enfatizou o novo momento do Poder Judiciário e o novo papel do Juiz na sociedade. Segundo ela, a visão anterior – de um Poder afastado da população, inacessível, fechado em sua própria estrutura –, deu lugar à nova visão, de interação com a sociedade e a mídia. Destacou os atributos de valor que a sociedade espera desse novo Poder Judiciário: acessibilidade, celeridade, credibilidade, ética, modernidade, impessoalidade, probidade, transparência, equidade, valorização das pessoas e responsabilidade social e ambiental.

A palestrante salientou o papel das assessorias de comunicação dos tribunais, como facilitadoras da interlocução com jornalistas, e tratou da importância das associações representativas de classe. Abordou, também, o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo em vista o aperfeiçoamento e a modernização dos serviços judiciais, e destacou a visão primordial do Poder Judiciário de “*ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social*”.

A Juíza Rosemeire Fernandes é graduada em Ciências Econômicas e especialista em Direito Constitucional do Trabalho. Atua como membro da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra e como representante do TRT da 5.<sup>a</sup> Região/BA no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador do Estado da Bahia e no Comitê Gestor da Agenda Bahia do Trabalho Decente



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes*



*Alunos-Juízes realizam atividades na aula sobre Relacionamento do Magistrado com a Sociedade*

## ➤ **Estágios Supervisionados – Prática Judiciária dos Tribunais Superiores**

Os Estágios Supervisionados têm como finalidade desenvolver no magistrado competência para integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional, com domínio das questões relativas a remuneração e mobilidade, assim como das atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.

Coordenação:

Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

- ***Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho (2 horas-aula)***

Os Alunos-Juízes participaram de sessões de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, ocasião em que lhes foi possibilitada a oportunidade de acompanhar e analisar, por meio de orientação de instrutor da ENAMAT, o julgamento de processos em sessão de órgão do TST, a fim de adquirir conhecimentos e experiências para desenvolver suas futuras atividades na magistratura trabalhista.





*Alunos-juízes assistem a julgamentos realizados por Turmas do TST*

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (1 hora-aula)**

*O Juiz e a Mídia*

Professor:

Renato Parente – Assessor de Imprensa



*Renato Parente*

## ➤ Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Painel

*Impacto Econômico e Social das Decisões Judiciais*

Coordenador:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Participantes:

- Professor Doutor Márcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo/SP
- Sociólogo Clemente Ganz Lucio – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)



*Professor Doutor Márcio Pochmann; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho; e Sociólogo Clemente Ganz Lucio*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*A Jurisprudência do TST sobre Dano Moral*

Professor:

Ministro Walmir Oliveira da Costa – Tribunal Superior do Trabalho



*Ministro Walmir Oliveira da Costa, do TST*

➤ **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte I

Professores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4.<sup>a</sup> VT de Chapecó/SC
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.<sup>a</sup> VT de Recife/PE



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson*

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual – Parte III

Professores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas – VT de Bacabal/MA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann Araújo Hackradt*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas*



*Alunos-Juizes desenvolvem Oficina de Instrução Processual – Parte III*



*Alunos-Juizes realizam atividades práticas na Oficina de Instrução Processual – Parte III*

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (2 horas-aula)**

- *Código Ético do Magistrado*
- *O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional*

Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho profere aula sobre Deontologia Profissional Aplicada*

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Práticos (3 horas-aula)**

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito*
- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais*

Professor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta – Tribunal Superior do Trabalho



*Ministro José Roberto Freire Pimenta*

Além da aula teórica do Professor Thomas da Rosa Bustamante, ministrada no início do 16.º Curso de Formação Inicial, sobre Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais, os Alunos-Juizes tiveram a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos.

O Ministro José Roberto Freire Pimenta, dando continuidade ao tema, trouxe para debate entre os alunos quatro casos emblemáticos de decisões que foram objetos de discussão na Justiça do Trabalho. São os chamados “*hard cases*”, ou casos complexos, que estimulam o exercício de várias técnicas hermenêuticas.

O primeiro caso tratou da discriminação de empregado soropositivo assintomático e indenização por dano moral, visto sob o aspecto constitucional da dignidade da pessoa humana.

O segundo, chamado de caso Serasa, tratou de danos morais relativos à investigação da existência de litígios judiciais ou de dívidas pessoais do candidato ao emprego.

O terceiro caso apresentado pelo Ministro referiu-se às chamadas “empresas de conceito” e cláusulas contratuais cujo objeto é a obtenção de um resultado ou a manutenção de determinada condição pessoal do empregado. O exemplo, real,

tratava de pedido de indenização de uma promotora da empresa Vigilantes do Peso, que foi demitida por justa causa por ter engordado.

O quarto caso polêmico levado à discussão tratou do pedido de indenização por dano moral coletivo para trabalhadores experimentadores em empresa fabricante de cigarros. Nesse ponto, foram discutidos princípios como: livre iniciativa, liberdade de exercício de qualquer ofício ou profissão e proteção à saúde dos trabalhadores, além de questões que envolvem a tutela do meio ambiente de trabalho e da saúde dos trabalhadores que nele atuam.

### ➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

- *Gestão Processual de Vara do Trabalho*
- *Cogestão e Inovação Judiciária*
- *Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4.<sup>a</sup> Região



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze*

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*O Direito Penal e a Atuação do Juiz do Trabalho*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano – 1.<sup>a</sup> VT de Taubaté/SP

Na aula ministrada, o professor abordou questões que envolvem os crimes contra a Administração Pública, o papel do Juiz do Trabalho nas funções penais periféricas, o poder-dever de noticiar a ocorrência de fato ilícito, a prisão em flagrante delito e a hermenêutica dos tipos, entre eles o falso testemunho, a fraude processual, coação no curso do processo, falsa perícia e afins, exercício arbitrário das próprias razões, abuso de poder, patrocínio infiel e tergiversação, violência ou fraude em arrematação judicial e desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

Questões polêmicas, na doutrina e nos tribunais, que envolvem competência para o processo e o julgamento dos crimes previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, foram examinadas pelo Juiz Guilherme Guimarães Feliciano. Um tema muito debatido foi a competência para processo e julgamento de *habeas corpus* impetrado contra ato ou decisão inibitória de liberdades determinado por Juiz do Trabalho.

O Juiz Guilherme Feliciano é Titular da 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Taubaté/SP, ex-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região e professor de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano ministra aula a Alunos-Juizes do 16.º CFI*

## ➤ **Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)**

### *Educação Financeira*

Professor:

Professor Doutor José Pio Martins – Reitor da Universidade Positivo de Curitiba/PR



*Professor Doutor José Pio Martins*

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual

*Tópicos da Tutela de Urgência – Parte III*

Professores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.<sup>a</sup> VT de Recife/PE
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Basilone Leite – 2.<sup>a</sup> VT de Florianópolis/SC



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Basilone Leite*

➤ **Psicologia Judiciária Aplicada (3 horas-aula)**

*As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de suas Condutas no Litígio Trabalhista (1 hora-aula)*

Professora:

Graziella Ambrósio – Advogada



*Advogada Graziella Ambrósio*

➤ **A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas (1hora-aula)**

*Subjetividade do Juiz do Trabalho – Emoção e Razão (1hora-aula)*

Professora:

Regina Márcia Manicardi Vaz – Psicóloga



*Psicóloga Regina Márcia Manicardi Vaz*

➤ **Estágio Supervisionado**

Coordenação:

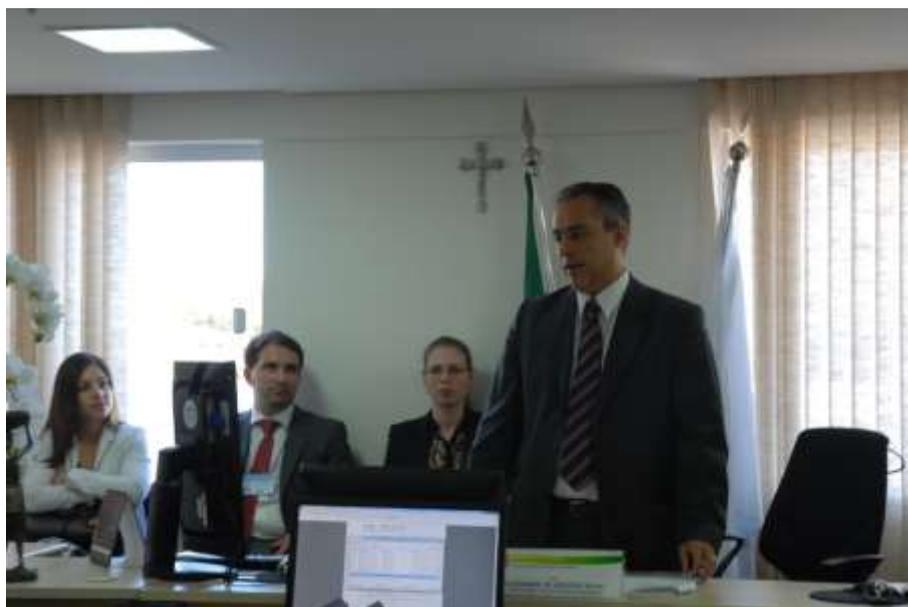
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

A realização de estágio supervisionado pelos Alunos-Juizes visa ao desenvolvimento de competência que lhes possibilitem integrar o quadro profissional no âmbito administrativo-funcional de modo pleno, de modo que tenham domínio das questões relativas a remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do Tribunal em que atuam.

- **Visita às Varas do Trabalho – Taguatinga/DF (4 horas-aula)**

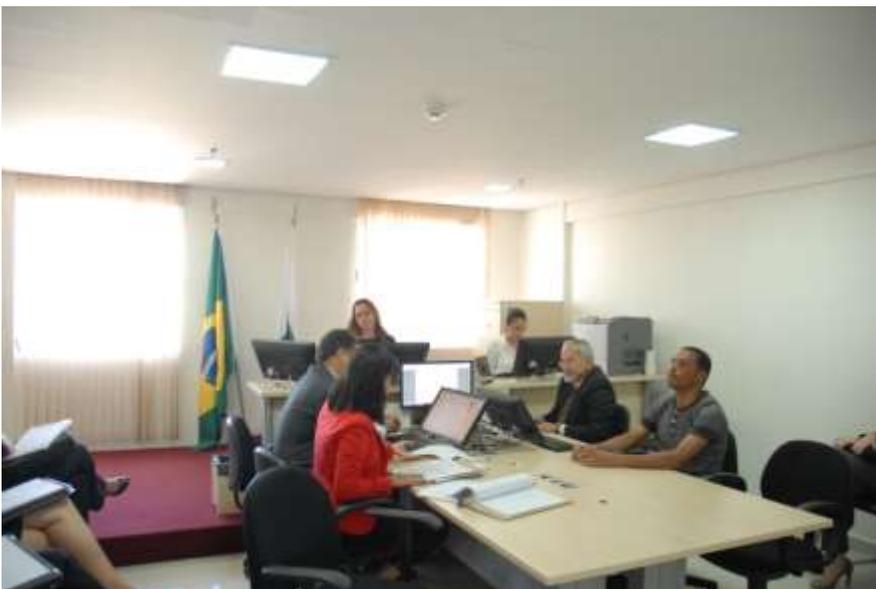


*Alunos-Juizes comparecem a Varas de Trabalho em Taguatinga-DF*



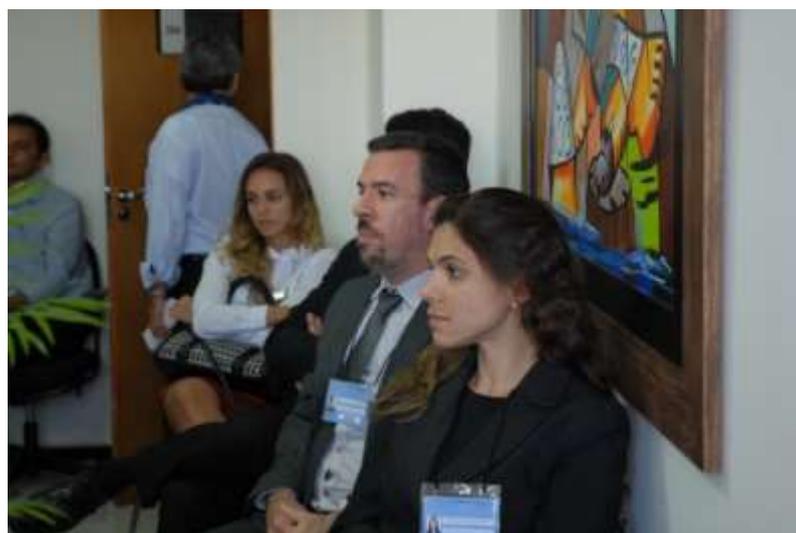


*Alunos-Juízes visitam Varas de Trabalho em Taguatinga-DF*





*Alunos-Juízes visitam Varas de Trabalho em Taguatinga-DF*



- **Visita ao Supremo Tribunal Federal – STF (4 horas-aula)**



*Alunos-Juízes fazem visita ao STF e são recebidos pelo Ministro Marco Aurélio*



*Alunos-Juízes fazem visita ao STF e são recebidos pelo Ministro Joaquim Barbosa, então Presidente da Corte*



*Alunos-Juízes fazem visita ao STF e são recebidos pelo Ministro Marco Aurélio*

**(Fotos: Carlos Humberto/SCO/STF e Nelson Jr. SCO/STF)**

- **Sessão da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) –TST (3 horas-aula)**



*Alunos-Juízes assistem sessão de julgamento da SBDI-1 do TST*



*Alunos-Juízes realizam atividade de estágio supervisionado na SBDI-1 do TST*



*Alunos-Juízes em sessão de julgamento da SBDI-1 do TST*

- **Orientação sobre as Sessões dos Órgãos Judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST (1 hora-aula)**

Coordenação:

Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

Também com o objetivo de que os Alunos-Juízes do 16.º CFI alcancem competência para integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional nos respectivos Tribunais, o Juiz Marcos Neves Fava ofereceu orientações aos novos magistrados sobre as sessões dos órgãos judicantes do TST, explanando as características e formas de realização dos julgamentos para a inteira compreensão das atividades do estágio supervisionado.

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Responsabilidade Civil*

Professor:

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino – STJ



*Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do STJ*

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Sanseverino foi o palestrante convidado para falar aos Alunos-Juízes do 16.º Curso de Formação Inicial sobre o tema *Responsabilidade Civil*.

Os danos extrapatrimoniais que, segundo o Ministro Sanseverino, são aqueles *“decorrentes da violação de um bem jurídico da vítima ligado à esfera dos direitos de personalidade, que não possuem uma repercussão econômica, também conhecidos como danos morais”*, foram o foco da palestra.

*“O dano moral constitui um dos temas mais importantes e controvertidos, na atualidade, no plano da responsabilidade civil, não apenas pelos seus aspectos jurídicos, mas pelo interesse prático despertado em toda a sociedade. Esse tipo de pedido tem sido cada vez mais frequente nas demandas indenizatórias cada vez maiores na Justiça do Trabalho”*, destacou o Ministro.

Ele abordou questões controvertidas sobre dano moral coletivo, de pequena monta e danos estéticos. Explanou, também, sobre as novas modalidades de danos extrapatrimoniais, com base no Direito Comparado, especialmente no caso das sequelas ensejadas por lesões corporais, em que se identificam outros prejuízos sem dimensão econômica de forma autônoma, chamados de *“danos à vida de relação”*, tais como prejuízos de lazer; prejuízos sexuais e prejuízo juvenil.

Outros dois pontos importantes assinalados pelo Ministro em sua exposição foram a natureza e a quantificação da indenização. Apresentou questões processuais controvertidas sobre dano moral e finalizou sua apresentação destacando a *“necessidade de preservação do instituto que é muito nobre e fruto de lenta conquista não apenas da comunidade jurídica, mas de toda a sociedade”*.

O Ministro Paulo de Tarso é Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Desembargador do Tribunal de Justiça daquele Estado e Diretor da Escola Superior da Magistratura e Professor de Direito Civil da PUC/RS e da Escola Superior da Magistratura. Atualmente leciona em cursos de Pós-Graduação em Direito. É autor dos livros: *“Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor”*; *“Comentários ao Novo Código Civil – Contratos em Espécie”* e *“A Reparação do Dano e a Quantificação da Indenização no Código Civil”*.

## ➤ **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (4 horas-aula)**

- *Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira ministra aula no 16.º CFI*

## ➤ Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

*Direitos Humanos e Direito do Trabalho*

Professora:

Doutora Flávia Cristina Piovesan – Procuradora do Estado de São Paulo e Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



*Doutora Flávia Cristina Piovesan*



*Novos magistrados participam da aula sobre Direitos Humanos e Direito do Trabalho*

## ➤ Laboratório Judicial (4 horas-aula)

### Oficina de Instrução Processual – Parte IV

Professores:

- Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região
- Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto – VT de Gurupi/TO
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.<sup>a</sup> VT de Itajaí/SC



*Alunos-Juizes realizam atividades na Oficina de Instrução Processual – Parte IV*



*Professores do 16.º CFI orientam atividades na Oficina de Instrução Processual – Parte IV*



*Alunos-Juizes desenvolvem prática de Instrução Processual – Parte IV*

➤ **Temas Contemporâneos (3 horas-aula)**

*Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho*

Professor:

Ministro Maurício José Godinho Delgado – TST



*Ministro Maurício José Godinho Delgado*

O Ministro Maurício José Godinho Delgado falou sobre o surgimento do Direito do Trabalho como conquista advinda das lutas sociais. Nesse aspecto, tratou da importância dos atos e fatos que deram origem ao Direito Coletivo, que, conforme disse, impactou de forma efetiva a vida humana, mais até do que os temas estritamente individuais.

Segundo o Ministro, a importância do Direito do Trabalho na formação do estado de bem-estar social pode ser observada na própria Constituição da República, pois, dos ramos do Direito, é o que mais possui dispositivos na Carta Magna.

De acordo com o Ministro Maurício Godinho Delgado, o estado de bem-estar social é formado pelo conjunto de bens, valores e serviços que não podem ser mercantilizados, tais como a saúde, a educação, o lazer, a previdência social e o trabalho.

Com base no Direito Comparado, o Ministro Delgado abordou as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores em outros continentes e fez uma correlação com as conquistas dos direitos sociais no Brasil.



*Alunos-Juizes assistem a aula proferida pelo Ministro Maurício Godinho Delgado*

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Práticos das Ações Sindicais*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro – 9ª VT de Salvador/BA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro*

## ➤ **Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

- *O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT)*
- *Aspectos Práticos do Sistema*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva – 1.ª VT de Taguatinga/DF



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva*

➤ **Técnica de Decisão Judicial (4 horas-aula)**

- *Lógica da Decisão Judicial*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker – TRT da 3.<sup>a</sup> Região/MG



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker*

➤ **Temas Contemporâneos (3 horas-aula)**

*Atuação do MPT: Tutela do Meio-Ambiente Natural e do Trabalho*

Professor:

Procurador Regional do Trabalho Ronaldo Lima dos Santos – Procuradoria Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região



*Procurador Regional do Trabalho Ronaldo Lima dos Santos, PRT da 2.<sup>a</sup> Região*



*Novos Juízes participam de aula sobre a atuação do MPT*

### ➤ **Efetividade da Execução Trabalhista (3 horas-aula)**

- *Boas-Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista*
- *Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução*

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber – 2.<sup>a</sup> VT de Campo Grande/MS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber*

➤ **Economia e Trabalho (3 horas-aula)**

*Economia e Políticas do Trabalho na Era da Globalização*

Painel

Coordenadora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST - Vice-Diretora da ENAMAT

Participantes:

- *Professor Doutor Márcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo/SP*
- *Professor Doutor José Pastore – Universidade de São Paulo (USP)*



*Professor Doutor Márcio Pochmann; Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT; e Professor Doutor José Pastore*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT*



*Professor Doutor Márcio Pochmann*



*Professor Doutor José Pastore*

➤ **INTERVALO DAS AULAS – COFFEE BREAK**



*Alunas-Juízas no intervalo das aulas do 16.º CFI*



*Alunos-Juízes em interação no Coffee Break oferecido no intervalo das aulas do 16.º CFI*



*Alunos-Juízes interagem durante o intervalo das aulas do 16.º CFI*



*Alunos-Juízes no intervalo das aulas do 16.º CFI*



*Alunos-Juízes participam do Coffee Break oferecido no intervalo das aulas do 16.º CFI*



*Alunos-Juízes durante o Coffee Break oferecido no 16.º CFI*

## Cerimônia de Formatura



*Mesa de Honra do 16.º Curso de Formação Inicial*

Encerrou no dia 06/06, no Auditório da ENAMAT, o 16º Curso de Formação Inicial. A Cerimônia de Formatura dos 57 alunos foi conduzida pelo Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da Escola Nacional.

Ladeado pela Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda, e pelo Assessor da Direção, Juiz Marcos Neves Fava, o Diretor parabenizou os novos magistrados pela conclusão do curso, e destacou alguns pontos a serem observados pelos novos juízes: atenção especial ao processo na fase de execução, para que a prestação jurisdicional se dê de forma eficaz, e o preparo permanente e multidisciplinar dos magistrados por meio dos cursos oferecidos nas Escolas Regionais e na ENAMAT.

Em seu discurso, o Ministro destacou, ainda, a necessidade de interação contínua e aprofundada do Juiz com a sociedade. Segundo ele, a antiga figura do Juiz enclausurado, isolado do convívio social, não está de acordo com o que se espera do juiz do século XXI.

**Orador** - Em nome dos alunos discursou, na qualidade de orador, o Juiz Substituto Frederico Monacci Cerutti. Ele enfatizou a importância da convivência enriquecedora com Juízes de diversas Regiões do País e assinalou as principais lições aprendidas durante o Curso: *Aprendemos que temos que atuar com humildade. Todos os dias precisamos fazer exercícios de empatia ao nos colocarmos na posição dos jurisdicionados. Fomos lembrados que o direito é ciência, mas que devemos falar a mesma língua dos destinatários de nossas decisões.*

Quanto à condução do processo, o orador assinalou: *Aprendemos que a decisão tem consequências práticas e nelas devemos pensar e ponderar; que os advogados e membros do Ministério Público são essenciais e cooperam conosco na realização de uma justiça célere, econômica e justa; que os processos não são nossos inimigos, mas ferramentas de nosso trabalho e instrumento para alcançar o bem da vida disputado. Por todas essas razões, devemos honrar e dignificar o cargo que conquistamos. Devemos defender, sem esmorecer, a dignidade humana – matriz axiológica de todos os direitos fundamentais.*



Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT*



*Juiz Marcos Neves Fava, Assessor do Diretor da ENAMAT*



*Juiz do Trabalho Substituto Frederico Monacci Cerutti, Orador da Turma*

**Citação do Orador da Turma em seu discurso:**

*“Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito, e inspirar esperança onde há desespero.” (Nelson Mandela)*



*Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, participa da cerimônia de formatura*



*Alunos-Juizes do 16.º CFI na cerimônia de formatura*



*Alunos-Juizes do 16.º CFI na cerimônia de formatura*

## ENTREGA DE CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DO 16.º CFI

O Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, entregou a cada Aluno-Juiz do 16.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho os certificados de conclusão durante a cerimônia de Formatura.



*Juíza do Trabalho Substituta Patrícia Bley Heim, do TRT da 1.ª Região*



*Juiz do Trabalho Substituto Alexandre Knorst, do TRT da 2.ª Região*



*Juíza do Trabalho Substituta Milena Ody, do TRT da 4.ª Região*



*Juíza do Trabalho Substituta Elbia Lidice Spenser Dowsley, do TRT da 8.ª Região*



*Juiz do Trabalho Substituto Daniel Carvalho Martins, do TRT da 11.ª Região*



*Juíza do Trabalho Substituta Adria Lena Furtado Braga, do TRT da 16.ª Região*



*Juíza do Trabalho Substituta Jordana Duarte Silva, do TRT da 21.ª Região*



*Juíza do Trabalho Substituta Camila César Corrêa, do TRT da 22.ª Região*



*Juiz do Trabalho Substituto Marcus Vinícius Claudino Oliveira, do TRT da 23.ª Região*

## 17.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

10 de novembro a 12 de dezembro de 2014



*Foto Oficial do 17.º Curso de Formação Inicial*

Participaram do curso 60 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 1.ª Região (6 Juízes)
- 2.ª Região (1 Juíza)
- 5.ª Região (7 Juízes)
- 6.ª Região (8 Juízes)
- 14.ª Região (7 Juízes)
- 15.ª Região (19 Juízes)
- 16.ª Região (4 Juízes)
- 18.ª Região (6 Juízes)
- 19.ª Região (1 Juíza)
- 22.ª Região (1 Juiz).

## Cerimônia de Abertura



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice- Diretora, e Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*



*Alunos-Juizes participam da Cerimônia de Abertura do 17.º CFI*

O Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, ao conduzir a Cerimônia de Abertura do 17.º Curso de Formação Inicial, que contou com a participação de 60 Alunos-Juízes, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância dos cursos de Formação Inicial para os juízes que ingressam na magistratura trabalhista.

O Ministro destacou em seu discurso, que o Curso de Formação Inicial não é uma extensão universitária, mas sim um curso promovido com a finalidade de ensiná-los a serem Juízes. *“O conhecimento técnico-jurídico ostentado quando da aprovação no concurso público não basta para o exercício da magistratura. Primeiro, porque o espinhoso ofício de julgar não se ensina nos bancos das faculdades; segundo, porque o direito é dinâmico e está em constante transformação, como decorrência das efervescentes e trepidantes mudanças econômicas, sociais e tecnológicas operadas na sociedade contemporânea”*.

O Diretor da ENAMAT explicou aos novos magistrados que os Cursos de Formação Inicial, atualmente, estão mais voltados para as matérias sobre direitos humanos e psicologia judiciária. Nesse sentido, assinalou a importância da participação dos alunos na Conferência sobre Responsabilidade Civil Contemporânea, realizada nos dias 10 e 11 de novembro, que passou a fazer parte integrante da grade curricular do 17.º CFI.

O Ministro ressaltou a importância do atual momento de transição que se opera na Justiça do Trabalho, com a substituição dos autos em papel pelo Processo Judicial Eletrônico, e observou que este será um dos tópicos especiais de estudo dos novos magistrados no 17.º CFI.

## **ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO**

### **A Importância da Formação Profissional para os Magistrados (1 hora-aula)**

Na atividade, buscou-se mostrar a formação inicial e continuada para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

### **Os Deveres dos Juízes durante o CFI (1 hora-aula)**

Foram abordados, durante uma hora de aula, os deveres que os Juízes participantes do 17.º CFI deveriam exercer no decorrer do curso, tendo em vista prestar esclarecimentos, sensibilizar e conscientizar para o cumprimento das atividades programadas e para a conduta que deveriam adotar nos estudos e durante as aulas.

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*

## **Apresentação da Escola (1 hora-aula)**

Foram desenvolvidos na atividade de integração os seguintes tópicos, tendo em vista oferecer os norteamentos básicos para participação no 17.º CFI:

- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo *Nacional*.
- Cronograma dos blocos presenciais e do bloco à distância (EAD-AI-PJe).
- Orientações sobre frequência e aproveitamento.
- Distribuição de material didático.
- Visita às instalações da ENAMAT
- Orientações sobre hospedagem.
- Orientações sobre transporte.
- Orientações sobre segurança.
- Orientações sobre refeições.
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

Instrutores:

Integrantes da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



*Alunos-Juízes participam de atividade de integração*



*Participantes do 17.º CFI assistem vídeo sobre a ENAMAT*

## **Disciplinas e Professores**

### **➤ Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro – as Imunidades de Execução e de Jurisdição de Estados Estrangeiros e de seus Agentes*

Instrutor:

Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira – Tribunal Permanente de Revisão e Professor Titular do Instituto Rio Branco, Itamaraty



*Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira*

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (1 hora-aula)**

- *Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social*
- *O Juiz e a Mídia*

Instrutor:

Assessor de Imprensa Renato Parente



*Renato Parente*

➤ **Temas Contemporâneos (1 hora-aula)**

*Direitos Humanos e Proteção contra Despedida Discriminatória: Súmula n.º 443/TST*

Instrutor:

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



*Ministro Lelio Bentes Corrêa*

## ➤ **Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

*O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe/JT): Normas Básicas e Aspectos Práticos da Utilização do Sistema*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva – 1.<sup>a</sup> VT de Taguatinga/DF



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva*

## ➤ **Teoria Geral do Juízo Conciliatório (5 horas-aula)**

*Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho*

Instrutores:

- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47.<sup>a</sup> VT de Belo Horizonte/MG
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4.<sup>a</sup> VT de Chapecó/SC



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson e Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini*

➤ **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte I

*Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho*

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4.<sup>a</sup> VT de Chapecó/SC
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas – VT de Bacabal/MA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas*



*Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte I*

➤ **Temas Contemporâneos (3 horas-aula)**

*Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho*

Instrutor:

Ministro Mauricio José Godinho Delgado – TST



*Ministro Mauricio José Godinho Delgado*



*Alunos-Juizes assistem à aula proferida pelo Ministro Mauricio José Godinho Delgado*

➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (3 horas-aula)**

- *Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho*
- *A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Orais*

Instrutor:

Desembargador do Trabalho Marcio Tulio Viana – TRT da 3.<sup>a</sup> Região (aposentado)



*Desembargador do Trabalho Marcio Tulio Viana*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Indenização por Danos Morais no Processo do Trabalho: a Fixação do Valor Indenizatório e seus Problemas*

Instrutor:

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST



*Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte*

## ➤ Linguagem Jurídica (3 horas-aula)

Instrutor:

Adalberto José Kaspary

### Conteúdo Programático

- Objetivos e atributos do texto jurídico-judiciário
- A linguagem do magistrado, do procurador, do doutrinador e do legislador: diferenças
- Terminologia jurídica: termos técnicos e semitécnicos; monossemia e polissemia
- Etimologia e semântica: sincronia e diacronia
- Estrangeirismos, neologismos e latinismos
- Questões de ortografia: palavras e expressões recorrentes no texto jurídico-judiciário
- Pontuação intra e interoracional: pontuação e ênfase
- Os verbos e os nomes no texto jurídico-judiciário: aspectos gramaticais e estilísticos
- Os processos sintáticos e a estrutura do período: recursos de ênfase
- A linguagem (culto padrão) como argumento; competência e desempenho linguísticos



*Adalberto José Kaspary*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Práticos das Ações Coletivas na Justiça do Trabalho*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Assessor do Diretor



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Assessor do Diretor*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Atuação do MPT: Tutela do Meio-Ambiente Natural e do Trabalho*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Humberto Cesário – VT de Campo Novo do Parecis/MT



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Humberto Cesário*

➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte IV

*Tópicos dos Procedimentos Especiais*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Assessor do Diretor



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

*Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*

Instrutores:

- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47.<sup>a</sup> VT de Belo Horizonte/MG
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt*



*Participantes do 17.º CFI na Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*



*Alunos-Juízes realizam prática de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*



*Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*



*Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte II*



*Alunos-Juizes assistem simulação de Conciliação Judicial Trabalhista*

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O objetivo do estágio supervisionado é desenvolver no magistrado competência para integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional, com domínio das questões relativas a remuneração e mobilidade, assim como das atividades administrativas e correcionais do órgão de inserção. As atividades de estágio supervisionado ocorreram ao longo do curso, em dias diversificados, conforme definido na programação.

Coordenação:

Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

- **Estágio Supervisionado – Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-1**



*Alunos-Juízes realizam estágio em sessão da SBDI-1*

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

- *Gestão Processual de Vara do Trabalho*
- *Cogestão e Inovação Judiciária*
- *Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 4.<sup>a</sup> Região/ RS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze*

➤ **Administração Judiciária (2 horas-aula)**

- *Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho*
- *Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho*

Instrutora:

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão – TRT da 12.<sup>a</sup> Região/SC



*Fernanda Gomes Ferreira*

## ➤ **Psicologia Judiciária Aplicada (2 horas-aula)**

- *As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de suas Condutas no Litígio Trabalhista*
- *A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas*

Tópico:

Psicologia do Testemunho – Técnicas de Entrevista Cognitiva

Instrutora:

Graziella Ambrósio – Advogada



*Graziella Ambrósio*



*Aula de Psicologia Judiciária Aplicada*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*O Direito Penal e a Atuação do Juiz do Trabalho*

Instrutor:

Professor Doutor Ricardo Hasson Sayeg – Pontifícia Universidade Católica/SP



*Professor Doutor Ricardo Hasson Sayeg*

➤ **Deontologia Profissional Aplicada (2 horas-aula)**

- *Código Ético do Magistrado*
- *O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional*

Instrutor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do TST



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho expõe sobre Deontologia Profissional Aplicada*

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (3 horas-aula)**

*Aspectos Teóricos:*

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito*
- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais*

Instrutor:

Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



*Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante*

➤ **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual

*Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho*

Instrutores:

- Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.<sup>a</sup> Região
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.<sup>a</sup> VT de Itajaí/SC



*Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz*



*Alunos-Juízes realizam atividade na Oficina de Instrução Processual*



*Participantes do 17.º CFI assistem transmissão da atividade de grupo de Alunos-Juízes na Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juízes em atividade prática de Instrução Processual*

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual

*Prática de Argumentação Jurídica Judiciária em Processo Instrutório*

Instrutores:

- Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.<sup>a</sup> Região
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.<sup>a</sup> VT de Itajaí/SC



*Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just e Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz*



*Professores ministram Oficina de Instrução Processual*

➤ Estágio Supervisionado – Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST)



*Sessão de Turma do TST de que participaram os Alunos-Juízes do 17.º CFI*



*Sessão de Turma do TST de que participaram os Alunos-Juízes do 17.º CFI*



*Sessão de Turma do TST de que participaram os Alunos-Juízes do 17.º CFI*



*Sessão de Turma do TST de que participaram os Alunos-Juízes do 17.º CFI*



*Alunas-Juízas participam de sessão de Turma do Tribunal Superior do Trabalho*



*Alunos-Juízes realizam estágio em sessão de Turma do Tribunal Superior do Trabalho*



*Participantes do 17.º CFI acompanham sessão de Turma do Tribunal Superior do Trabalho*



*Alunos-Juízes assistem a julgamentos em sessão de Turma do Tribunal Superior do Trabalho*

➤ **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte IV

*Tópicos dos Procedimentos Especiais*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Assessor do Diretor



*Juiz Assessor da ENAMAT, Marcos Neves Fava, desenvolve Oficina de Decisão Processual*



*Alunos-Juízes do 17.º CFI estudam tópicos dos procedimentos especiais*



*Oficina de Decisão Processual trabalha o tema Tópicos dos Procedimentos Especiais*



*Oficina de Decisão Processual – Tópicos dos Procedimentos Especiais*

## ➤ **Estágio Supervisionado – Visita às Varas do Trabalho – Foro de Brasília/DF**

Os Alunos-Juízes que compõem o 17.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT visitaram o Foro Trabalhista de Brasília.

Divididos em dois Grupos (A e B) foram ao foro em momentos distintos. Os Alunos-Juízes puderam acompanhar de perto a rotina de trabalho do local, que reúne 22 Varas do Trabalho e adota um modelo pioneiro de autonomia administrativa.

Cada grupo foi repartido em seis grupos menores, para assistir as audiências de conciliação, instrução e julgamento, quando os Alunos-Juízes tiveram a oportunidade de aprender um pouco mais sobre a realidade da Justiça do Trabalho num local que recebe diariamente cerca de cinco mil pessoas, entre partes e advogados.

Os Alunos visitaram o Foro Trabalhista da 10.ª Região acompanhados pelo Assessor do Diretor da ENAMAT, Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, tendo sido recepcionados pelos Juízes da 3.ª, 10.ª, 11.ª, 16.ª, 18.ª e 19.ª Vara, que explicaram os procedimentos adotados durante as sessões.

Eles tiveram acesso com antecedência aos processos da pauta, prepararam-se para acompanhar as instruções e receberam a incumbência de apresentar uma minuta de sentença para um dos casos. O trabalho faz parte das avaliações do CFI, a cargo de uma banca de magistrados da 10.ª Região, sob a Coordenação da Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just.

## GRUPO A



*Alunos-Juizes visitam Vara do Trabalho de Brasília*



*Alunos-Juizes visitam Vara do Trabalho de Brasília*



*Alunos-Juízes visitam Vara do Trabalho de Brasília*



*Alunos-Juízes visitam Vara do Trabalho de Brasília*



*Alunos-Juízes visitam Vara do Trabalho de Brasília*

## **GRUPO B**



*Participantes do 17.º CFI, em estágio, realizam visita a Vara do Trabalho em Brasília*



*Alunos-Juízes, em estágio, realizam visita a Vara do Trabalho em Brasília*



*Alunos-Juízes, em estágio, realizam visita a Vara do Trabalho em Brasília*



*Alunos-Juízes, em estágio, realizam visita a Vara do Trabalho em Brasília*



*Alunos-Juízes, em estágio, realizam visita a Vara do Trabalho em Brasília*

➤ **Estágio Supervisionado – Visita ao Supremo Tribunal Federal (STF)**

**GRUPO A**



*Alunos-Juízes visitam o STF, ocasião em que foram recepcionados pelo Ministro Marco Aurélio*

**GRUPO B**



*Alunos-Juízes visitam o STF, ocasião em que foram recepcionados pelo Ministro Marco Aurélio*

➤ **Laboratório Judicial (8 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual

- *Cogestão e Inovação Judiciária na Direção Processual*
- *Dinâmica Social Aplicada na Direção Processual*

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.<sup>a</sup> VT de Recife/PE



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt*



*Participantes do 17.º CFI participam de Oficina de Instrução Processual*

### ➤ **Psicologia Judiciária Aplicada (2 horas-aula)**

*O Mundo Interno e o Juiz*

GRUPOS A e B

Instrutora:

Vera Elisabeth Hartmann – Psicóloga, Psicoterapeuta e Psicanalista

Como funciona o aparelho psíquico do ser humano? Id, Ego e Super Ego, o que significam? Quais os diferentes tipos de personalidade e quais as principais patologias psíquicas que o Juiz deve conhecer? Essas e outras questões foram apresentadas pela Psicóloga, Psicoterapeuta e Psicanalista Vera Elisabeth Hartmann, aos Alunos-Juízes do 17.º Curso de Formação Inicial.

O curso denominado *Psicologia Judiciária Aplicada – O Mundo Interno e o Juiz* foi marcado pela informalidade. Em um grande círculo, sob orientação da psicoterapeuta, os alunos puderam falar um pouco de si, de seus temores e dificuldades na profissão.

A profissional abordou as funções fundamentais que nortearão a profissão dos novos magistrados, que são: atenção, senso/percepção, conduta, orientação, memória, pensamento, linguagem, inteligência, consciência e afetividade.



*Psicanalista Vera Elisabeth Hartmann orienta os participantes sobre a questão O Mundo Interno e o Juiz*



*Círculo de Alunos-Juizes para orientação sobre Psicologia Judiciária Aplicada*

➤ **Laboratório Judicial (8 horas-aula)**

Oficina de Instrução Processual

*GRUPOS A e B*

- *Cogestão e Inovação Judiciária na Direção Processual*
- *Dinâmica Social Aplicada na Direção Processual*

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.<sup>a</sup> VT de Recife/PE



*Professores-magistrados ministram Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juízes assistem transmissão de grupo realizando atividade na Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juízes realizam atividade prática de instrução processual*



*Alunos-Juízes assistem transmissão de grupo realizando atividade na Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juízes realizam atividade prática de instrução processual*



*Alunos-Juizes assistem no auditório transmissão de grupo em atividade na Oficina de Instrução Processual*

➤ **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (3 horas-aula)**

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito – Aspectos Práticos*
- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Práticos*

Instrutor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta – TST



*Ministro José Roberto Freire Pimenta*



*Ministro José Roberto Freire Pimenta profere aula no 17.º CFI*

O Ministro José Roberto Freire Pimenta, ao tratar do tema, dividiu sua apresentação em duas partes: teórica e estudo de caso. Na primeira parte, explanou sobre democracia, constitucionalização do Direito no Brasil pós-positivismo e Direitos Fundamentais, sociais e trabalhistas. Falou, também, sobre a dimensão processual e deu ênfase ao *“novo e relevante papel dos Juízes em um ambiente histórico e jurídico pós-positivista e democrático”*.

Na segunda parte, abordou os casos que marcaram os julgamentos no TST: trabalhador soropositivo assintomático com pedido de indenização por dano moral devido a demissão discriminatória; empresa Vigilantes do Peso, que demitiu empregada por ter engordado; “listras negras” de empregados que ajuizaram ação contra seus empregadores e exageros cometidos em empresas de Call-Center.

No final, o Ministro falou sobre a importância de apurar a sensibilidade do julgador e seu “radar constitucional”; a cautela ao instruir e ao decidir o caso concreto; e a importância de manter imparcialidade e respeito absoluto às garantias constitucionais do processo asseguradas a ambas as partes, assim como de fundamentar consistentemente a decisão.

Em conclusão, destacou a importância da Justiça do Trabalho (em geral) e do Tribunal Superior do Trabalho (em particular) como a Justiça e o Tribunal da cidadania social ou dos direitos fundamentais sociais.

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*A Precarização do Trabalho no Brasil*

Instrutora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST e Vice-Diretora da ENAMAT



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda profere aula sobre  
A Precarização do Trabalho no Brasil*

A Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda, proferiu palestra aos Alunos-Juízes do 17.º Curso de Formação Inicial, sobre o tema *A Precarização do Trabalho no Brasil*, parte do módulo de ensino Temas Contemporâneos.

A Ministra abordou a banalidade da exploração, sob os seguintes aspectos: desemprego e trabalho informal, trabalho infantil, acidente de trabalho, trabalho escravo e terceirização.

Sobre a informalização do trabalho, a ministra disse que dados de 2012 da Fundação Getúlio Vargas apontavam que os trabalhadores informais representavam 22,2% do total de empregados, e que, segundo o IPEA, houve um crescimento de 43,5% no emprego formal nos últimos anos.

Quanto ao trabalho infantil no Brasil, a Ministra Kátia Magalhães Arruda informou que em 1992 existiam 8,4 milhões de crianças e adolescentes nos campos de trabalho. Segundo a Ministra, o número caiu consideravelmente, para 3,6 milhões, mas ainda é muito alto. Dessas crianças o maior percentual é de negros e pardos, oriundos das áreas rurais (60%) do Norte-Nordeste.

Os dados apresentados sobre acidentes de trabalho no País também não são animadores: em 2011, foram registrados 711.164 acidentes de trabalho sendo 14.811 com incapacidade permanente e 2.884 mortes. A Ministra apresentou as súmulas do TST que tratam do assunto e advertiu para outra chaga social na vida dos trabalhadores: o trabalho escravo, que ainda persiste em algumas regiões do País.

## ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Polêmicos da Prescrição Trabalhista*

Instrutor:

Ministro Augusto César Leite de Carvalho – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Conselho da ENAMAT, profere aula sobre prescrição trabalhista

O Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Conselheiro da ENAMAT, apresentou aos Alunos-Juizes do 17º CFI os casos controversos que chegaram ao TST e abordou a aplicabilidade das súmulas e orientações jurisprudenciais que tratam do tema. Ele expôs também sobre a prescrição em relação ao dano moral, inclusive os que envolvem acidentes de trabalho, e as teses aplicáveis: da imprescritibilidade e da adoção do Código Civil e da Constituição (art. 7.º, XXIX).

Ao falar sobre prazo prescricional em casos de reparação civil, tema recorrente em processos no TST, o Ministro Augusto César mostrou vasta jurisprudência e destacou a Súmula 278 do STJ, que diz: *“O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”*.

Para delinear o conceito de prescrição, o Ministro fez alusão à ideia do Desembargador Márcio Túlio Viana: *“No fundo, a prescrição disfarça uma negociação privada da norma de ordem pública. O empregado tem o direito indisponível, mas não o reclama, trocando-o pela permanência – ainda que precária – no emprego. É o negociado já prevalecendo sobre o legislado. As aparências enganam, pois a negociação, no caso, traduz menos consentimento do que assentimento. O trabalhador apenas se submete; dobra-se à força do vento. Nada ganha, apenas perde menos”*.

➤ **Técnica de Decisão Judicial (4 horas-aula)**

- *Lógica da Decisão Judicial*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker – VT de Paracatu/MG



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker*

➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (2 horas-aula)**

*A Justiça do Trabalho e a Prova*

Instrutor:

Ministro Hugo Carlos Scheuermann – TST



*Ministro Hugo Carlos Scheuermann*

## ➤ Sistema Judiciário (1 hora-aula)

*O Juiz e a Função Corregedora*

Instrutor:

Ministro João Batista Brito Pereira – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



*Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho*

## ➤ Laboratório Judicial (5 horas-aula)

Oficina de Decisão Processual – Parte I

*Tópicos da Fase de Execução Trabalhista*

Instrutores:

- Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.<sup>a</sup> Região
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Sérgio Mont'alverne Frota – 7.<sup>a</sup> VT de São Luís/MA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Sérgio Mont'alverne e Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Impacto Econômico e Social das Decisões Judiciais*

Instrutor:

Professor Doutor Márcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo – SP



*Professor Doutor Márcio Pochmann*

➤ **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte II

*Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista*

Instrutores:

- Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT 10.<sup>a</sup> Região
- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta – Juíza Auxiliar da Presidência do TST



*Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos*



*Juíza Auxiliar da Presidência do TST Adriana Campos de Souza Freire Pimenta*

➤ **Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)**

*O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público*

Instrutor:

Doutor Eduardo Rocha Dias – Procurador Federal da Advocacia Geral da União (AGU)



*Procurador Federal da AGU Eduardo Rocha Dias*

➤ **Efetividade da Execução Trabalhista (3 horas-aula)**

- *Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista*
- *Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio Cesar Bebber – 2.<sup>a</sup> VT de Campo Grande/MS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio Cesar Bebber*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*O Sistema Recursal e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores*

Instrutor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



*Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho*

➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Aspectos Práticos das Ações Sindicais*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro – 9.<sup>a</sup> VT de Salvador/BA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro  
Laboratório Judicial*

➤ **Oficina de Decisão Processual – Parte IV (3 horas-aula)**

*Tópicos dos Procedimentos Especiais*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Assessor do Diretor

➤ **Preservação Documental (2 horas-aula)**

*Metodologia da Leitura dos Processos: Uma Abordagem Historiográfica.  
Preservação e Gestão Documental*

Instrutora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Cristina Caixeta – 20.<sup>a</sup> VT de Belo Horizonte/MG



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Cristina Caixeta*

➤ **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (4 horas-aula)**

- *Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira – Vara do Trabalho de Guarái/TO e Conselheiro do CNJ



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira*

## ➤ Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)

*Tópico – Educação Financeira*

Instrutor:

Professor José Pio Martins – Reitor da Universidade Positivo



*Professor José Pio Martins*

Como administrar financeiramente a carreira, a fim de garantir uma aposentadoria confortável? As informações dadas pelo Professor José Pio Martins, economista, chamaram a atenção dos Alunos-Juizes do 17.º Curso de Formação Inicial.

O estudo do tema *Educação Financeira e Previdenciária*, tratado pelo Professor José Pio, da Universidade Positivo de Curitiba/PR, objetiva preparar o magistrado para que construa, ao longo da carreira, sustentação financeira que garanta uma aposentadoria segura.

Segundo o Professor, o tema merece especial atenção, tendo em vista que a expectativa de vida do brasileiro vem aumentando nas últimas décadas, tornando necessária a preocupação financeira após os 60 anos.

O economista destacou que, segundo pesquisas divulgadas pelo *site* Valor Investe, *“com crédito farto, aumento do consumo compulsivo e da inflação, mais integrantes da classe A estão perdendo o sono com endividamento, e alguns já buscam grupos de ajuda e tratamento clínico”*.

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

*Relacionamento do Magistrado com a Sociedade – Trabalho, Justiça e Cidadania: o Juiz-Cidadão e o Cidadão-Juiz*

Instrutora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes – VT de Itapetinga/BA



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes*

➤ **Técnica de Instrução Trabalhista (2 horas-aula)**

*Acidentes e Doenças do Trabalho: Instrução Processual*

Instrutor:

Juiz do Trabalho Substituto Alessandro da Silva – 2.<sup>a</sup> VT de São José/SC



*Juiz do Trabalho Substituto Alessandro da Silva*

➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (1 hora-aula e 30 minutos)**

*Relacionamento do Magistrado com o Ministério Público do Trabalho e com a Auditoria Fiscal do Trabalho*

Painel

Coordenador:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Assessor do Diretor da ENAMAT

Participantes:

- Representante do MPT
- Procurador do Trabalho Erlan José Peixoto do Prado – Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho
- Representante da Auditoria Fiscal do Trabalho
- Auditor Fiscal do Trabalho Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra



*Procurador do Trabalho Erlan José Peixoto do Prado; Juiz Assessor do Diretor da ENAMAT, Marcos Neves Fava; Auditor Fiscal do Trabalho Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra*



*Procurador do Trabalho Erlan José Peixoto do Prado*



*Auditor Fiscal do Trabalho Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra*

➤ **Economia e Trabalho (3 horas-aula)**

*Economia, Produção e Políticas do Trabalho na Era da Globalização*

Painel

Coordenadora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST e Vice-Diretora da ENAMAT

Participantes:

- Professor Doutor Márcio Pochman – Presidente da Fundação Perseu Abramo/SP
- Professor Doutor Hélio Zylberstejn – Universidade de São Paulo (USP)



*17.º CFI realiza Painel sobre Economia e Trabalho*

### ➤ **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

*Direitos Humanos e Direito do Trabalho*

Instrutora:

Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida – FGV



*Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida*



*Alunos-Juízes assistem aula sobre Direitos Humanos e Direito do Trabalho*

A professora da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo Eloísa Machado de Almeida ministrou aula no dia 11/12 aos Alunos do 17.º Curso de Formação Inicial.

Abordou no decorrer de sua exposição os abusos cometidos contra empregados brasileiros contratados em território nacional para trabalhar no exterior e explicitou a competência para julgar ações provenientes desse tipo de vínculo e destacou as leis internacionais de proteção ao cidadão trabalhador.

Questões polêmicas, como trabalho escravo, trabalho infantil, proteção ao trabalho do portador do vírus HIV e prostituição, também foram tratadas pela Professora Eloísa. São temas que, segundo explicou, permeiam ações trabalhistas e merecem especial atenção dos magistrados.

### ➤ **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

*Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social*

Instrutora:

Patrícia Silva de Resende Nascimento – Coordenadora da TV-TST



*Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento*



*A Jornalista Patrícia Resende expõe aos Alunos-Juízes técnicas de relacionamento do magistrado com a mídia*

➤ **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual – Parte III

*Tópicos da Tutela de Urgência*

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Basilone Leite – 2.<sup>a</sup> VT de Florianópolis/SC
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas – VT de Bacabal/MA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Basilone Leite*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas (à esquerda) e Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto Basilone Leite*



*Oficina de Decisão Processual – Tópicos da Tutela de Urgência*



*Alunos-Juizes participam de Oficina de Decisão Processual*



*Oficina de Decisão Processual – Tópicos da Tutela de Urgência*



*Grupo de Alunos-Juízes realizam atividade na Oficina de Decisão Processual*



*Alunos-Juízes distribuídos em grupos para realização de trabalho na Oficina de Decisão Processual*



*Grupo de Alunos-Juízes em atividade prática de decisão processual*



*Alunos-Juízes em grupos de trabalho na Oficina de Decisão Processual – Tópicos da Tutela de Urgência*



*Alunos-Juízes assistem exposição sobre Oficina de Decisão Processual – Tópicos da Tutela de Urgência*

## Cerimônia de Formatura



*Mesa de Honra de Formatura do 17.º CFI*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, faz pronunciamento aos Alunos-Juizes na formatura do 17.º CFI*

A ENAMAT realizou, no dia 12 de dezembro, a cerimônia de formatura dos 60 Alunos-Juizes do 17.º Curso de Formação inicial.

Participaram da cerimônia o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, o Vice-Presidente, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, o Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, e vários Ministros da Corte.

O Presidente do TST parabenizou os novos Juizes pela aprovação no concurso público e destacou que, desde que ingressou na magistratura, em 1980, *“a Justiça do Trabalho cresceu muito, tornando-se um ramo do judiciário brasileiro pujante, cujas decisões têm uma repercussão muito grande, tanto social quanto economicamente”*. Destacou, ainda, a importância do Curso de Formação Inicial para a preparação da carreira dos Juizes.

O Diretor da ENAMAT, em seu pronunciamento, elogiou a participação dos alunos no Curso de Formação Inicial e lembrou que o aprendizado não se encerra com o CFI, cabendo aos novos Juizes buscar a capacitação ao longo de toda a vida profissional, com participação nos cursos oferecidos nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais e na ENAMAT.

Os Alunos-Juizes Rômulo Tozzo Techio, da 15.ª Região (Campinas) e Haydée Priscila Pinto Coelho de Sant’Ana, da 19.ª Região (AL), escolhidos oradores da turma pelos demais alunos, assinalaram em seus discursos a preocupação da ENAMAT ao fomentar a formação inicial dos magistrados.

*“Devido à facilidade de informações, sobretudo nas redes sociais, o magistrado está cada vez mais exposto em suas condutas profissionais e privadas, e seus deslizes individuais acabam por afetar, ainda que injustamente, a classe como um todo. E a forma de lidar com tudo isso, certamente não se aprende em nossos estudos para o concurso da magistratura, vai muito além, e acreditamos que os debates sobre como enfrentarmos os desafios, é um dos grandes legados que a ENAMAT nos ofereceu.”*

O 17.º CFI foi realizado no período de 10 de novembro a 12 de dezembro. Os 60 Alunos – 30 Juizes e 30 Juizas – são oriundos das seguintes Regiões: 1.ª (RJ), 2.ª

(SP), 5.<sup>a</sup> (BA), 6.<sup>a</sup> (PE), 14.<sup>a</sup> (RO-AC), 15.<sup>a</sup> (Campinas/SP), 16.<sup>a</sup> (MA), 18.<sup>a</sup> (GO), 19.<sup>a</sup> (AL) e 22.<sup>a</sup> (PI). Com 169 horas-aula, o programa do curso incluiu atividades práticas (oficinas de instrução, conciliação e decisão processual), aulas teóricas sobre relacionamento com a sociedade, a imprensa e o Ministério Público, administração judiciária e linguagem jurídica, visitas guiadas a órgãos judicantes e debates sobre temas contemporâneos.



*Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST, discursando para os Formandos do 17.º CFI*



*Cerimônia de Formatura do 17.º CFI*



*Haydée Priscila Pinto Coelho de Sant'Ana, da 19.<sup>a</sup> Região e Rômulo Tozzo Techio, da 15.<sup>a</sup> Região, oradores da turma de formandos do 17.º CFI*



*Haydée Priscila Pinto Coelho de Sant'Ana e Rômulo Tozzo Techio, oradores*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST, iniciam a entrega de certificados*



*Participantes e formandos na Cerimônia de Formatura do 17.º CFI*



*Entrega de certificado ao formando Leonardo Almeida Cavalcanti, da 1.ª Região*



*Entrega de certificado à formanda Nayara Pepe Medeiros de Rezende, da 2.ª Região*



*Entrega de certificado à formanda Juliana Marinho Okí, da 5.ª Região*



*Entrega de certificado ao formando Gilberto Oliveira Freitas, da 6.ª Região*



*Entrega de certificado à formanda Luciana Mendes Assumpção, da 14.ª Região*



*Entrega de certificado ao formando Otávio Lucas de Araújo Rangel, da 15.ª Região*



*Entrega de certificado à formanda Ive Seidel de Souza Costa, da 16.ª Região*



*Entrega de certificado ao formando Fernando Rossetto, da 18.ª Região*



*Entrega de certificado à formanda Haydée Priscila Pinto Coelho de Sant'ana, da 19.ª Região (Oradora)*



*Entrega de certificado ao formando Gustavo Ribeiro Martins, da 22.ª Região*

## **17.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL**

### **QUADRO GERAL DOS COMPONENTES CURRICULARES**

CFC Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho – 10 h/a

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO – 3 h/a

ABERTURA E AULA INAUGURAL – 3 h/a

#### **BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS – 108 – h/a**

- Deontologia Profissional Aplicada – 2 h/a
- Técnica de Decisão Judicial – 4 h/a
- Sistema Judiciário – 4 h/a
- Linguagem Jurídica – 3 h/a
- Administração Judiciária – 4 h/a
- Teoria Geral do Juízo Conciliatório – 5 h/a
- Psicologia Judiciária Aplicada – 2 h/a
- Relacionamento com a Sociedade e a Mídia – 5 h/a
- Temas Contemporâneos – 27 h/a
- Efetividade da Execução Trabalhista – 3 h/a
- Laboratório Judicial – 49 h/a

#### **BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES – 28 h/a**

- Técnica de Instrução Trabalhista – 7 h/a
- Tecnologias Aplicadas à Magistratura – 4 h/a
- Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – 7 h/a
- Economia e Trabalho – 3 h/a
- Processo Eletrônico – 2 h/a
- Educação Financeira e Previdenciária – 4 h/a
- Preservação Documental – 1 h/a

#### **BLOCO DE ESTÁGIOS E DE ESTUDO – 15 h/a**

- Estágios Supervisionados – 13 h/a
- Atividades de Estudo – 2 h/a

FORMATURA – 2 h/a

**Carga horária total: 169 h/a**



## FORMAÇÃO CONTINUADA

Os Cursos de Formação Continuada são promovidos pela ENAMAT sob o formato **presencial**, **semipresencial** ou **à distância**, no Brasil ou no exterior, inclusive mediante convênios, dirigidos a todos os Magistrados Trabalhistas vitalícios em exercício, de qualquer grau de jurisdição.

### **MODALIDADE PRESENCIAL**

#### **Cursos de Formação Continuada na Modalidade Presencial – ENAMAT/2014**

<b>Curso de Formação Continuada/Presencial</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Turmas</b>
<b>Língua Inglesa para Ministros do TST</b>	Contínuo, por semestre	14	2
<b>Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho</b>	4 e 5 de agosto	52	1
<b>Palestra: A Jurisprudência da Corte Européia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho</b>	20 de agosto	72	1
<b>Simpósio: O Novo CPC e possíveis impactos no Processo do Trabalho</b>	15 e 16 de setembro	199	1
<b>Igualdade de Oportunidades e Trato no Emprego e na Profissão: Instrumentos Normativos da OIT e a sua Aplicação no Brasil</b>	28 e 29 de outubro	69	1
<b>Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil</b>	10 e 11 de novembro	105	1
<b>Direito do Trabalho Comparado: Brasil/Argentina/Uruguai</b>	20 e 21 de novembro	77	1

Fonte: ENAMAT

**TOTAL DE ALUNOS**  
**CFC – Modalidade Presencial: 588**

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA INGLESA PARA MINISTROS DO TST



O Curso de Formação Continuada em Língua Inglesa é destinado aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e tem como objetivo fundamental proporcionar ao aluno o ensino idioma, buscando-se os meios necessários para aperfeiçoar sua capacidade de compreensão e comunicação.

Os objetivos específicos do curso são promover o desenvolvimento e propiciar o aprimoramento das 4 habilidades da língua inglesa: fala e pronúncia, compreensão da mensagem oral, redação e leitura e compreensão de textos.

O curso é composto por duas turmas de 7 alunos cada, sendo uma turma voltada para a classe Iniciante e outra para Intermediário.

A metodologia do curso pauta-se na utilização do material didático *New American Inside Out*, da Editora MacMillan, complementado por conteúdos extracurriculares de relevância atual e aspectos histórico-culturais, veiculados por meio de diversos recursos de multimídia, tais como vídeo, som e computação.

O curso é constituído por módulos semestrais de 20 aulas, que ocorrem uma vez por semana e apresentam uma duração de 1h45min cada. Em 2014 foram desenvolvidos os seguintes conteúdos programáticos:

## TURMA: INICIANTE

### Fevereiro

- Países e Nacionalidades
- Pronomes Pessoais e Verbo To Be
- Verbo To Be – Afirmativo e Negativo
- Artigos Indefinidos e Cores

### Março

- Plural das Palavras
- Horas
- Atividades Diárias

### Abril

- Verbo To Be – Perguntas
- Profissões

### Mai

- Meses do Ano
- Família
- Dias da Semana
- Perguntas Pessoais (Conversação)
- Vocabulário - Categorias

### Junho

- Cumprimento e Itens Favoritos
- Uso de *Do / Don't Like / Do You Like?* e Partes da Casa

### Agosto

- Aula inaugural – Tema: Relembrando a Copa do Mundo – Revisão: Countries and nationalities, alphabet, likes and dislikes, feelings
- Family and Possessive ('s)
- Family and Possessive
- Furniture, Parts of the house, There is/there are (afirmativo e negativo)

### Setembro

- Aula Temática – Paris – Revisão: There Is/ There Are, Possessives; Conversação - Who/what/ Where/ what's your favourite, vídeo e música em inglês sobre a cidade
- Furniture, Parts of the house, There is/ there are (afirmativo e negativo)
- There is/ There are (questions)

### Outubro

- Adjectives (big, small, hot, cold, old, new, delicious, terrible, expensive, cheap, ugly, beautiful, handsome, pretty)
- Action verbs (live, eat, drink, go, play, watch, etc.), the Biography of David Cameron
- Simple Present – do/ don't, do (questions), question words (what/ where/ who/ when/ why)

### Novembro

- Aula Temática – Abraham Lincoln – Gramática: verb to be, video, conversation, song about Lincoln; biography: reading comprehension, revisão: do, there is / there are, spelling
- Review: question words (questions and answers, do *versus* verb to be)

### Dezembro

- Simple Present – third person singular and book pages 18, 19, 20
- Aula Temática – Christmas
- Revisão do conteúdo do semestre

## TURMA: INTERMEDIÁRIO

### Fevereiro

- Família
- Artigo sobre os Benefícios da Maçã
- Nomes – Pronúncia de – ed nos Verbos Regulares do Passado
- Artigo sobre Dronnes – Uso de *Look* e *Look Like*

### Março

- Nomes e Partes do Carro
- Revisão do Verbo *To Be* (Presente e Passado) e Alguém Importante Para Você (Conversação)
- Fantasma da Ópera- Parte 1
- Fantasma da Ópera – Parte 2

### Abril

- Texto sobre Ministros do TST e Leitura
- Lugares na Cidade e Uso de *There Is/There Are*
- Restaurante – Parte 1

### Maio

- Sentir-se Jovem e Uso de *So* e *Such a*
- Aula Temática Sobre Machiavel
- Pontos Cardeais e Diálogo Informal
- Viagem dos Sonhos (Videos – Polinésia, França e Istambul)
- O Melhor Lugar que já Conheceu (Conversação)

### Junho

- Buenos Aires e Evita Peron
- Um Musical
- Hotel (Viagem)

### Agosto

- Aula inaugural – Tema: Relembrando a Copa do Mundo – Countries and nationalities, feelings, possessive adjectives, quis, song
- Revisão: Family, so and such, very and too, possessives
- Healty eating – reading comprehension and conversation
- Quantifiers – much, many, little, few, countable and uncountable, book p. 16

### Setembro

- Aula Temática – Paris – Revisão: quantifiers, conversation: French Art, song; question words, video e música sobre a cidade
- Puppy love: simple past (reading and conversation)
- Romeo and Juliet: simple past (question, negatives and irregular verbs, book p. 20)

### Outubro

- Love at first sight: book p. 21, love vocabulary, listening, verbs in the simple past
- Book p. 22, simple past (affirmative, negative, question)
- Past continuous
- English with the News: Ebola (reading, listening and conversation)

### Novembro

- Aula Temática – Abraham Lincoln – Biography, listening 1 and song about Lincoln and Slavery; listening 2, was there/were there, Lincoln's Campain Song
- Story telling and the use of adverbials (Faire Tales)

### Dezembro

- Adverbs (book p. 25) and English for Traveling
- Aula Temática – Christmas
- Book p. 26 and English for Traveling

## AULA TEMÁTICA – NATAL

Dia 12/12/2014



*Professora de inglês ministra aula com tema de Natal para Ministros do TST*



*Ministros do TST em aula temática do Curso de Inglês – Natal*



*Aula temática do Curso de Inglês sobre o Natal*



*Curso de Inglês para Ministros do TST realiza aula sobre o Natal*

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEMAS DE HERMENÊUTICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO

4 e 5 de agosto de 2014



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou, nos dias 4 e 5 de agosto, o *Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho*, na modalidade presencial, ministrado pelo Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O curso foi direcionado a Desembargadores do Trabalho, Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos.

Realizado no auditório da ENAMAT, em Brasília, o curso, com 14 horas de duração, contou com a participação de 51 magistrados de diversos Tribunais Regionais do Trabalho e mais 35 magistrados que continuariam o curso na modalidade à distância (semipresencial), no total de 86 participantes.

O Professor Thomas Bustamante tratou das questões relativas ao método da filosofia do Direito, a relação entre filosofia e prática judicial e sua contribuição na judicatura trabalhista, além das teorias normativas da interpretação e da argumentação.

Para os 51 alunos que fizeram o curso exclusivamente na forma presencial, o Professor realizou uma atividade final avaliativa sobre o tema **Precedentes**, apresentando, para análise, o caso **STF, Inquérito 2.131 – DF**, tendo como assunto o conceito de "trabalho escravo" para fins de persecução penal.

Como tópicos para discussão, foi proposto verificar se os conceitos jurídicos de amplo espectro, segundo Dworkin, são conceitos políticos e se esses conceitos, muitas vezes, são compreendidos a partir de um feixe de considerações morais, éticas e pragmáticas (por vezes, até econômicas) no discurso dos Juízes. Os magistrados deveriam examinar se conseguiam encontrar essas considerações nos votos dos Ministros Ellen Gracie e Gilmar Mendes do STF e explicitar de que modo se posicionavam em relação à controvérsia desses dois juízes, associando ao Direito do Trabalho.



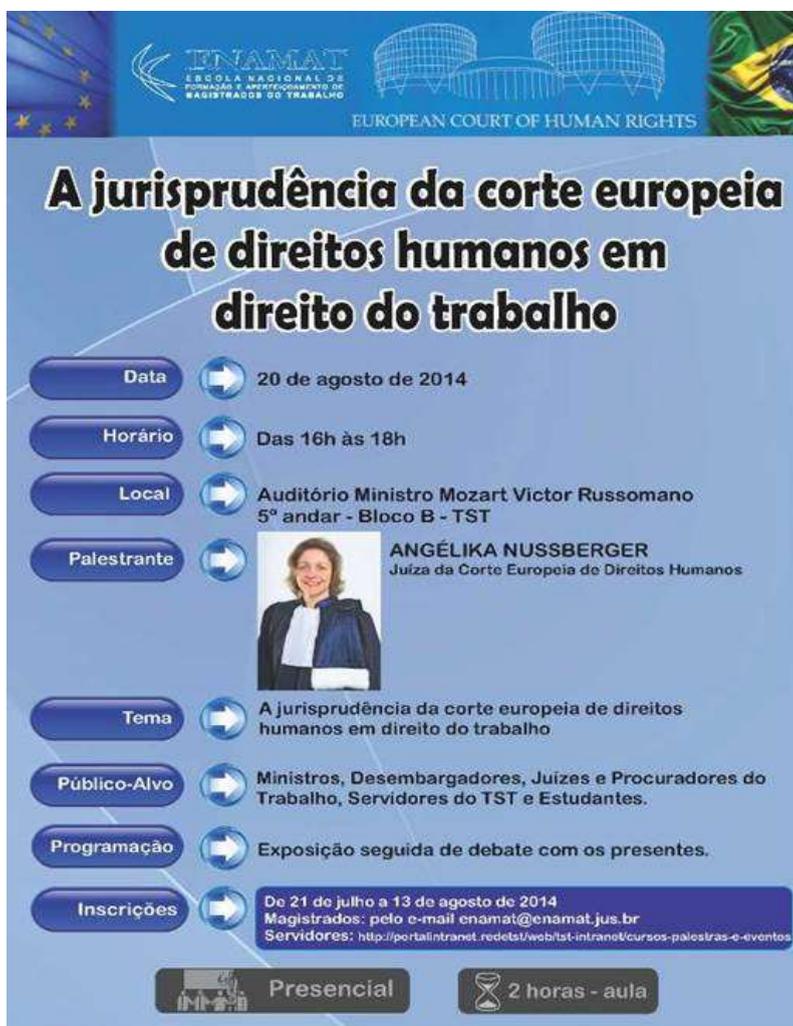
*Professor Thomas Bustamante ministra aula sobre Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho*



*Magistrados assistem a aula sobre Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho*

# CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – PALESTRA: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS EM DIREITO DO TRABALHO

20 de agosto de 2014



The poster features a blue background with logos at the top: the European Union flag, the ENAMAT logo (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), and the European Court of Human Rights logo. The main title is 'A jurisprudência da corte europeia de direitos humanos em direito do trabalho'. Below this, there are several sections with blue buttons and white text:

- Data:** 20 de agosto de 2014
- Horário:** Das 16h às 18h
- Local:** Auditório Ministro Mozart Victor Russomano, 5º andar - Bloco B - TST
- Palestrante:** ANGÉLIKA NUSSBERGER, Juíza da Corte Europeia de Direitos Humanos. A name is written in all caps, and the title is in title case.
- Tema:** A jurisprudência da corte europeia de direitos humanos em direito do trabalho
- Público-Alvo:** Ministros, Desembargadores, Juizes e Procuradores do Trabalho, Servidores do TST e Estudantes.
- Programação:** Exposição seguida de debate com os presentes.
- Inscrições:** De 21 de julho a 13 de agosto de 2014. Magistrados: pelo e-mail [enamat@enamat.jus.br](mailto:enamat@enamat.jus.br). Servidores: <http://portalintranet.redetst/wob/tst-intranet/cursos-palestras-e-eventos>

At the bottom, there are two buttons: 'Presencial' with a building icon and '2 horas - aula' with an hourglass icon.



Angelika Nussberger, palestrante, componente da Corte Europeia de Direitos Humanos

A ENAMAT promoveu, no dia 20 de agosto, palestra sobre o tema *A Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho*. Foi palestrante convidada a professora universitária e representante alemã na Corte Europeia de Direitos Humanos Angelika Nussberger.

A atividade realizou-se das 16h às 18h, no Auditório da ENAMAT, com transmissão direta para 16 Tribunais Regionais do Trabalho. Participaram da palestra Ministros, Desembargadores do Trabalho, Juízes do Trabalho, Procuradores do Trabalho e Servidores do TST. O evento contou com tradução simultânea para o público-alvo.

A palestrante foi pesquisadora do Max Planck Institute, com passagem pela Universidade de Harvard, e consultora jurídica do Conselho da Europa em Estrasburgo. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Colônia, ministra aulas de Direito Internacional, Direito Público Alemão e Direito Constitucional Comparado. Atuou como Pró-Reitora de carreiras acadêmicas, diversidade e internacionalidade, além de ter integrado a Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre 2004 e 2010.



*Professora alemã Angelika Nussberger e Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, Professora alemã Angelika Nussberger e Ministro Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro da ENAMAT*



*Procurador-Geral do Trabalho, Luís Camargo; Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; e Professora alemã Angelika Nussberger*



*Magistrados assistem a palestra sobre A Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho*



*Procurador-Geral do Trabalho, Luís Camargo; Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; e Professora alemã Angelika Nussberger*

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – SIMPÓSIO: O NOVO CPC E POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO

15 e 16 de setembro de 2014

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou, entre os dias 15 e 16 de setembro, como atividade de formação continuada, o *Simpósio sobre o Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho*, com a participação de magistrados dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

### 15/9/2014

8h	Credenciamento
8h30	Mesa de abertura
9h	Conferência de Abertura: Aspectos Gerais do Novo CPC – Fredie Didier Júnior
9h50	Perguntas
10h20	Intervalo
10h50	Palestra – Negociação Processual – <b>Antônio do Passo Cabral</b>
11h25	Palestra – Aspectos Gerais da Prova – <b>Leonardo José Ribeiro Coutinho Berardo Carneiro da Cunha</b>
12h	Almoço
14h	Painel – Coisa julgada, Ação Rescisória e Decisão Judicial <b>Rodrigo Otávio Barioni</b> – Coisa Julgada <b>Flávio Luiz Yarshell</b> – Ação Rescisória <b>Fernando da Fonseca Gajardoni</b> – Decisão Judicial
15h30	Perguntas
16h	Intervalo
16h30	Palestra - Sistema de Solução dos Recursos Repetitivos – <b>Desembargador Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</b>
17h10	Palestra – Ônus da Prova – <b>Sérgio Cruz Arenhart</b>
17h50	Encerramento das atividades do dia

## Abertura



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, faz pronunciamento na abertura do Simpósio*

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro João Oreste Dalazen, realizou, no dia 15 de setembro, no Auditório Ministro Mozart Victor Russomano, localizado no Tribunal Superior do Trabalho, a abertura do Simpósio *O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*.

O Diretor falou aos magistrados do trabalho sobre os avanços e a modernização do Novo Código, *“principalmente nos procedimentos de execução e cumprimento das sentenças, com inegáveis ganhos na efetividade dos atos nessa fase processual”*.

“Mesmo sendo possível a discussão acadêmica acerca da autonomia científica do Direito Processual do Trabalho, em cotejo com o Direito Processual Civil, parece inquestionável que não se cuida de compartimentos estanques da Ciência do Direito. Ao contrário, há vasos comunicantes entre esses dois ramos do Direito, e um diálogo permanente entre eles pode e deve ser encetado com proveito recíproco”, disse o Diretor.

Ele destacou a importância da nova lei *“mediante a aplicação supletiva, cada vez mais intensa, dadas as notórias lacunas de que ainda se ressente a Consolidação das Leis do Trabalho”*.

Segundo o Ministro, incumbe à Escola de Juízes antecipar e promover a preventiva reflexão acerca das mudanças que se avizinham, tendo em vista prevenir e fazer antever aos magistrados os avanços, os novos sistemas propostos, e desde logo, as dificuldades que a novel legislação imporá.

O simpósio constituiu a oportunidade, segundo ele, “*de aprender e debater as novidades da futura lei, na companhia dos melhores nomes do Direito Processual Civil brasileiro, muitos dos quais pessoalmente envolvidos na assistência técnica ao Congresso Nacional no curso do processo legislativo*”.



*Professor Doutor Fredie Didier Júnior, conferencista, e Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*



*Magistrados participam da abertura do Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Participantes do Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*

## Conferência de Abertura



*Professor Doutor Fredie Didier Júnior, conferencista*

O Advogado, Mestre e Doutor Fredie Didier Júnior foi o responsável pela conferência de abertura do Simpósio *O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*.

Ele tratou do tema **Aspectos Gerais do Novo CPC**. Em sua abordagem inicial, explicitou a história da complexa tramitação legislativa e o espírito do novo código que, segundo o conferencista, encontra-se no Senado Federal, com publicação prevista para depois das eleições deste ano no Brasil. Destacou o conferencista que o simpósio trouxe para debate entre os participantes as principais mudanças que repercutirão no Processo do Trabalho.

## Palestras



*Procurador da República Antonio do Passo Cabral*

Após a apresentação do Professor Didier, deu-se a palestra do Procurador da República Antonio do Passo Cabral, Professor de Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele falou sobre o tema **Negociação Processual**.



*Leonardo José Ribeiro Coutinho Berardo Carneiro da Cunha, Procurador do Estado de Pernambuco*

O tema **Aspectos Gerais da Prova** ficou a cargo do Procurador do Estado de Pernambuco Leonardo José Ribeiro Coutinho Berardo Carneiro da Cunha, Mestre e Doutor em Direito e Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa, membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e do Instituto Iberoamericano de Direito Processual.

## **Painel**



*Rodrigo Otávio Barioni*

No período da tarde, ocorreu a apresentação do painel *Coisa julgada, Ação Rescisória e Decisão Judicial*. Os temas do painel foram apresentados por Rodrigo Otávio Barioni, Advogado, Mestre, Doutor e Professor de Direito; Flávio Luiz Yarshell, Advogado, Mestre, Doutor e Professor de Direito; e Fernando da Fonseca Gajardoni, Juiz de Direito do Estado de São Paulo, Mestre e Doutor em Direito Processual.



*Flávio Luiz Yarshell*



*Juiz de Direito Fernando da Fonseca Gajardoni*

## Palestras

Duas palestras encerraram o primeiro dia de atividades do Simpósio: **Sistema de Solução dos Recursos Repetitivos**, proferida pelo Desembargador Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, e **Ônus da Prova**, pelo Procurador Federal Sérgio Cruz Arenhart.



*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Desembargador Federal*



*Sérgio Cruz Arenhart, Procurador Federal*



*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Desembargador Federal, Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Sérgio Cruz Arenhart, Procurador Federal*

**16/9/2014**

9h	<b>Conferência – A Força dos Precedentes Judiciais no Estado Federativo – Nelson Nery Junior</b>
9h50	<b><i>Perguntas</i></b>
10h10	<b><i>Intervalo</i></b>
10h40	Palestra — Cortes Constitucionais e Cortes Superiores – <b>Daniel Francisco Mitidiero</b>
11h20	Palestra – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – <b>Luiz Henrique Volpe Camargo</b>
12h	<b><i>Almoço</i></b>
14h	Palestra – Execução – <b>Daniel Amorim Assumpção Neves</b>
14h40	Painel – Impacto do Novo CPC no Processo do Trabalho. <b>Estêvão Mallet</b> <b>Júlio César Bebber</b> <b>Homero Mateus Batista da Silva</b>
16h10	<b><i>Intervalo</i></b>
16h30	Conferência de Encerramento – <b>Cássio Scarpinella Bueno</b> Tema: <b>Os Princípios do(s) Projeto(s) de Novo CPC</b>
17h15	<b>Encerramento do Simpósio</b>

## Conferência



*Professor Doutor Nelson Nery Junior – PUC/SP e UNESP*

No último dia do Simpósio *O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*, realizado pela ENAMAT, a conferência inicial foi conduzida pelo mestre em Direito Civil e doutor em Direito Processual Civil Nelson Nery Junior. O professor Nery apontou aspectos que, no novo futuro código, parecem-lhe inconstitucionais, no que diz respeito ao cumprimento obrigatório de precedentes judiciais, ao tratar do tema **A Força dos Precedentes Judiciais no Estado Federativo**.

## Palestras

No período da manhã, foram proferidas palestras por Daniel Francisco Mitidiero, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que falou sobre o tema **Cortes Constitucionais e Cortes Superiores**, e pelo Professor Luiz Henrique Volpe Camargo, que tratou do tema **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. Segundo Mitidiero, as funções das Cortes Superiores, no novo modelo, serão bastante alteradas, porque o Código reserva-lhes um papel de guia da interpretação das Leis. Volpe Camargo destacou o procedimento do incidente que é criado pelo novo CPC e que tem o escopo de otimizar a solução de demandas iguais.



*Professor Doutor Daniel Francisco Mitidiero – UFRGS*



*Luiz Henrique Volpe Camargo, Advogado, Mestre e Especialista em Direito Processual Civil*



*Magistrados participantes do Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Servidores do TST assistem o Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho em transmissão simultânea*



*Ministros do TST e magistrados do trabalho assistem conferência no Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*



*Mesa para apresentação de palestrante e painelistas no Simpósio sobre o Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*

O advogado Daniel Amorim Assumpção Neves proferiu a palestra da tarde, sobre o tema **Execução no novo CPC**. Previu o palestrante que houve vários avanços em relação à reforma de 2006, a partir da experiência dos tribunais nessa importante fase

do processo, não obstante a existência de normas restritivas, como se dá com a proibição de penhora *on line* em antecipação dos efeitos da tutela.



*Daniel Amorim Assumpção Neves, Mestre e Doutor em Processo Civil*

## **Painel**

O Painel *Impacto do Novo CPC no Processo do Trabalho* foi aberto pelo advogado Estêvão Mallet e contou com a participação dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho Júlio César Bebber e Homero Mateus Batista da Silva. Nas exposições, os palestrantes procuraram antever quais das modificações da nova lei serão admitidas no Processo do Trabalho, com proveito para a melhoria da prestação jurisdicional.



*Professor Doutor Estêvão Mallet – USP*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber, Mestre e Doutor em Direito do Trabalho*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Mateus Batista da Silva, Mestre e Doutor em Direito do Trabalho*

## Conferência de Encerramento



*Professor Doutor Cássio Scarpinella Bueno – PUC/SP*

A conferência de encerramento do simpósio foi proferida pelo Professor Doutor Cássio Scarpinella Bueno, que tratou sobre **Os princípios do (s) Projeto(s) do Novo CPC**. O Professor da PUC-SP acentuou que por não ter terminado o processo legislativo, abordaria os princípios contidos no projeto do Senado e também naquele resultante dos debates na Câmara dos Deputados. Destacou a importância didática da repetição de princípios constitucionais na nova lei, incentivando os operadores do direito à sua mais intensa aplicação.



*Professor Doutor Cássio Scarpinella Bueno – PUC/SP*

Durante dois dias, renomados processualistas da atualidade estiveram presentes no Simpósio organizado pela ENAMAT, que foi considerado exitoso pelos participantes e reuniu 164 Juízes e Desembargadores do Trabalho, além de Ministros do TST. As atividades foram acompanhadas por transmissão simultânea por Juízes das 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e por cerca de 170 servidores do Tribunal Superior do Trabalho.

Ao encerrar o evento, o Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, destacou que o objetivo do Simpósio fora atingido e se revela na inauguração dos estudos, debates e reflexões sobre o novo Código, antecipando os problemas e antevendo as medidas que se mostram adequadas com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E TRATO NO EMPREGO E NA PROFISSÃO: INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA OIT E A SUA APLICAÇÃO NO BRASIL**

**28 e 29 de outubro de 2014**

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou, nos dias 28 e 29 de outubro, o Curso de Formação sobre Igualdade de Oportunidades e Trato no Emprego e na Profissão: Instrumentos Normativos da OIT e a sua Aplicação no Brasil, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), destinado a Juízes e Desembargadores do Trabalho.

O Curso foi transmitido simultaneamente para magistrados dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho





*Mesa de Honra do CFC realizado pela ENAMAT, em parceria com a OIT*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, abre o CFC – Igualdade de Oportunidades e Trato no Emprego e na Profissão: Instrumentos Normativos da OIT e a sua Aplicação no Brasil*

*“A democracia não se instala definitivamente e adensadamente em um ambiente onde a isonomia e a igualdade não presidam as relações sociais”.* A frase do Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, marcou a abertura do Curso de Formação Continuada “Igualdade de oportunidades e trato no emprego e na profissão: instrumentos normativos da OIT e a sua aplicação no Brasil”.

Em seu discurso, o ministro salientou a importância do tema, ao afirmar que a relação do trabalho, notadamente o trabalho subordinado, *“constitui terreno fértil para a aplicação do princípio da igualdade, assegurando-se, como meta ideal, o tratamento isonômico a todos os envolvidos no processo produtivo”*. Nesta área, em particular, disse ele, *“a prática discriminatória torna-se ainda mais aguda, a partir da conhecida disparidade de forças entre os agentes do contrato de trabalho”*.

A solenidade de abertura contou com a participação do Coordenador de Direitos Humanos, Risco e Vulnerabilidade da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde, Ivo Brito, e da Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, além de Ministros do TST e Membros do Poder Legislativo.

A manhã foi dedicada ao painel e discussão interativa sobre as formas de discriminação no emprego e na profissão, em razão de estado soropositivo e orientação sexual, dentre outros. Participaram como painelistas o representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS Moysés Toniolo, e os Deputados Federais Jean Wyllys e Erika Kokay.

Foi apresentado um panorama da estrutura da OIT, as normas internacionais do Trabalho e o funcionamento dos mecanismos supervisores, sob orientação da Dra. Kirsten Schapira, especialista em Normas Internacionais do Trabalho e das Relações de Trabalho do Escritório Sub-Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Santiago, no Chile.

Em parceria com a Dra. Anna Torriente, assessora jurídica sênior da OIT, no Departamento de Proteção aos Trabalhadores, na área voltada aos portadores de HIV/AIDS nas Américas, foram debatidos os motivos da discriminação elencados pela OIT. O instrutor Ivo Brito, sociólogo e coordenador da área de Direitos Humanos, Risco e Vulnerabilidade do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde falou sobre os modos de transmissão e a epidemia no Brasil.

No segundo dia, os participantes trabalharam com estudo de casos e questões de procedimentos, tais como ônus da prova, proteção contra a vitimização, obstáculos ao acesso à justiça e recomendações da Comissão de Experts da OIT. E, também, apresentação de vídeo, atividades em grupo e conferência sobre igualdade de gênero.



*Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT no Brasil*



*Doutor Ivo Brito, Coordenador de Direitos Humanos, Risco e Vulnerabilidade da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde*



*Moisés Toniolo, representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS*



*Ministros do TST e Desembargadores e Juízes do Trabalho participam da abertura do Curso*



*Mesa composta pelo Ministro João Oreste Dalazen (terceiro da direita para a esquerda) e pelos painelistas*



*Deputada Federal Érika Kokay*



*Deputado Federal Jean Wyllys*



*Ministros do TST, Juízes e Desembargadores do Trabalho participam do Curso*

**PROGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

***Igualdade de Oportunidades e Trato no Emprego e na Profissão:  
Instrumentos Normativos da OIT e a sua Aplicação no Brasil***

***Brasília, 28 e 29 de outubro de 2014***

***ENAMAT (TST) – Brasília-DF – Auditório da ENAMAT***

<b>Dia 28/10/2014</b>	
<b>Discriminação no Emprego e na Profissão</b>	
<b>HORÁRIO</b>	<b>ATIVIDADE</b>
8:30/9:00	Credenciamento
9:00/9:30	Sessão de Abertura <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENAMAT (Ministro João Oreste Dalazen)</li> <li>• OIT (Laís Abramo)</li> <li>• Ministério da Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (Ivo Brito)</li> </ul>
9:30/10:30	Painel e discussão interativa sobre as formas de discriminação no emprego e na profissão, em razão de estado soropositivo, orientação sexual ou outros motivos.  <i>Painelistas: Moysés Toniolo/ Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - Deputado Federal Jean Wyllys - Deputada Federal Erika Kokay</i>
10:30/10:50	Coffee Break

10:50/11:15	Objetivos da formação e quebra-gelo Instrutores: Kirsten Maria Schapira, Anna Torriente, Thaís Faria e Eric Carlson
11:15/12:00	Panorama da estrutura da OIT, as normas internacionais do trabalho e o funcionamento dos mecanismos supervisores Instrutora: Kirsten Maria Schapira
12:00/13:00	O princípio de igualdade de oportunidades e tratamento: Introdução à Convenção N° 111 <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de discriminação</li> <li>• Âmbito de aplicação</li> <li>• Exemplos de discriminação direta e indireta</li> </ul> Instrutoras: Kirsten Maria Schapira e Anna Torriente
13:00/14:00	Almoço
14:00/15:00	Estudo de caso (Facilitadores) Motivos de discriminação reconhecidos na Convenção 111 (raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social) Outros motivos reconhecidos na Recomendação 200: estado soropositivo real ou presumido, orientação sexual e identidade de gênero Instrutoras: Kirsten Maria Schapira e Anna Torriente
15:00/16:00	Atividade Individual: Teste o seu conhecimento sobre o HIV e a AIDS (Facilitadores) Os modos de transmissão e a epidemia no Brasil Instrutor: Ivo Brito
16:00/16:15	Coffee Break
16:15/17:30	Estudo de caso (Facilitadores)

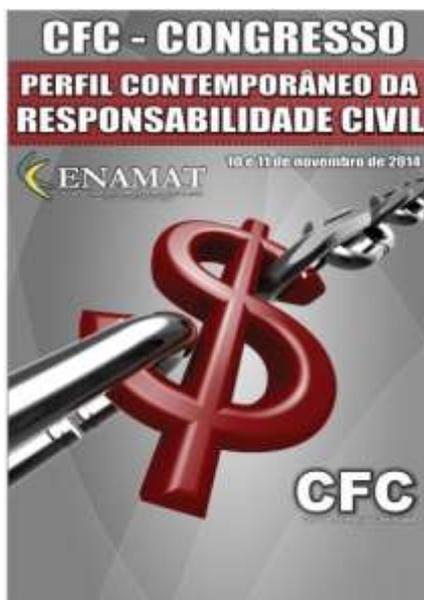
**Dia 29/10/2014**

**Usar as Normas da OIT e o Direito Nacional Para Apoiar a Resposta Nacional à Discriminação, incluindo por motivos de estado sorológico**

<b>HORÁRIO</b>	<b>ATIVIDADE</b>
9:00/9:15  9:15/10:00	Recapitulação do Dia 28/10 (pelos participantes) Instrumentos internacionais e regionais pertinentes ao HIV e à AIDS princípios chaves da Recomendação N° 200 e exemplos de casos Instrutoras: Anna Torriente e Kirsten Maria Schapira
10:00/11:00	Apresentação sobre as ações da OIT sobre o HIV e a AIDS no Brasil Instrutores: Thaís Faria e Eric Carlson
11:00/11:15	Coffee Break
11:30/13:00	Igualdade de gênero <ul style="list-style-type: none"><li>• Discriminação por motivos de sexo</li><li>• Assédio sexual</li><li>• Discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero</li><li>• Grupos chaves vulneráveis e de maior risco</li></ul> Igualdade de gênero, HIV e LGBT (Estudo de caso) – (Facilitadores) Instrutores: Anna Torriente e Eric Carlson
13:00/14:00	Almoço
14:00/15:30	Vídeo sobre HIV e AIDS (10 minutos) Estudo de caso – (Facilitadores)
15:30/15:45	Coffee Break
15:45/17:00	Questões de procedimento/processuais: <ul style="list-style-type: none"><li>• Ônus da prova</li><li>• Proteção contra a vitimização</li><li>• Obstáculos ao acesso à justiça</li><li>• Recomendações da Comissão de Expertos da OIT</li></ul> Atividade de grupo: Plano de ação (Facilitadores) Instrutores: Kirsten Maria Schapira e Anna Torriente
17:00/17:30	Sessão de encerramento e entrega de certificados

# CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – CONGRESSO: PERFIL CONTEMPORÂNEO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10 e 11 de novembro de 2014



Dia 10/11/2014

## Abertura



*Mesa de abertura do CFC – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil*



*Ministros do TST, Juízes e Desembargadores do Trabalho participam do CFC*

## **Conferência de Abertura**



*Professor Doutor Luiz Edson Fachin*

O Mestre e Doutor Luiz Edson Fachin proferiu a palestra de abertura do Curso de Formação Continuada – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil, promovido pela ENAMAT, durante duas horas, para um auditório repleto de Magistrados Trabalhistas, focalizando o tema *Perfil da Responsabilidade Civil Contemporânea no Brasil*.

Em relação ao tema, o Professor Doutor Luiz Fachin abordou o papel da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n.º 45, o conceito de segurança jurídica, jurisprudência dos Tribunais, responsabilidade objetiva pelo risco criado, responsabilidade fundada na culpa, terceirização, dano moral e acidente de trabalho, além de traçar um paradoxo das decisões que envolvem responsabilidade civil no Brasil.

No final da palestra, os participantes tiveram a oportunidade de suscitar e debater questões sobre o assunto em pauta.

À conferência de abertura seguiram-se cinco palestras, tendo como palestrantes nomes ilustres no ramo do Direito Civil: Cláudio Luiz Bueno de Godoy, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, José Affonso Dallegrave Neto, Eugênio Facchini Neto e Néelson Rosenvald.

A qualificação e a evolução do dano moral, bem como os métodos para fixar a quantificação da indenização, foram as tônicas das palestras, seguidas de exemplos práticos e de comparações da aplicação do Direito em outros países.



*CFC – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil*



*Mesa composta pelo Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT (terceiro da esquerda para a direita), e por palestrantes do CFC*

## Palestras

*Evolução da Responsabilidade Civil*

Palestrante:

Cláudio Luiz Bueno de Godoy



*Cláudio Luiz Bueno de Godoy*



*Participantes do CFC – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil*

*Quantificação da Indenização por Danos Morais*

Palestrante:

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino



*Paulo de Tarso Vieira Sanseverino*

*Responsabilidade Civil e Direito do Trabalho*

Palestrante:

José Affonso Dallegrave Neto



*José Affonso Dallegrave Neto*

*Dano Existencial: Precificando Lágrimas?*

Palestrante:

Eugênio Facchini Neto



*Eugênio Facchini Neto*

*Função Punitiva da Indenização por Danos*

Palestrante:

Nélson Rosenvald



*Nélson Rosenvald*

Dia 11/11/2014

## Conferência



*Professora Doutora Maria Celina Bodin de Moraes*

O dano existencial, nova modalidade de dano extrapatrimonial que vem sendo reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente nos julgamentos de lides trabalhistas, é sinônimo de dano moral ou uma subespécie dele? Esta foi uma das questões apresentadas pela professora Maria Celina Bodin de Moraes no segundo e último dia do Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil, ao proferir a Conferência sobre o tema *Danos à Pessoa*.

A história, o conceito, a valoração e a jurisprudência acerca dos diversos tipos de danos à pessoa - dano existencial, dano biológico, dano psíquico, dano estético e dano à privacidade - foram abordados na conferência proferida pela professora Maria Celina, advogada e doutora em Direito Civil pela *Università Degli Studi di Camerino*, na Itália.

## Painel

### *Responsabilidade e Nexo Causal Responsabilidade Civil Objetiva e Risco Empresarial*

Palestrante:

Milena Donato Oliva



*Milena Donato Oliva*

### *A Responsabilidade Civil por Presunção de Causalidade*

Palestrante:

Caitlin Sampaio Mulholland



*Caitlin Sampaio Mulholland*

*Segurança Empresarial: Controle Patronal vs Dano Pessoal ao Trabalhador*

Palestrante:

Ipojucan Demétrius Vecchi



*Ipojucan Demétrius Vecchi*

*Exclusão da Responsabilidade: Caso Fortuito Externo e Caso Fortuito Interno*

Palestrante:

Ana de Oliveira Frazão



*Ana de Oliveira Frazão*

*Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*

Palestrante:

Anderson Schreiber



*Anderson Schreiber*

**Conferência de Encerramento**

*Perspectivas Constitucionais da Responsabilidade Civil e sua Incidência nas Relações Trabalhistas*

Conferencista:

Gustavo José Mendes Tepedino



*Gustavo José Mendes Tepedino*

O Professor Gustavo José Mendes Tepedino encerrou o Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil com a palestra *Perspectivas Constitucionais da Responsabilidade Civil e sua Incidência nas Relações Trabalhistas*.

O Professor Tepedino é Titular de Direito Civil e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). cursou doutorado em Direito Civil na Universidade de Camerino (Itália), atuou como Professor Visitante nas Universidades de Molise (Itália); São Francisco (Califórnia, EUA) e Poitiers (França).

Para um auditório repleto de magistrados trabalhistas, o Professor Tepedino falou sobre os pressupostos legais da responsabilidade civil e as inovações do Código Civil de 2002, tema que, segundo ele, não ficou alheio aos ditames constitucionais. *“Além de prever novas hipóteses específicas de objetivação da responsabilidade, positivou uma cláusula geral de responsabilidade objetiva para atividades de risco, consagrando, assim, um modelo dualista, no qual convivem a responsabilidade subjetiva e a objetiva.”*

O Professor analisou, também, diversas jurisprudências dos tribunais trabalhistas em relação ao tema.



*Participantes no encerramento do CFC – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil*



*Participantes no encerramento do CFC – Congresso: Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil*

# CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – SEMINÁRIO: DIREITO DO TRABALHO COMPARADO – BRASIL-ARGENTINA-URUGUAI

20 e 21 de novembro de 2014



## Temas

1. Direito individual do trabalho: patamar legal mínimo de proteção em termos de jornada, remuneração e saúde do trabalhador.
2. Proteção do trabalhador na terceirização.
3. Proteção do trabalhador contra a despedida injustificada.
4. Direito coletivo: sistema de organização sindical.
5. Direito processual: sistema judicial trabalhista, estrutura, características e efetividade.

Dia 20/11/2014

## Abertura



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro João Oreste Dalazen, abriu o Seminário: Direito do Trabalho Comparado – Brasil – Argentina – Uruguai, que integra o programa dos cursos de formação continuada de magistrados do trabalho, exaltando a importância da iniciativa e lembrando que não há exercício independente da jurisdição sem magistrados permanente e adequadamente capacitados. *“A preparação intelectual constante, realizada mediante o percurso de um itinerário formativo sólido e planejado, constitui o alicerce sobre o qual se constrói a difícil e exigente carreira dos magistrados”*, disse o Diretor.

O Ministro salientou, ainda, que a formação continuada, além de garantir a constante atualização das normas legais da jurisprudência, *“deve propiciar a profunda e densa reflexão sobre os institutos jurídicos com que se vê a braços o juiz na complexa função de julgar seus semelhantes”*.

Sobre a escolha do tema do seminário, o Diretor da ENAMAT destacou que *“o estudo do Direito Comparado oferece diversos e importantes benefícios. De certa perspectiva,*

*pode-se tirar dos estudos a formação e o perfil das estruturas sociais de outros países, que se revelam indelevelmente marcados na forma de organização de seus ordenamentos jurídicos”.*

O Ministro agradeceu a valiosa colaboração dos expositores, Professor Doutor Oscar Zas, da Universidade Nacional de La Plata, Argentina, do Professor Hugo Barreto, da Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai, e do Ministro do TST Maurício Godinho Delgado.



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT, integra a Mesa de Abertura do CFC – Seminário: Direito do Trabalho Comparado – Brasil – Argentina – Uruguai*



*Mesa de Abertura do CFC – Seminário: Direito do Trabalho Comparado – Brasil – Argentina – Uruguai*

## Palestras

*Tema: Direito do Trabalho na Argentina*

Palestrante:

Professor Doutor Oscar Zas – Universidade Nacional de La Plata (Argentina)



*Professor Doutor Oscar Zas (Argentina)*

*Tema: Direito do Trabalho no Uruguai*

Palestrante:

Professor Hugo Barreto – Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai



*Professor Hugo Barreto (Uruguai)*

**Dia 21/11/2014**

## **Palestra**

*Tema: Direito do Trabalho no Brasil*

Palestrante:

Ministro Maurício Godinho Delgado – TST



*Ministro Maurício Godinho Delgado (Brasil)*

## **Mesa-Redonda**

*Tema: Aproximações dos Sistemas Jurídicos de Direito do Trabalho*

Expositores:

- *Professor Oscar Zas*
- *Professor Hugo Barreto*
- *Ministro Maurício Godinho Delgado*

Perguntas e debates sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho de três países – Argentina, Uruguai e Brasil – marcaram o encerramento do Seminário de Direito Comparado, realizado pela ENAMAT.

Durante dois dias, magistrados de todas as Regiões do País acompanharam, presencialmente e pela internet, discussões sobre os temas: patamar legal mínimo de proteção em termos de jornada, remuneração e saúde do trabalhador; proteção do trabalhador na terceirização; proteção do trabalhador contra a despedida injustificada;

Direito coletivo: sistema de organização sindical; e Direito processual: sistema judicial trabalhista, estrutura, características e efetividade.

Na apresentação do dia 21/11, o Ministro do TST Maurício Godinho Delgado falou da existência de um “sistema constitucional trabalhista no Brasil” e, ao traçar um paralelo entre a Constituição de 1988 e as que a antecederam, ressaltou o grande avanço nas questões de Direito do Trabalho, contemplado na atual Carta Magna, de forma direta ou indireta, em 52 dispositivos constitucionais.

As questões de ordem constitucional relativas aos direitos trabalhistas prevalecentes nos três países suscitaram diversas perguntas dos participantes do evento, ao longo do debate que se seguiu à mesa-redonda de encerramento do seminário.

O Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, ao conduzir o Seminário, agradeceu a participação dos palestrantes, que, de forma “*densa, clara e didática*”, contribuíram sobremaneira para o sucesso do evento, que é parte integrante da Formação Continuada dos Magistrados Trabalhistas Brasileiros.

Ele assinalou que, identificadas as partes conflitantes do Direito do Trabalho nos três países, um ponto em comum há de ser ressaltado: “*a necessidade de manter a utopia, ou seja, o sonho de uma sociedade cada vez mais justa*”.



*Professor Doutor Oscar Zas (Argentina); Ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT; Professor Hugo Barreto (Uruguai); Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; e Ministro do TST Maurício Godinho Delgado*

## **MODALIDADE SEMIPRESENCIAL**

### **Curso de Formação Continuada na Modalidade Semipresencial – ENAMAT/2014**

<b>Curso de Formação Continuada Semipresencial</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Turmas</b>
<b>Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho</b>	4 de agosto a 23 de setembro de 2014	34	1

Fonte: ENAMAT

### **TOTAL DE ALUNOS**

**CFC – Modalidade Semipresencial: 34**

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEMAS DE HERMENÊUTICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO**

**4 de agosto a 23 de setembro de 2014**

Nos dias 4 e 5 de agosto, a ENAMAT realizou a primeira etapa do *Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho*, modalidade semipresencial, ministrado pelo Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O curso destinou-se a Desembargadores do Trabalho, Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos.



As aulas ministradas nesse período constituíram a fase presencial do curso, realizada no auditório da ENAMAT, em Brasília, com 14 horas de duração, que contou com a participação de 86 magistrados de diversos Tribunais Regionais do Trabalho, 35 dos quais continuaram o estudo da temática à distância, com mais 36 horas de duração, perfazendo o total de 50 horas-aula na modalidade semipresencial.

Na primeira fase, foram examinados temas relacionados ao método da filosofia do Direito e à relação entre filosofia e prática judicial e sua contribuição à magistratura trabalhista, além de teorias normativas da interpretação e argumentação.

No dia 6 de setembro, iniciou-se a segunda fase do curso, à distância, com utilização do ambiente virtual Moodle, encerrada em 23 de setembro.



*Professor Thomas Bustamante ministra aula sobre Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho, na fase presencial do curso*



*Magistrados participam da fase presencial do Curso sobre Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho*

## **Metodologia**

Na fase presencial, o curso, realizado por meio de palestras proferidas pelo Professor Doutor Thomas da Rosa Bustamante, incluiu, ainda, debates com os participantes ao final das aulas.

No curso à distância, a proposta pedagógica privilegiou procedimentos didáticos próprios dessa modalidade de educação. O aluno teve acesso ao material especificamente produzido para o curso e atuou em regime de aprendizado colaborativo, que deu ênfase à interação entre os participantes, quando coube ao facilitador ou moderador propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendessem com todos.

## **Sistema de Avaliação**

Na modalidade à distância, adotou-se a avaliação formativa, que ocorreu durante cada aula virtual, quando foram avaliadas as competências que os alunos desenvolveram e o domínio do conteúdo por meio da análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem. Compreendeu, também, o resultado das interatividades que se sucederam ao longo das aulas, realizadas pela ferramenta Fórum e cumpridas no prazo preestabelecido. Essa modalidade de avaliação obedeceu aos critérios de leitura do conteúdo da aula e participação em debates que estimularam a produção e a aquisição de conhecimento de forma colaborativa. Assim, a avaliação do Aluno-Juiz foi efetuada pelo professor no transcorrer do curso, que considerou a frequência, a qualidade e a pertinência das intervenções nos Fóruns.

Para a avaliação final da participação do Aluno-Juiz no curso à distância, a ENAMAT adotou os conceitos SATISFATÓRIO e INSATISFATÓRIO.

Para a obtenção do conceito SATISFATÓRIO, o Aluno-Juiz teve que cumprir as atividades propostas pelo professor e, no mínimo, 80% da carga horária prevista para o curso. Considerou-se a participação do Aluno-Juiz em cada Fórum de Atividades para aferir o cumprimento da carga horária de cada aula.

A fase à distância demandou aproximadamente 5 horas semanais de:

- Navegação na plataforma;
- Participação em fóruns e *chats*;
- Estudo do conteúdo;
- Leituras complementares;
- Anotações; e
- Realização de tarefas

### Conteúdo Programático

Data	Atividades	Carga Horária
4 e 5/8/2014	Encontro Presencial	14 horas
6 e 7/8/2014	Adaptação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem	Livre
8 a 12/8/2014	Unidade I – Teoria Jurídica no Mundo Contemporâneo e Legitimação das Decisões Judiciais por meio de sua Fundamentação	5 horas
13 a 19/8/2014	Unidade II – As Principais Teorias Contemporâneas da Argumentação Jurídica	5 horas
20 a 26/8/2014	Unidade III – As Principais Posturas Interpretativas do Jurista Contemporâneo	5 horas
27/8 a 2/9/2014	Unidade IV – Problemas Específicos de Teoria da Argumentação Jurídica	5 horas
3 a 9/9/2014	Unidade V – A Argumentação Jurídica por Princípios	5 horas
10 a 16/9/2014	Unidade VI – Os Precedentes Judiciais e a Argumentação Jurídica	5 horas
17 a 23/9/2014	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	6 horas

## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



### Cursos de Formação Continuada na Modalidade de Educação à Distância – ENAMAT/ 2014

Curso de Formação Continuada	Data de Realização	Nº de Alunos	Nº de Turmas
Administração de Vara do Trabalho	24 de março a 4 de maio de 2014	90	3
Técnica de Instrução Processual	24 de março a 4 de maio de 2014	180	6
Efetividade da Execução Trabalhista	12 de maio a 23 de junho de 2014	139	4
Teoria Geral do Juízo Conciliatório	12 de maio a 23 de junho de 2014	140	4
Curso de Formação Continuada sobre a Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho	2 de outubro a 14 de novembro de 2014	155	6
Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia	27 de outubro a 5 de dezembro de 2014	59	2

Fonte: ENAMAT

**TOTAL DE ALUNOS**  
**CFC – Modalidade à Distância: 763**

A realização dos Cursos de Formação Continuada na modalidade à distância buscou atender à demanda crescente de Juízes que ingressam anualmente na magistratura trabalhista e necessitam de uma formação contínua e eficiente. A proposta pedagógica dos cursos à distância da ENAMAT favorece procedimentos didáticos em que o aluno

atua em regime de aprendizado colaborativo, com ênfase na interação entre os participantes por intermédio da utilização das ferramentas da plataforma Moodle.

A ENAMAT vem conseguindo obter altos índices no alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem, e essa modalidade tem apresentado números significativos, tanto quantitativa quanto qualitativamente, na formação de magistrados do trabalho.

## **Metodologia**

Os Cursos de Educação à Distância promovidos pela ENAMAT em 2014 tiveram proposta pedagógica que privilegiou procedimentos didáticos próprios da educação à distância. O aluno obteve acesso ao material especificamente produzido para o curso e atuou em regime de aprendizado colaborativo, que deu ênfase à interação entre os participantes. Coube ao professor propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendessem com todos.

## **Sistema de Avaliação**

A avaliação nos Cursos de Educação à Distância de 2014 caracterizou-se por ser formativa e ocorreu durante cada aula virtual, quando foram avaliadas as competências que os alunos desenvolveram e o domínio do conteúdo por meio da análise de sua participação nas atividades requeridas no ambiente virtual de aprendizagem. Compreendeu, ainda, o resultado das interatividades que se sucederam ao longo das aulas, por meio da ferramenta Fórum, e cumpridas no prazo preestabelecido.

Essa modalidade de avaliação obedeceu aos critérios de leitura do conteúdo da aula e participação em debates que estimularam a produção e a aquisição de conhecimento de forma colaborativa. A avaliação do Aluno-Juiz foi efetuada no transcorrer do curso pelo professor, que considerou a frequência, a qualidade e a pertinência das intervenções nos Fóruns e propôs a realização de outras atividades que considerou necessárias à avaliação.

Na avaliação final da participação do Aluno-Juiz no curso, a ENAMAT adotou os conceitos SATISFATÓRIO e INSATISFATÓRIO.

Para a obtenção do conceito SATISFATÓRIO, o Aluno-Juiz cumpriu as atividades propostas pelo professor e, no mínimo, 80% da carga horária fixada para o curso.

A participação do Aluno-Juiz em cada Fórum de Atividades pressupõe o cumprimento da carga horária definida para a aula correspondente.

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ADMINISTRAÇÃO DE VARA DO TRABALHO**

**24 de março a 4 de maio de 2014**

O Curso teve carga horária de 40 horas, divididas em 7 semanas. Os dois primeiros dias foram destinados à ambientação e a última semana à apresentação e discussão dos trabalhos de conclusão do curso.

Os demais dias foram dedicados à leitura e discussão das aulas disponibilizadas no ambiente Moodle, em regime de aprendizado colaborativo.

### **Objetivo Geral**

– Desenvolver competências para a administração de Vara do Trabalho, a partir da ampliação do conhecimento de aspectos da administração de organizações.

### **Objetivos Específicos**

- Caracterizar os elementos que compõem a administração das organizações;
- Apresentar visão geral sobre a gestão do Poder Judiciário e uma abordagem de aspectos particulares relacionados à gestão da Vara do Trabalho;
- Analisar a gestão dos principais recursos disponíveis na Vara do Trabalho;
- Explicar os processos de trabalho como instrumentos para obtenção de resultados almejados pela administração;
- Avaliar a gestão de processos de trabalho com foco em cada uma das grandes áreas que compõem a Vara do Trabalho; e

– Discriminar os processos de trabalho relacionados às principais tarefas executadas pelo juiz em audiência.

### **Conteúdo Programático**

<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Aula</b>	<b>Conteúdo</b>
24/3/2014	25/3/2014	Ambientação	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
26/3/2014	1.º/4/2014	Aula 1	Administração das Organizações
2/4/2014	6/4/2014	Aula 2	A Gestão Judiciária
7/4/2014	10/4/2014	Aula 3	Gestão de Pessoas e Recursos Materiais
11/4/2014	15/4/2014	Aula 4	A Gestão de Processos de Trabalho
16/4/2014	22/4/2014	Aula 5	A Gestão de Processos de Trabalho em Áreas Específicas
23/4/2014	28/4/2014	Aula 6	Gestão de Processos de Trabalho em Audiência
29/4/2014	4/5/2014	Trabalho de Conclusão	Apresentação de Trabalhos de Conclusão do Curso

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

**24 de março a 4 de maio de 2014**

O Curso teve carga horária de 40 horas, divididas em 7 módulos. Os dois primeiros dias foram destinados à ambientação, e os demais dedicados à leitura, discussão e avaliação das aulas.

## **Objetivo Geral**

– Estimular o participante a desenvolver habilidades humanas e conceituais, voltadas para a instrução processual, a fim de melhorar, dentro de uma visão sistemática (identificação de problemas, estabelecimento de objetivos, reunião de informações, identificação de soluções alternativas, avaliação de opções e escolha da melhor opção), sua atuação funcional durante a instrução processual.

## **Objetivos Específicos**

- Demonstrar habilidades voltadas para a instrução processual;
- Compreender a importância da percepção na atividade do juiz historiador;
- Construir o planejamento das audiências;
- Mostrar conhecimentos para a interpretação de depoimentos na produção da prova oral;
- Reconhecer, em linhas gerais, questões referentes à produção da prova documental;
- Perceber os fatores que envolvem a produção da prova pericial;
- Reconhecer as circunstâncias da inspeção judicial;
- Distinguir os critérios de eficácia da prova emprestada.

## **Conteúdo Programático**

Ambientação (24 e 25/3/2014) – Carga horária: 3 horas

O período de ambientação tem como intuito facilitar os primeiros contatos do aluno com os outros participantes do curso (professor, coordenador, monitor, outros alunos, etc.). Pretende, ainda, possibilitar a adaptação do aluno na modalidade de educação à distância e promover a adaptação à metodologia de ensino e ao sistema de avaliação, além de nivelar o domínio sobre ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

### **Aula 1 (26 a 30/3/2014) – Carga horária: 7 horas**

Desenvolvimentos de habilidades voltadas para a instrução processual; tipos de habilidades: habilidade técnica, habilidade humana e habilidade conceitual; percepção na atividade do juiz historiador; estímulos recebidos pelo Juiz na instrução processual.

### **Aula 2 (1.º a 6/4/2014) – Carga horária: 7 horas**

Planejamento da audiência; trabalho de preparação da audiência; papel fundamental na organização da audiência; pauta seletiva; intervalo de recuperação e sinergia; processo de reunião de informações; acordo de desempenho na condução da instrução processual; produção da prova oral; testemunha; partes; obtenção de bom resultado; linguagem corporal.

### **Aula 3 (7 a 13/4/2014) – Carga horária: 7 horas**

Produção da prova documental; divergências na doutrina e na jurisprudência sobre o conceito de prova documental; momento para a produção da prova documental; documento pré-constituído e casual; outras classificações dos documentos; fim da eficácia do documento; o exame do documento; interceptação e gravação clandestina; câmera de monitoramento no ambiente de trabalho; revista íntima; monitoramento de correio eletrônico; documentos subtraídos do empregador.

### **Aula 4 (14 a 20/4/2014) – Carga horária: 7 horas**

Produção da prova pericial; problemas técnicos e de logística das perícias; exame, vistoria e avaliação; orientações da Resolução n.º 1.488/1998 do CFM para o estabelecimento do nexa causal na perícia médica; elaboração dos quesitos da perícia; tipos de quesitos da perícia; quesitos suplementares; profissionais da perícia; momento da designação da perícia; perícia contábil; perícias de insalubridade e periculosidade.

### **Aula 5 (21 a 27/4/2014) – Carga horária: 6 horas**

Inspeção judicial; conceito de inspeção judicial; momento da inspeção judicial; inspeção judicial de coisa ou pessoa; intimação das partes para inspeção judicial; expedição de mandado de constatação; prova emprestada; cabimento da produção da prova emprestada e o valor que ela traz; admissibilidade da prova emprestada.

### **Período de Avaliação (28/4 a 4/5/2014) – Carga horária: 3 horas**

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA**

**12 de maio a 23 de junho de 2014**

O Curso teve carga horária de 40 horas, divididas em 9 módulos. Os dois primeiros dias foram destinados à ambientação e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas.

### **Objetivo Geral**

– Desenvolver reflexão sobre as práticas adotadas e modificar procedimentos, se for o caso, na atuação do magistrado frente à execução trabalhista, assim como construir conhecimento a partir da discussão dessas práticas e do compartilhamento de experiências exitosas.

### **Objetivos Específicos:**

- Implementar práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta a atuação do magistrado na fase processual de execução;
- Buscar a adoção de procedimentos que possam conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução.

### **Conteúdo Programático**

<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Aula</b>	<b>Carga Horária/ Aula</b>	<b>Conteúdo</b>
12/5/2014	13/5/2014	Ambientação	3 h	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
14/5/2014	20/5/2014	Aula 1	5 h	A Dinâmica do Processo de Execução Trabalhista
21/5/2014	25/5/2014	Aula 2	4 h	Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer
26/5/2014	29/5/2014	Aula 3	4 h	Execução de Obrigações de Pagar Em Face do Devedor Solvente Comum - I

30/5/2014	3/6/2014	Aula 4	6 h	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum - II
4/6/2014	8/6/2014	Aula 5	4 h	Execução de Obrigações de Pagar em face do Devedor Solvente Fazenda Pública
9/6/2014	12/6/2014	Aula 6	5 h	Tópicos Especiais nas Execuções de Obrigações de Pagar
13/6/2014	18/6/2014	Aula 7	5 h	Questões da Definitividade e Suspensão da Execução
19/6/2014	23/6/2014	Avaliação	4 h	Período de Avaliação

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO**

**12 de maio a 23 de junho de 2014**

O Curso teve carga horária de 40 horas, divididas em 7 módulos. Os dois primeiros dias foram destinados à ambientação e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas.

### **Objetivo Geral**

– Desenvolver conhecimentos e habilidades nos Alunos-Juizes para o exercício da atividade de conciliação, própria de suas funções jurisdicionais, assim como construir conhecimento a partir do compartilhamento de experiências.

### **Objetivos Específicos**

- Explicar a questão da jurisdição como poder-dever de pacificação social;
- Refletir sobre a importância e o papel da conciliação no processo do trabalho;
- Examinar as dimensões jurídica, socioeconômica e psicológica da conciliação trabalhista;

- Analisar casos reais sobre aplicação de técnicas de conciliação;
- Distinguir técnicas de conciliação trabalhista e as habilidades fundamentais necessárias a sua aplicação.

## **Conteúdo Programático**

### **Ambientação (12 e 13/5/2014) – Carga horária: 2 horas**

O período de ambientação tem como intuito facilitar os primeiros contatos do aluno com os outros participantes do curso (professor, coordenador, monitor, outros alunos, etc.). Pretende ainda possibilitar a adaptação do aluno na modalidade de educação à distância e promover a adaptação à metodologia de ensino e ao sistema de avaliação, além de nivelar o domínio sobre ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

### **Aula 1 (14 a 21/5/2014) – Carga horária: 7 horas**

O novo papel do juiz no século XXI; monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação; monopólio do Poder Judiciário e o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário; a Justiça do Trabalho e sua definição estrutural positiva; competências materiais advindas da EC 45/2004 e seus desafios; métodos tradicionais e alternativos de resolução de disputas.

### **Aula 2 (22 a 27/5/2014) – Carga horária: 7 horas**

Jurisdição como Poder-dever de pacificação social; acesso à justiça como direito do cidadão à pacificação; o devido processo como dever do Estado-Juiz para a justiça social; política judiciária de tratamento adequado de conflitos de interesses; controvérsias idealmente conciliáveis; conciliação e consolidação das leis do trabalho; conciliação e suas funções; postura proativa do juiz no processo do trabalho; conciliação como medida de efetividade jurisdicional.

### **Aula 3 (28/5 a 1º/6/2014) – Carga horária: 5 horas**

Dimensão jurídica da conciliação judicial trabalhista: lide jurídica; requisitos jurídico-formais da conciliação judicial trabalhista; efeitos jurídicos da conciliação e seu

alcance; dimensão socioeconômica da conciliação judicial trabalhista: lide sociológica; mediação do conflito estrutural da relação capital-trabalho em juízo; expectativas sociais para o binômio conciliar-julgar e suas repercussões; dimensão psicológica da conciliação judicial trabalhista: a expectativa do sujeito; instrumentos do estado-juiz para a efetividade da resposta demandada.

#### **Aula 4 (2 a 8/6/2014) – Carga horária: 4 horas**

Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista; conflitos paralelos de interesses e outras questões intervenientes; contextualizações éticas.

#### **Aula 5 (9 a 15/6/2014) – Carga horária: 6 horas**

Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista; habilidades fundamentais e tipificação das técnicas; técnicas tradicionais aplicáveis; procedimentos; contextualização na escolha das técnicas; efetividade da conciliação.

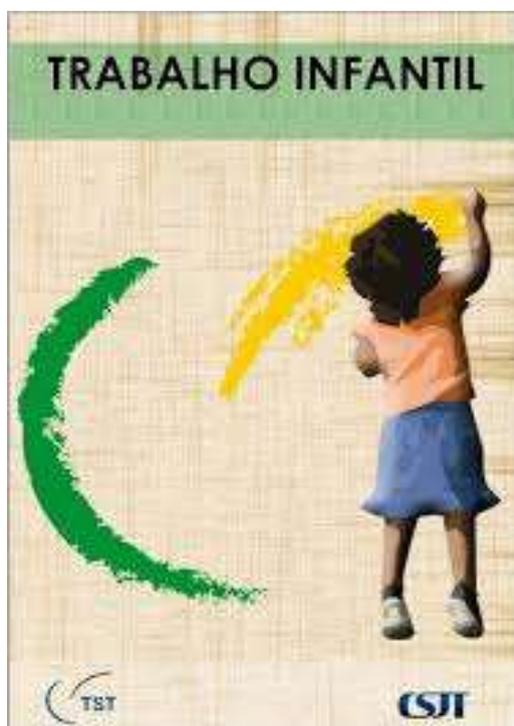
#### **Aula 6 (16 a 19/6/2014) – Carga horária: 6 horas**

Prática da conciliação judicial trabalhista: estudo de casos; dificuldades reais na conciliação judicial trabalhista: algumas questões problemáticas; meio-ambiente adequado da conciliação judicial (reengenharias de tempo e espaço); reengenharia de tempo de conciliação; reengenharia de espaço de conciliação; estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação; aspectos de atuação das partes; aspectos de atuação do juízo.

#### **Avaliação da aprendizagem (20 a 23/6/2014) – Carga horária: 3 horas**

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO

2 de outubro a 14 de novembro de 2014



O Curso desenvolveu-se com uma carga horária de 30 horas, divididas em 7 módulos. O primeiro módulo foi destinado à ambientação e apresentação do tema e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas.

### **Objetivo Geral**

– Construir conhecimento acerca das diversas questões que envolvem a exploração do trabalho da criança e do adolescente a partir da discussão dos temas propostos e do compartilhamento de experiências.

### **Objetivo Específico**

– Reunir elementos para melhor deliberar sobre os limites e as possibilidades das competências material e institucional da Justiça do Trabalho, para tornar mais concreta sua atuação no combate ao trabalho infantil.

## Conteúdo Programático

Aula	Conteúdo	Início	Término
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	2 a 5/10/2014	3 horas
Fórum avaliativo da Aula 1	Idade Mínima para o Trabalho	6 a 12/10/2014	5 horas
Fórum avaliativo da Aula 2	Competência para Autorizações	13 a 19/10/2014	5 horas
Fórum avaliativo da Aula 3	Trabalho Infantil Doméstico	20 a 26/10/2014	5 horas
Fórum avaliativo da Aula 4	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Respostas da Justiça do Trabalho	27/10 a 2/11/2014	5 horas
Fórum avaliativo da Aula 5	Aprendizagem do Adolescente	3 a 9/11/2014	5 horas
Avaliação	Atividades Avaliativas	10 a 14/11/2014	2 horas

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

**27 de outubro a 5 de dezembro de 2014**

A ENAMAT realizou, no período de 27 de outubro a 5 de dezembro o Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia, na modalidade à distância, com 30 horas-aula, divididas em 6 módulos. O primeiro módulo foi destinado à ambientação, os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas e o último à conclusão da avaliação do curso.

## **Objetivo Geral**

– Preparar os magistrados do trabalho para desenvolver um bom relacionamento com a imprensa.

## **Objetivos Específicos**

- Avaliar as principais características do relacionamento da Justiça com a mídia;
- Reconhecer as condutas que o Juiz deve apresentar no relacionamento com a mídia para possibilitar a realização de entrevistas e contatos produtivos;
- Compreender a importância do bom relacionamento com a mídia para a comunicação do Poder Judiciário com a sociedade;
- Demonstrar habilidades para realizar entrevistas com jornalistas.

## **Conteúdo Programático**

### **Ambientação (27 e 29/10/2014) – Carga horária: 2 horas**

O período de ambientação teve como intuito facilitar os primeiros contatos do aluno com os outros participantes do curso (professor, coordenador, monitor, demais alunos, entre outros). Ainda, possibilitou a adaptação do aluno na modalidade de educação à distância e promoveu a adaptação à metodologia de ensino e ao sistema de avaliação, além de ter nivelado o domínio sobre ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

### **Aula 1 (30/10 a 5/11/2014) – Carga horária: 5 horas**

A Importância do Relacionamento com a Mídia.

### **Aula 2 (6 a 12/11/2014) – Carga horária: 6 horas**

A Imprensa em Busca de Informações – como se Preparar?

### **Aula 3 (13 a 23/11/2014) – Carga horária: 7 horas**

Entrevistas para jornais, revistas, *sites* e utilização de redes sociais.

### **Aula 4 (24 a 30/11/2014) – Carga horária: 7 horas**

Entrevistas para rádio, televisão e coletivas de imprensa.

### **Período de Avaliação (1 a 5/12/2014) – Carga horária: 3 horas**

## FORMAÇÃO DE FORMADORES

Os Cursos de Formação de Formadores dirigem-se principalmente a Juízes das Escolas Judiciais, visando à preparação de profissionais voltados para o ensino-aprendizagem em cursos destinados a magistrados, promovidos pela ENAMAT.

### Cursos de Formação de Formadores nas Modalidades Presencial, Semipresencial e à Distância– ENAMAT/ 2014

Modalidade	Curso	Período de Realização	Nº de Alunos	Nº de Turmas
Presencial	3.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores ENM – França e ENAMAT	24 a 28 de novembro de 2014	25	1
Semipresencial	3.º Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância	15 de outubro a 23 de novembro de 2014	32	1
À Distância	Curso de Formação de Formadores sobre a Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho	18 de junho a 1.º de agosto de 2014	41	1

Fonte: ENAMAT

#### TOTAL DE ALUNOS

**CFF – Modalidades Presencial,  
Semipresencial e à Distância: 98**

## **MODALIDADE PRESENCIAL**

### **3.º CURSO INTERINSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES ENM-FRANÇA e ENAMAT**

**24 a 28 de novembro de 2014**



Foi realizado, entre os dias 24 e 28 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, o **3º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores**, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), decorrente do acordo de cooperação com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da França e em parceria com a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (RJ).

O Curso contou com a presença do Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen e foi ministrado pelas magistradas francesas Sophie Vignaud, Coordenadora de Formação da ENM, e Frédérique Jovet, Coordenadora Regional de Formação dessa instituição. Participaram Desembargadores e Juízes de

Tribunais Regionais do Trabalho, que se prepararam para planejar e ministrar cursos de capacitação para magistrados das respectivas Regiões.

Os temas focalizados no Curso foram: técnicas para capacitar multiplicadores; definição e estrutura de conteúdos pedagógicos; execução de programas de formação e de atividades de suporte e apoio; atuação como facilitador/instrutor presencial em cursos de formação; avaliação de resultados para ajustar os conteúdos durante o programa e em seu final; estabelecimento de critérios de avaliação; e como assegurar o aproveitamento dos formandos. As aulas tiveram tradução simultânea do francês para o português.



*Magistradas e instrutoras francesas Frédérique Jovet e Sophie Vignaud (acima, respectivamente); Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*

Os magistrados que participaram do curso apresentavam experiência em formação profissional, como instrutor, coordenador acadêmico ou conselheiro nas Escolas Judiciais.

No discurso de encerramento, o Ministro João Oreste Dalazen conclamou os magistrados a agirem e colocarem em prática os conhecimentos adquiridos no Curso. "*Nesse país com dimensões continentais, onde existem 1.532 Varas do Trabalho, 24 Tribunais Regionais e cerca de 3.500 magistrados, além do Tribunal Superior do Trabalho, é fato que todos nós carecemos de forma permanente de capacitação*", afirmou o Diretor da ENAMAT.

Ele destacou a *expertise* da ENM francesa na formação de magistrados, mundialmente reconhecida, que foi responsável pelo elevado nível de qualidade do curso. (Fonte: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRT da 1.<sup>a</sup> Região/RJ)



Acima, o Desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, Diretor da Escola Judicial do TRT/RJ, e o Ministro João Oreste Dalazen; abaixo, os participantes acompanham a aula utilizando fones para ouvir a tradução simultânea



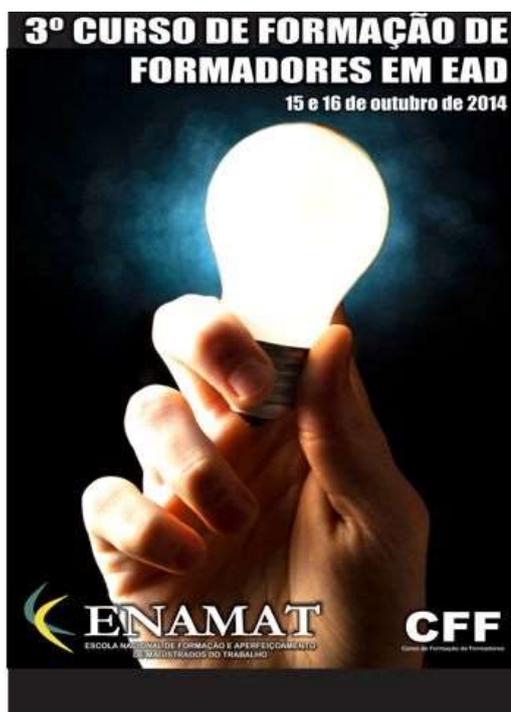
*Participantes do curso em foto oficial, com o Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e as professoras Sophie Vignaud e Frédérique Jovet*

**Fotos produzidas pela Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRT da 1.<sup>a</sup> Região/RJ**

## **MODALIDADE SEMIPRESENCIAL**

### **3.º CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**15 de outubro a 23 de novembro de 2014**



O curso de Formação de Formadores em Educação à Distância teve carga horária de 40 horas, divididas em duas fases. A primeira fase (12 horas) foi presencial e ocorreu nas dependências da ENAMAT nos dias 15 e 16 de outubro de 2014. A segunda fase (28 horas) foi desenvolvida à distância, no ambiente virtual Moodle, e se realizou no período de 17 de outubro a 23 de novembro de 2014.

A fase à distância demandou aproximadamente 7 horas semanais de:

- Navegação na plataforma;
- Participação em fóruns e *chats*;
- Estudo do conteúdo;
- Leituras complementares;
- Anotações; e
- Realização de tarefas.

O curso foi destinado a magistrados do trabalho com interesse em atuar em educação à distância, tendo como requisitos experiência pedagógica anterior e conhecimentos básicos em microinformática e *internet*.

### **Objetivos Gerais**

- Desenvolver competências no magistrado do trabalho para o exercício de funções de professor de cursos à distância.
- Ampliar o conhecimento concernente à Educação à Distância e suas relações didático-pedagógicas, mudanças de paradigma envolvidas em ambientes virtuais de aprendizagem e compreensão do potencial de interatividade para impulsionar processos de aprendizagem.

### **Objetivos Específicos**

- Distinguir os elementos que compõem os processos de ensino e aprendizagem em educação à distância;
- Utilizar os conceitos de mediação e as ferramentas necessárias à sua prática;
- Analisar o funcionamento de recursos tecnológicos aplicados na educação à distância.

### **Conteúdo Programático**

#### **Fase 1 – Presencial (12 horas)**

##### **– Teorias de Aprendizagem – 4 horas**

Divisão de trabalho entre alunos virtuais; engajamento dos participantes em um esforço coordenado para juntos resolverem problemas; metodologias interativas na educação à distância.

##### **– O Ambiente de Aprendizagem Moodle – 4 horas**

Uso pedagógico das diversas ferramentas do ambiente de aprendizagem Moodle num contexto de mediação do processo de ensino-aprendizagem em Educação à Distância.

##### **– Oficina de Moodle – 4 horas**

Utilização das ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

## **Fase 2 – On-line** (28 horas)

### **– Introdução à Educação à Distância (EAD) – 7 horas**

Evolução histórica da EAD em âmbito nacional e internacional; conceitos, natureza, perspectivas e características da EAD; fundamentos teóricos, metodológicos e políticos de um sistema de EAD.

### **– Mediação On-line – 7 horas**

Introdução à mediação; modalidades de mediação; a prática de mediação; acompanhamento e avaliação na prática em mediação.

### **– Recursos Tecnológicos Aplicados em EAD – 7 horas**

Os diferentes meios e recursos da tecnologia da informação e da comunicação; escolha de recursos tecnológicos e sua eficiência no processo de ensino e aprendizagem em EAD.

### **– Avaliação da aprendizagem em EAD – 7 horas**

Abordagens quantitativa e qualitativa do processo de avaliação da aprendizagem; funções e estratégias de avaliação em EAD; classificação de avaliação.

## **Cronograma**

<b>Data</b>	<b>Atividades</b>	<b>Carga Horária</b>
15 e 16/10/2014	Encontro Presencial	12 horas
17 a 19/10/2014	Adaptação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem	Livre
20 a 26/10/2014	Introdução à EAD	7 horas
27/10 a 2/11/2014	Mediação <i>On-line</i>	7 horas
3 a 9/11/2014	Recursos Tecnológicos Aplicados em EAD	7 horas
10 a 16/11/2014	Avaliação da Aprendizagem em EAD	7 horas
17 a 23/11/2014	Trabalho de Conclusão do Curso	-

## **Metodologia**

O curso foi promovido pela ENAMAT seguindo proposta pedagógica com procedimentos didáticos próprios da educação à distância, além de ter apresentado momentos de interatividade apoiados por um sistema de mediação.

Na fase *on-line*, o curso ficou disponível na *web* e utilizou métodos e recursos diversificados, com melhor adaptação aos conteúdos abordados. O intuito dessa diversificação atendeu ao propósito fundamental do curso de que os participantes tivessem a oportunidade de observar como os meios e os recursos podem ser trabalhados na modalidade à distância com flexibilidade.

### **Sistema de Mediação**

A comunicação dos alunos com os mediadores ocorreu por internet, telefone, fax e outros meios. Foram realizados encontros no ambiente virtual de aprendizagem ao longo do curso, como *chats* (momentos síncronos) e fóruns de discussão (momentos assíncronos), com o objetivo de estimular a formação de uma comunidade de aprendizagem a partir da interação e colaboração entre os alunos e os mediadores.

### **Recursos Didáticos**

O curso ficou disponível no ambiente virtual de aprendizagem, no qual o aluno encontrou os materiais de estudo necessários ao seu aprendizado, os recursos e as ferramentas para a realização das atividades e as orientações de cada etapa de estudo a ser cumprida. Também no ambiente foi disponibilizado o Guia do Aluno, com informações detalhadas sobre as características de cada um de seus recursos, além de orientações gerais, com o objetivo de auxiliar a compreensão da organização do curso. A elaboração e a produção do material didático e do Guia do Aluno foram de responsabilidade da ENAMAT, como também a promoção do curso e seu acompanhamento e avaliação.

### **Sistema de Avaliação**

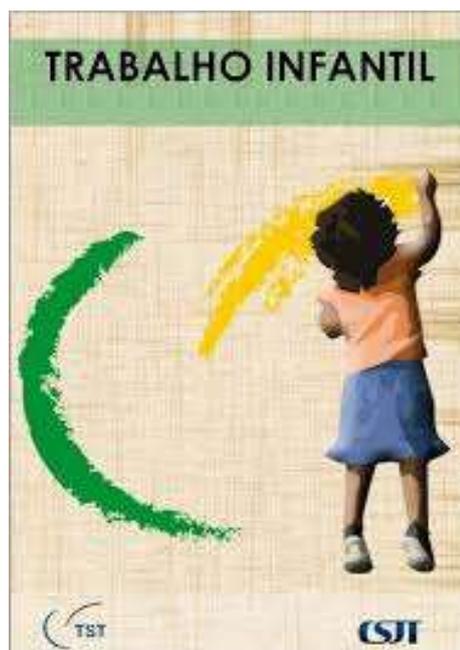
A avaliação dos participantes foi formativa, modalidade que observa os critérios de leitura do conteúdo da aula e de participação em debates e discussões que estimulam a produção e a aquisição de conhecimento de forma colaborativa.

Realizou-se a avaliação durante cada aula virtual, verificando-se as competências desenvolvidas e o domínio do conteúdo, por meio da análise da interatividade ocorrida por meio da ferramenta Fórum, além de outras atividades sugeridas pelo professor. Foram observadas as questões referentes à frequência, ao cumprimento do prazo e à qualidade e pertinência das intervenções. Para a obtenção do conceito SATISFATÓRIO, o Aluno-Juiz teve de cumprir as atividades apresentadas pelo professor e, no mínimo, **80%** da carga horária prevista para o curso.

## **MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

### **CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO**

**18 de junho a 1.º de agosto de 2014**



A ENAMAT realizou, no período de 18 de junho a 1.º de agosto, o Curso de Formação de Formadores sobre A Criança, O Adolescente e a Justiça do Trabalho.

O curso forneceu elementos para que o Juiz do Trabalho possa melhor deliberar sobre os limites e as possibilidades das competências material e institucional da Justiça do Trabalho, a fim de tornar mais concreta sua atuação no combate ao trabalho infantil.

Foi ministrado pelo Juiz Titular da 10ª Vara do Trabalho de Natal, Zéu Palmeira, com 20 anos de magistratura trabalhista e integrante da comissão do TST para erradicação do trabalho infantil.

Participaram 41 Juízes dos diversos Tribunais Regionais do Trabalho. O propósito inicial do curso foi levar ao conhecimento do Juiz Formador em educação à distância o conteúdo que trata das diversas questões que envolvem a exploração do trabalho da criança e do adolescente.

Durante 30 horas, divididas em sete módulos, os participantes tiveram a oportunidade de discutir os temas propostos e puderam compartilhar experiências, para que o curso pudesse ser aplicado na formação continuada dos magistrados trabalhistas. O primeiro módulo foi destinado à ambientação e apresentação do tema e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas.

A metodologia utilizada privilegiou o regime de aprendizado colaborativo com ênfase na interação entre os Alunos-Juízes participantes e coube ao professor proporcionar situações de aprendizagem em que todos pudessem aprender com todos.

A avaliação do Aluno-Juiz foi efetuada pelo professor no transcorrer do curso, que considerou a frequência, a qualidade e a pertinência das intervenções nos Fóruns e propôs a realização de outras atividades necessárias à avaliação. Para a avaliação com aproveitamento, coube ao Aluno-Juiz cumprir as atividades propostas pelo professor e, no mínimo, **80%** da carga horária do curso

### **Objetivo Geral**

– Construir conhecimento acerca das diversas questões que envolvem a exploração do trabalho da criança e do adolescente a partir da discussão dos temas propostos e do compartilhamento de experiências.

### **Objetivo Específico**

– Reunir elementos para melhor deliberar sobre os limites e as possibilidades das competências material e institucional da Justiça do Trabalho, para tornar mais concreta sua atuação no combate ao trabalho infantil.

## Conteúdo Programático

<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Carga Horária</b>
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	18 e 22/6/2014	3 horas
Fórum avaliativo Aula 1	Competência para Autorizações	23 a 29/6/2014	5 horas
Fórum avaliativo Aula 2	Idade Mínima para o Trabalho	30/6 a 6/7/2014	5 horas
Fórum avaliativo Aula 3	Trabalho Infantil Doméstico	7 a 13/7/2014	5 horas
Fórum avaliativo Aula 4	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Respostas da Justiça do Trabalho	14 a 20/7/2014	5 horas
Fórum avaliativo Aula 5	Aprendizagem do Adolescente	21 a 27/7/2014	5 horas
Avaliação	Atividades Avaliativas	28 a 1.º/8/2014	2 horas

## **CONVÊNIOS**

### **CURSO PARA DIRETORES DE ESCOLAS JUDICIAIS DO TRABALHO DO BRASIL – Barcelona, ESPANHA**

**6 a 10 de outubro de 2014**



### **CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL**

A ENAMAT, no âmbito do convêncio celebrado com a Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha, realizou, no período de 6 a 10 de outubro, o Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil, em Barcelona, Espanha. Participaram do curso, além dos diretores e representantes das 24 Escolas Judiciais do Trabalho, o Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, a Vice-Diretora, Ministra Kátia Magalhães Arruda, e o Juiz Assessor do Diretor da ENAMAT, Marcos Neves Fava.

A Escola Judicial da Espanha recepcionou os diretores participantes do curso, e, no decorrer de uma semana de atividades, os Alunos-Magistrados brasileiros visitaram unidades judiciárias espanholas e o Centro de Estudos Judiciários, ocasião em que ficaram conhecendo os métodos de formação de magistrados aplicados pela Escola espanhola. O Centro de Estudos Judiciários e Formação Especializada é um organismo autônomo administrativo, adstrito ao Departamento de Justiça do Governo da Catalunha, criado em 1990 com o objetivo de desenvolver atividades de formação especializada e investigação na área do Direito e da Justiça.

Durante o curso foram tratados os temas: organização da Escola Judicial; seleção de juízes e magistrados – especialização na ordem jurisdicional social; o planejamento docente da formação inicial; as práticas tuteladas; formação continuada de juízes e magistrados – a formação na ordem jurisdicional social; metodologias formativas: estudo de caso – caso concluído, caso em sequência e caso aberto; metodologias de formação com uso da plataforma Moodle e de simulações e grupos de investigação; formação de juízes da ordem social, Direito do Trabalho na Espanha; e jurisdição constitucional do trabalho.

As aulas foram expositivas e práticas, complementadas com farto material de estudo, tendo sido ministradas por magistrados e professores de Direito e da área educacional, além de coordenadores de formação da entidade.

O curso ofereceu aos diretores de Escolas Judiciais do Brasil a oportunidade de compreender o sistema de formação de Juízes da Espanha, numa perspectiva comparada, e, ainda, de obter fundamentos essenciais para a análise e a melhoria da formação realizada no Brasil, observando-se as adequações necessárias.



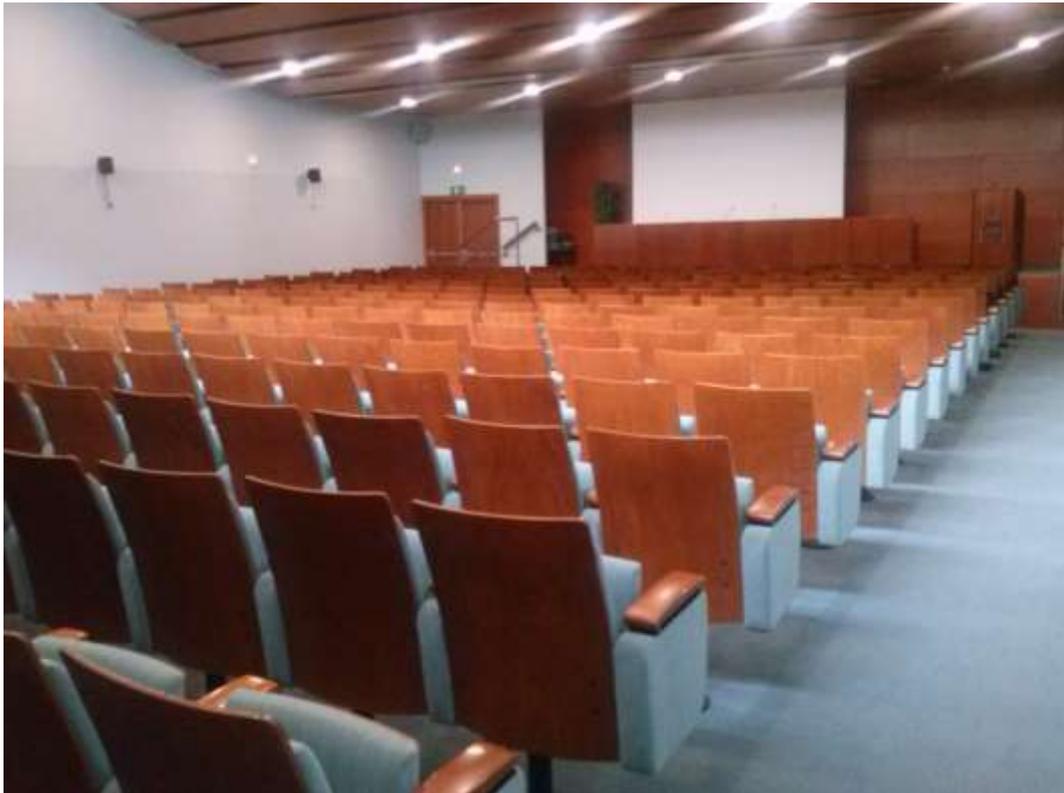
*Barcelona, Espanha*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT; e Diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho no curso sobre formação de magistrados em Barcelona, Espanha*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Diretores das Escolas Judiciais do Trabalho conhecem instalações da Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha*



*Auditório da Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha*



*Visita às instalações da Escola Judicial de Barcelona – Auditório*



*Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário, Barcelona, Espanha*



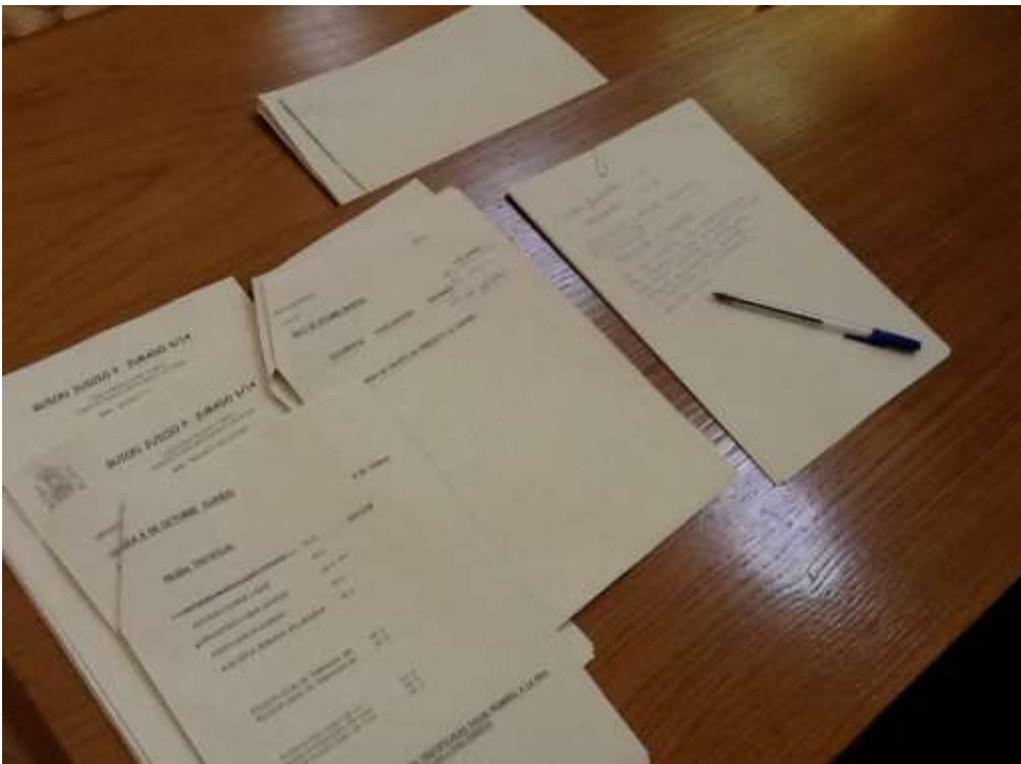
*Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho participam de aula em curso realizado na Espanha*



*Visita às Instalações da Escola Judicial de Barcelona – Área Externa*



*Aula do Curso para Diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, em Barcelona*



*Material de estudo do Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil*



*Participantes do Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT, e Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, recepcionados durante o curso na Espanha*



*Diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho participam de curso em Barcelona, Espanha*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT (ambos na primeira fileira), com Diretores das Escolas Judiciais Trabalhistas, assistem aula do curso realizado em Barcelona, Espanha*



*Transmissão de conteúdo do Curso para Diretores das Escolas Judiciais trabalhistas do Brasil*



*Exposição de conteúdo por professores espanhóis do Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, interage com professora do Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil, com atenção dos demais participantes*



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, em intercâmbio no Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Brasil, em Barcelona*



CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL  
ESCUELA JUDICIAL

## CURSO PARA DIRECTORES DE ESCUELAS JUDICIALES DE TRABAJO DE BRASIL

6 a 10 de Octubre de 2014. Barcelona

Horario	Lunes 6	Martes 7	Miércoles 8	Jueves 9	Viernes 10
9.30	Llegada a la Escuela	Llegada a la Escuela	Llegada a la Escuela	Llegada al Centro de Estudios Jurídicos	Llegada a la Escuela
10.00	10:00 h. Inauguración del Curso <b>Roser Bach</b> Vocal del CGPJ 10:15 h. Visita a las instalaciones <b>Marta Fernández</b> 11:30 h. Pausa-Café	El plan docente de formación inicial  <b>Marta Fernández</b> Jefe de Sección de Formación Inicial. Escuela Judicial	Metodologías formativas: el método del caso: caso cerrado, caso secuenciado y caso abierto.  <b>Ramón Casas</b> Profesor del Área de 1ª Instancia	La formación de Jueces del Orden Social  <b>Félix Azón</b> Magistrado	El Derecho del Trabajo en España  <b>Fernando Salinas</b> Magistrado de la Sala Cuarta del Tribunal Supremo
11.15	Pausa-Café	Pausa-café			Pausa-café
11.45	12:00 h. Organización de la Escuela Judicial <b>Marta Fernández</b> Jefe de Sección de Formación Inicial. Escuela Judicial	Las prácticas tuteladas  <b>Marta Fernández</b> Jefe de Sección de Formación Inicial. Escuela Judicial	Metodologías formativas: plataforma moodle  <b>Rafael Bustos</b> Profesor de Derecho Constitucional y Comunitario	<b>Visita a Juzgado de lo Social</b>	Jurisdicción Constitucional del Trabajo  <b>Fernando Valdés Dal-Ré</b> Magistrado del Tribunal Constitucional  13:00 <b>CLAUSURA DEL CURSO:</b>
13.00	COMIDA	COMIDA	COMIDA		<b>Alvaro Cuesta</b> Vocal del CGPJ
14.30 a 15:45	Selección de jueces y magistrados. Especialización en el orden jurisdiccional social  <b>Marta Fernández</b> Jefe de Sección de Formación Inicial. Escuela Judicial	Formación continua de Jueces y Magistrados. La formación en el orden jurisdiccional social  <b>A determinar</b> Formación continua	Metodologías formativas: simulaciones y grupos de investigación <b>Jorge Obach</b> Profesor del Área de Instrucción		



## **CURSO SOBRE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**3 a 14 de novembro de 2014**

A Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, por intermédio da Embaixada da França no Brasil, e como parte do convênio de cooperação firmado com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), ofereceu duas bolsas de estudos a magistrados trabalhistas brasileiros para participação no Curso sobre Investigação Econômica e Financeira, realizado em Paris, no período de 3 a 14 de novembro.

A bolsa oferecida pela Embaixada cobriu o pagamento de inscrição, as despesas de hospedagem e parte das despesas de alimentação do participante. Os custos com as passagens aéreas ficaram sob a responsabilidade dos magistrados selecionados. Os magistrados precisaram comprovar o domínio do idioma francês.

A ENAMAT, por meio de ofício do Diretor, Ministro João Oreste Dalazen, solicitou ampla divulgação aos Tribunais Regionais do Trabalho sobre a oferta das bolsas.

A Embaixada da França realizou a seleção para as duas bolsas destinadas à participação dos Magistrados no Curso após a divulgação prévia e o encerramento das inscrições.

Com base na análise dos dados encaminhados pelos Magistrados inscritos e considerando os critérios objetivos fixados e divulgados pela ENAMAT no ofício encaminhado aos Tribunais Regionais do Trabalho, a Embaixada da França selecionou os candidatos.

A Juíza do Trabalho Substituta Roberta Ferme Sivolella, do TRT da 1.<sup>a</sup> Região (RJ), e o Juiz Titular da 19<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Recife (PE), Antônio Wanderley Martins, foram selecionados para as bolsas de estudos.



Segundo o Juiz Antônio Wanderley Martins, o curso foi de suma importância, pois tratou de assuntos como lavagem de dinheiro e fraude fiscal, temas com que os Juízes se deparam no trabalho, quando têm que analisar questões que envolvem, por exemplo, empresas fraudadoras. Comentou que o curso propiciou uma sistemática de possíveis caminhos a serem tomados pelo magistrado brasileiro.



A Juíza Roberta Ferme Sivolella falou que já conhecia bem a França país, pois fez cursos em Paris voltados para o aprendizado da língua francesa. Dessa vez, segundo ela, teve a oportunidade de realizar contato com as questões jurídicas do país, o que contribuiu para enriquecer seus conhecimentos em sua área de atuação profissional.

O curso realizado na ENM francesa, conforme a Juíza Roberta Sivolella, desvendou *“um amplo horizonte, com contraste de realidade e ‘cores’, e uma nova possibilidade de visão, muito mais profunda e variada, sobre soluções quanto ao calcanhar de aquiles da Justiça do Trabalho, o processo de execução”*. Ressaltou a Juíza que a estrutura francesa de investigação econômica e financeira coíbe a simulação e a evasão financeira mediante a integração entre os Poderes e todos os órgãos da Administração Pública voltados para o combate às fraudes.

As aulas do Curso foram ministradas por juízes, procuradores e policiais e evidenciaram a grande integração existente entre a polícia e os magistrados, que contam com sistemas integrados de informações, possibilitando acesso amplo aos dados dos cidadãos e ágil identificação de irregularidades.

Foram realizados debates com alunos de outros países, como Bulgária, Egito e Argélia, com troca de experiências e informações. Os participantes consideraram

medida de grande avanço procedimentos utilizados no Brasil, como o Bacenjud, o Renajud e o Infojud.

No Curso, foram focalizadas as principais infrações financeiras no sistema francês e a postura rígida do país nessas questões, com a possibilidade até mesmo de confisco total de bens, sem considerar exceções como bem de família, dependendo do crime cometido.

Além disso, foi ministrada aula sobre o posicionamento da França em relação aos crimes financeiros praticados em âmbito internacional, verificando-se forte intenção e esforço daquele país com a denominada cooperação internacional, baseada na troca de informações entre as nações e no respeito à legislação extraterritorial.

Houve, ainda: 1) apresentação dos órgãos especializados nessas áreas, onde se observou que são minuciosos a pesquisa e o levantamento de provas e documentação pelas autoridades administrativas e policiais, em cooperação com os magistrados; 2) estágio em jurisdição com participação nos julgamentos colegiados dos magistrados; 3) estágio em jurisdição em Tribunais localizados fora de Paris; 4) contato com magistrado da Câmara responsável pelo julgamento de recursos trabalhistas; troca de experiências com Juízes franceses, que apontam situações similares às do Brasil: falta de juízes; excesso de trabalho; sobrecarga de processos em tramitação; entre outras.

Para os participantes, o Curso constituiu experiência ímpar, pois puderam ampliar a visão e trazer novas ideias na busca pela efetividade e qualidade da prestação jurisdicional.



*Participantes do Curso sobre Investigação Econômica e Financeira – Paris*



*Tribunal francês*



*Contatos entre participantes do Curso*



## CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da ENAMAT, composto por Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Desembargadores do Trabalho e Juiz Titular de Vara do Trabalho, tem como competência assessorar a Direção da Escola Nacional em suas atividades e na fixação de diretrizes para a formação de Magistrados do Trabalho.

### 5.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT – BIÊNIO 2013-2015

18 de março de 2014



*Conselho Consultivo da ENAMAT na 5.<sup>a</sup> Reunião do Biênio 2013-2015*



*Conselho Consultivo da ENAMAT examina questões sobre formação de magistrados do trabalho*

A 5ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2013/2015 ocorreu no dia 18 de março de 2014, na sala de reuniões da Direção da Escola Nacional, com a presença do Diretor, da Vice-Diretora e dos Conselheiros.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- Realização e organização do 16.º e 17.º Cursos de Formação Inicial em 2014
- Análise das avaliações referentes ao 15.º Curso de Formação Inicial
- Definição dos Cursos de Formação Continuada para 2014
- Assuntos pertinentes à ação conjunta entre a ENAMAT e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)
- Temas relacionados à ENAMAT e ao Conselho Nacional das Escolas da Magistratura do Trabalho (CONEMATRA)

## 6.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT – BIÊNIO 2013-2015

28 de março de 2014



*6ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2013/2015*

A 6ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2013/2015 foi realizado no dia 18 de março de 2014, na sala de reuniões da Direção da Escola Nacional, com a presença do Diretor, da Vice-Diretora e dos Conselheiros.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- Questões referentes a ação conjunta entre a ENAMAT e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)
- Definição e realização dos Cursos de Formação Continuada em 2014
- Alteração dos métodos de Seleção e Recrutamento de Magistrados do Trabalho

Ficou instituída, na reunião, a Comissão destinada a efetuar estudos e propor alternativas para a realização do Concurso Nacional de ingresso à Magistratura do Trabalho, com a seguinte composição:

- Desembargador do Trabalho FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA (Diretor da Escola Judicial do TRT da 8.<sup>a</sup> Região) – Coordenador;
- Desembargadora do Trabalho VIVIANE COLUCCI (Diretora da Escola Judicial do TRT da 12.<sup>a</sup> Região);
- Juiz Titular de Vara do Trabalho ALEXANDRE AZEVEDO SILVA (vinculado ao TRT da 10.<sup>a</sup> Região).



*Componentes de Conselho Consultivo da ENAMAT se encontram na 6.<sup>a</sup> Reunião do Biênio 2013-2015*

## **7.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT – BIÊNIO 2013-2015**

**26 de setembro de 2014**

A 7<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2013/2015 foi realizada no dia 26 de setembro de 2014, na sala de reuniões da Direção da Escola Nacional, com a presença do Diretor, da Vice-Diretora e dos Conselheiros.

Durante a reunião, foram aprovadas três importantes resoluções da ENAMAT.

A primeira tratou dos estudos de regulamentação dos convênios de Escolas Judiciais para capacitação profissional no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho. O objetivo da norma é garantir um padrão estável e seguro, para viabilizar a realização dos convênios entre as Escolas Judiciais e entidades públicas e privadas.

A segunda resolução regulamentou o credenciamento de cursos pela ENAMAT para a realização da formação continuada de magistrados. A Escola Nacional, com base nessa norma, passou a credenciar cursos, com validade de dois anos, para aproveitamento das Escolas Judiciais, na formação continuada dos magistrados do trabalho.

A terceira estabeleceu normas para o concurso nacional de ingresso na magistratura trabalhista. Os membros do Conselho aprovaram a proposta de normatização do concurso, que seguiu para a avaliação da Comissão de Estudos definida na reunião anterior e instituída por resolução da ENAMAT, para os ajustes necessários.



*Conselho Consultivo aprova resoluções da ENAMAT na 7.ª Reunião do Biênio 2013-2014*



*Reunião do Conselho Consultivo estuda Resoluções da ENAMAT*



*Resoluções da ENAMAT são examinadas na 7.ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2013-2015*

## **8.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT – BIÊNIO 2013-2015**

**10 de dezembro de 2014**

A 8.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2013/2015 ocorreu no dia 10 de dezembro, na sala de reuniões da Direção da Escola Nacional, com a presença do Diretor, da Vice-Diretora e dos Conselheiros.

Na reunião, realizou-se a análise dos cursos de formação sobre temáticas de interesse da magistratura do trabalho, apresentados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade de Campinas (UNICAMP), para credenciamento pela Escola Nacional, em conformidade com o estabelecido na Resolução ENAMAT n.º 16, de 30 de setembro de 2014.

O Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT)/UNICAMP encaminhou 7 projetos para análise, dos quais 3 foram selecionados para credenciamento, após complementação de documentos.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro recebeu credenciamento para o *Curso de Especialização em Poder Judiciário e o Papel do Juiz*, que inclui o total de 360 horas-aula e elaboração de trabalho final.





# **SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO**



O Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho é composto pela ENAMAT, órgão central do sistema, e pelas Escolas Regionais. As atividades de formação dos Magistrados do Trabalho são nacionalmente coordenadas pela ENAMAT e desenvolvidas por ela e pelas Escolas Regionais.

## **REUNIÃO DO SISTEMA INTEGRADO DO FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO**

**3 de abril de 2014**

O Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, conduziu no dia 3 de abril, em Brasília, a reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho.

Participaram do encontro, realizado na sede da ENAMAT, os dirigentes das Escolas Judiciais dos TRTs. O Diretor da Escola Nacional apresentou a agenda de atividades aprovadas para 2014.

Entre os temas de cursos, simpósios e seminários para o calendário de 2014, foram confirmados: Administração de Vara do Trabalho – EAD; Técnica de Instrução Processual – EAD); Efetividade da Execução Trabalhista – EAD; Teoria Geral do Juízo Conciliatório – EAD; A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho – EAD; A Jurisprudência do TST e os Regionais; Discriminação e Normas Internacionais de

Proteção. Esses cursos foram subsequentemente realizados nos períodos definidos na reunião.

Compuseram, também, o calendário os dois cursos de Formação Inicial (16.º e 17.º CFIs). Houve previsão, ainda, de participação em cursos presenciais internacionais.

O Ministro Dalazen apresentou aos Diretores das Escolas Judiciais as novas lousas digitais adquiridas pela ENAMAT e se colocou à disposição das Escolas que necessitassem de auxílio para compra do equipamento, considerado de grande utilidade para o ensino presencial e de metodologia avançada, posteriormente adquiridos para as Escolas.

Outros temas foram discutidos na reunião, especialmente os que tratam de normas, resoluções e atos conjuntos com a ENAMAT sobre a formação de magistrados do Trabalho em todo o Brasil. O Diretor colheu opiniões dos participantes e enfatizou a importância do envolvimento pessoal de todos no esforço para aprimorar ainda mais o funcionamento do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho.

Por fim, o Ministro Dalazen abordou a questão da proposta de realização de um concurso nacional para ingresso na magistratura trabalhista, diferente do modelo regional atualmente adotado, tendo em vista ser esta uma finalidade institucional da ENAMAT.



*Ministro João Oreste Dalazen preside a reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho*



*Diretores das Escolas Judiciais integrantes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho em reunião coordenada pela ENAMAT*



*Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho*



## ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT

### COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VITALICIAMENTO – ALTERAÇÃO DO ATO CONJUNTO N.º 001/2013 – CGJT E ENAMAT



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



**ATO CONJUNTO CGJT.ENAMAT N.º 004, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

Altera dispositivos do Ato Conjunto  
CGJT.ENAMAT N.º 001/2013.

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o MINISTRO DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, no uso de suas atribuições regimentais,

**Considerando** a necessidade de proceder à atualização e ao aperfeiçoamento das normas que regulamentam a criação e o funcionamento das Comissões de Vitaliciamento no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho;

**Considerando** a deliberação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tomada na sessão de 31 de agosto de 2012, nos autos do Procedimento CSJT-19700 - 5.2006.5.90.000, de que a uniformização sobre a criação de Comissão de Vitaliciamento e respectiva regulamentação é objeto de ato conjunto da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT;

**Considerando** as sugestões colhidas por ocasião da 3.ª reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, ocorrida em 3 de abril de 2014;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



## RESOLVEM

**Art. 1.º** O artigo 2.º do Ato Conjunto CGJT.ENAMAT N.º 001/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º A Comissão de Vitaliciamento será composta por, no mínimo, três desembargadores do trabalho, eleitos pelo Pleno ou Órgão Especial do respectivo Tribunal, um dos quais integrante da direção ou do Conselho da Escola Judicial”.

**Art. 2.º** Republique-se o Ato Conjunto CGJT.ENAMAT N.º 001/2013 com as alterações introduzidas.

**Art. 3.º** Este Ato Conjunto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 2014.

  
**Ministro JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA**  
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

  
**Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e  
Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

# COMISSÃO TRANSITÓRIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ESTUDO DE REGULAMENTAÇÃO DOS CONVÊNIOS DE ESCOLAS JUDICIAIS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL



ATO.ENAMAT.Nº 003/2014

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** Fica instituída a Comissão Transitória para Apresentação de Estudo de Regulamentação dos Convênios de Escolas Judiciais para a Formação Profissional no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, com a seguinte composição:

- I – Desembargador do Trabalho ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS (Escola Judicial do TRT da 6.ª Região e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT) – Coordenador;
- II – Desembargador do Trabalho CARLOS ROBERTO HUSEK (Escola Judicial do TRT da 2.ª Região);
- III – Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA (Escola Judicial do TRT da 15.ª Região).

**Art. 2.º** A Comissão tem por objetivo oferecer subsídios para o estabelecimento dos critérios de regulamentação dos convênios destinados à formação profissional no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, em face do disposto no art. 34, parágrafo único, da Resolução Administrativa n.º 1363/2009 do Tribunal Superior do Trabalho, devendo apresentar relatório conclusivo e proposta de normatização no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 3.º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2014.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL



ATO.ENAMAT.Nº 4/2014

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão de Avaliação do 16.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, com a seguinte composição:

- I – Desembargador do Trabalho **JOÃO AMÍLCAR SILVA E SOUZA PAVAN** (TRT da 10.ª Região) – Coordenador;
- II – Juiz Titular de Vara do Trabalho **FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA** (TRT da 10.ª Região); e
- III – Juiz Titular de Vara do Trabalho **ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR** (TRT da 10.ª Região).

**Art. 2º** A Comissão tem por objetivo assessorar a Direção da ENAMAT na aferição de aproveitamento para a conclusão do 16.º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional, conforme a Resolução ENAMAT n.º 2/2009, devendo concluir suas atividades até o dia 5 de junho de 2014.

Brasília, 24 de abril de 2014.

**Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho

# COMISSÃO DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS E PROPOR ALTERNATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO NACIONAL DE INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO



ATO.ENAMAT.Nº 005/2014

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** Fica instituída Comissão destinada a efetuar estudos e propor alternativas para a realização do Concurso Nacional de ingresso à Magistratura do Trabalho, com a seguinte composição:

I – **Desembargador do Trabalho FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA** (Diretor da Escola Judicial do TRT da 8.ª Região) – Coordenador;

II – **Desembargadora do Trabalho VIVIANE COLUCCI** (Diretora da Escola Judicial do TRT da 12.ª Região);

III – **Juiz Titular de Vara do Trabalho ALEXANDRE AZEVEDO SILVA** (Titular da 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga, TRT da 10.ª Região).

**Art. 2.º** A Comissão deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 3.º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 09 de maio de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Dalazen", is written over a faint circular stamp.

**Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

# ALTERAÇÃO DAS RESOLUÇÕES N.ºS 9/2011 E 13/2013 SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS DO TRABALHO



RESOLUÇÃO N.º 15, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Altera a redação dada pelas Resoluções ENAMAT n.º 9/2011 e 13/2013, que tratam da Formação Continuada dos Magistrados do Trabalho.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** que, conforme o estatuído no art. 111-A, § 2.º, I, da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, e o disposto no art. 2.º, VIII e IX, e no art. 17 da Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, com a redação dada pela Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, ambas do Tribunal Superior do Trabalho, incumbe precipuamente à ENAMAT a coordenação da formação dos Magistrados do Trabalho;

**CONSIDERANDO** que o limite imposto pelo art. 3.º, § 1.º, II, da Resolução ENAMAT n.º 9/2011, com a redação que lhe imprimiu o art. 1.º, da Resolução ENAMAT n.º 13/2013, pode implicar desestímulo à participação dos magistrados do trabalho em cursos de média e longa duração, quando não promovidos pelas Escolas Judiciais;

**CONSIDERANDO** que há instituições de educação dispostas a, mediante convênio, oferecer cursos específicos para magistrados do trabalho;

**CONSIDERANDO** a formatação de tais cursos segundo as regras de competências profissionais regulamentadas pela ENAMAT;

**CONSIDERANDO** o parecer favorável do Conselho Consultivo da ENAMAT,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** O § 1.º do art. 3.º da Resolução ENAMAT n.º 9/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

*§ 1.º Computar-se-ão na carga horária:*

*I – as ações formativas promovidas pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, certificadas pela ENAMAT.*

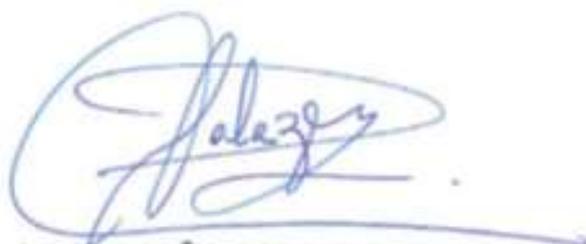
*II – até o limite de 8 (oito) horas-aula semestrais, outras atividades acadêmicas ou culturais, desde que, a critério da respectiva Escola, revelem-se compatíveis com a tabela de competências profissionais vigente para a formação continuada do Magistrado do Trabalho e haja 75% de frequência presencial certificada pela entidade promotora.*

*III – até o limite de 30 (trinta) horas-aula semestrais, para a realização de formação continuada nos cursos credenciados pela ENAMAT.*

**Art. 2.º** Republicue-se a Resolução ENAMAT n.º 9/2011, com as alterações introduzidas.

**Art. 3.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2014.



Ministro **JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho – ENAMAT

# CRENCIAMENTO DE CURSOS PELA ENAMAT



## RESOLUÇÃO ENAMAT N.º 16, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Regulamenta o credenciamento de cursos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** que, nos termos da Resolução ENAMAT N.º 17/2014, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho poderá credenciar cursos, para realização da formação continuada de magistrados;

**CONSIDERANDO** os princípios da impessoalidade e da eficiência da Administração Pública, consoante previsto no art. 37, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a necessidade de publicação dos critérios de credenciamento de cursos de formação continuada de magistrados do trabalho, para garantir a transparência dos procedimentos de escolha e análise dos cursos;

**CONSIDERANDO** o parecer favorável do Conselho Consultivo;

### **RESOLVE:**

**Art. 1.º** O credenciamento de cursos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho é regulado pela presente Resolução.

**Art. 2.º** A ENAMAT poderá credenciar cursos para integrarem a formação continuada de magistrados do trabalho, sempre que presentes os seguintes requisitos:

a) o curso seja planejado especificamente para atendimento das demandas de formação de membros da magistratura, inserindo-se seu conteúdo, necessariamente, na tabela de competências instituída pela Resolução ENAMAT n.º 07/2010;

b) a entidade conveniada realize e certifique frequência mínima não inferior a 80% das atividades presenciais e avaliação de aproveitamento;

**Art. 3.º** A instituição que pretenda credenciar cursos junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT apresentará, até 15 de outubro de cada ano, o projeto de ensino circunstanciado, que deverá conter:

a) dimensionamento e forma de admissão das turmas;

b) local de realização dos cursos;

c) programa e respectiva bibliografia;

d) estratégias de avaliação de desempenho;

e) quantidade de horas de aula e de outras atividades, para cômputo da carga horária total;

f) titulação concedida aos concluintes;

g) o compromisso do responsável legal da instituição pelo cumprimento estrito do plano de ensino.

**Art. 4.º** O Diretor da ENAMAT, ouvido o Conselho Consultivo, deliberará acerca do pedido de credenciamento, até 19 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo único:** O curso credenciado poderá ser oferecido por dois anos consecutivos, independentemente de novo credenciamento.

**Art. 5.º** A ENAMAT manterá permanente relação dos cursos credenciados, com as respectivas datas de credenciamento, no sítio da entidade na Internet.

**Art. 6.º** O certificado de conclusão do curso deverá conter a expressão “curso credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho”.

**Art. 7.º** Em caso de descumprimento do plano de ensino que instruiu o pedido de credenciamento, o credenciamento será imediatamente cancelado, não sendo computáveis para a carga horária de formação continuada as horas de atividades do curso.

**Art. 8.º** No ano de 2014, o prazo de que trata o artigo 3.º será estendido até 15 de novembro.

**Art. 9.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2014.



Ministro **JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho – ENAMAT

# CONVÊNIO CELEBRADOS POR ESCOLAS JUDICIAIS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO



## RESOLUÇÃO ENAMAT N.º 17, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Regulamenta os convênios celebrados por Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** a relevância dos convênios para a realização de cursos de formação no âmbito das Escolas Judiciais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização dos procedimentos das Escolas integrantes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho;

**CONSIDERANDO** as atribuições estatutárias da Escola Nacional de formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, notadamente a de participar e coordenar as atividades do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, nos termos do artigo 21, da Resolução Administrativa TST n.º 1158, de 14 de setembro de 2006;

**CONSIDERANDO** o parecer favorável do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENAMAT,

### RESOLVE:

**Art. 1.º** Para realização de suas atividades na formação de magistrados, observadas as diretrizes estabelecidas pela ENAMAT, as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, atendendo a razões de conveniência acadêmica e administrativa, poderão celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, institutos culturais, escolas corporativas do setor público, órgãos de classe, escolas associativas de magistratura e congêneres.

**Parágrafo único.** Os eventos realizados, promovidos ou apoiados pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante convênio, deverão observar, no que for cabível, a Resolução CNJ nº 170/2013.

**Art. 2.º** Os convênios podem ter como objeto, entre outros:

I – a organização e promoção conjunta ou em colaboração de atividades educacionais específicas, presenciais ou à distância, definidas em cada caso, notadamente cursos, fóruns, eventos, conferências, seminários, debates, grupos de estudo e palestras;

II – o compartilhamento de ações formativas mediante cessão de vagas em cursos presenciais e/ou à distância;

III – o desenvolvimento conjunto de projetos e programas de pesquisa e ensino;

IV – o intercâmbio de docentes, pesquisadores e/ou pessoal técnico;

V – o intercâmbio de material didático-pedagógico, de repositórios de informação e de documentos e publicações científicas;

VI – a disponibilização de espaços físicos, ambientes virtuais e de equipamentos para a realização de eventos;

VII – a concessão de descontos em cursos de pós-graduação ou em outras atividades educacionais promovidas pela entidade convenente.

**Art. 3.º** Os convênios deverão ser firmados pelos representantes legais da Escola Judicial Regional e da entidade partícipe, os quais deverão especificar, conforme o caso:

I – a finalidade e o objeto específicos;

II – as obrigações dos partícipes;

III – o prazo de duração;

IV – o conteúdo e a carga horária do evento;

V – a origem das receitas;

VI – o montante das despesas;

VII – a forma de avaliação da frequência e do aproveitamento.

**Art. 4.º** Para a realização das atividades previstas no artigo 2.º desta Resolução, as ações compartilhadas entre as Escolas Judiciais componentes do Sistema

Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho não dependem de convênio, podendo ser formalizadas por mera troca de correspondência.

**Art. 5.º** A ENAMAT deverá ser informada do inteiro teor dos convênios no prazo de 30 (trinta) dias após sua celebração.

**Parágrafo único.** Os convênios em vigência devem ser informados à ENAMAT no prazo do *caput*, contado a partir da publicação desta Resolução.

**Art. 6.º** Em atividades realizadas pelas Escolas Judiciais Regionais mediante convênio, a certificação da frequência e aproveitamento observará os regulamentos da ENAMAT.

**Art. 7.º** Esta Resolução não se aplica:

I – aos acordos de cooperação e outros termos de parceria nos quais a atuação do outro partícipe se restrinja ao apoio à Escola Judicial em questões operacionais ou de logística para realização de evento;

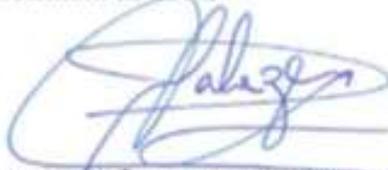
II – aos convênios celebrados por Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho para fins de capacitação exclusiva de servidores.

**Art. 8.º** Os certificados de frequência e aproveitamento em cursos decorrentes de convênios celebrados por Escolas Judiciais Regionais, anteriores à presente Resolução, regularmente emitidos ou ratificados segundo as normas editadas pela ENAMAT, são nacionalmente válidos para comprovação da atividade formativa discriminada.

**Art. 9.º** As Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho deverão adequar os convênios em vigor ao previsto nesta Resolução, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 10** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 2014.



Ministro **JOÃO ORESTE DALAZEN**  
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho – ENAMAT



## **VISITAS INSTITUCIONAIS**

### **VISITAS TÉCNICAS E PALESTRAS REALIZADAS**

- **Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7.<sup>a</sup> Região (CE) – Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT**

**4 de abril de 2014**

A Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda, realizou, no dia 4 de abril, visita técnica à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7.<sup>a</sup> Região (CE).

Na oportunidade, foi recepcionada pela Presidente do Tribunal Regional, Desembargadora do Trabalho Maria Roseli Mendes de Alencar, pelo Diretor da Escola Judicial, Desembargador do Trabalho José Antonio Parente, e pelos Desembargadores do Trabalho Tarcísio Lima Verde e Francisco José Gomes da Silva.

A Vice-Diretora conheceu as instalações da Escola Judicial do Ceará e participou de uma reunião, na qual foi apresentado o calendário de eventos previstos para 2014 daquela Escola e tomou conhecimento da carga horária de formação executada pelos magistrados em 2013.

A reunião, que contou também com a participação da Juíza do Trabalho Substituta Camila Miranda de Moraes e da servidora Flávia Moraes, tratou ainda de formas de incentivo aos magistrados de primeiro e segundo graus com relação às atividades da Escola, bem como da possibilidade de atualização do valor das horas-aulas pagas aos instrutores.

A Ministra Kátia, a título de sugestão, propôs à Escola que providenciasse, com mais antecedência, ampla divulgação dos eventos e cursos, de modo a permitir uma participação maior de magistrados. Da mesma forma, sugeriu a atualização constante da página virtual da Escola Judicial com as informações das atividades previstas pela ENAMAT.



*Ministra Kátia Magalhães Arruda é recepcionada na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região*



*Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT, acompanhada de autoridades do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região*

➤ **Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região (PE) – Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT.**

**28 de maio de 2014**

*Foto: Helen Falcão*



*Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho*

O Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho participou, no dia 28 de maio, das sessões públicas de avaliação do exame oral do XIX Concurso para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região (PE). O Ministro é membro da comissão examinadora da prova.

Como Conselheiro da ENAMAT, o Ministro aproveitou o ensejo para conferir o 11.<sup>o</sup> Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento dos Magistrados e também para fazer visita técnica à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho.

Durante a visita à Escola, esteve acompanhado pelos Desembargadores do Trabalho Pedro Paulo Pereira Nóbrega (Vice-Presidente do Tribunal) e André Genn de Assunção Barros, Diretor da Escola Judicial e também Conselheiro da ENAMAT, bem como do Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, Coordenador-Geral da Escola, oportunidade em que concedeu entrevista à imprensa do Tribunal Regional.

## **Entrevista**

(Por: Mariana Mesquita e Helen Falcão)

### **Qual o intuito da visita à Escola Judicial do TRT da 6.<sup>a</sup> Região?**

A visita, na verdade, faz parte de um processo de integração da ENAMAT com as Escolas Regionais. À ENAMAT, muito embora seja o vértice das Escolas Regionais, cabe também uma integração e um desenvolvimento com as Escolas Regionais para que se possa aferir o grau de desenvolvimento das Escolas Judiciais, o conteúdo que estão dotando e a participação dos magistrados.

### **O que o senhor achou do modelo de capacitação em PJe-JT, com aulas presenciais e à distância, implementado pela Escola?**

Fiquei muito surpreso, porque particularmente sou da “velha guarda” – tenho certa dificuldade com essas tecnologias – e tinha a impressão de que havia uma grande dificuldade com a implementação do PJe nos Tribunais e nas Varas do Trabalho. O que extraí da apresentação sobre o modelo de capacitação foi que o Tribunal da Sexta Região superou de forma muito inteligente, integrativa e colaborativa entre os servidores, que desenvolveram um processo de conhecimento evolutivo. Parece que o sistema está funcionando com muita tranquilidade aqui, ou seja, é uma realidade possível, diferente da ideia que fazia: uma realidade um pouco preocupante ao longo dos anos, para sua implementação. O que eu vi foi uma outra situação. Fiquei muito impressionado e mais animado, até em relação a mim mesmo.

### **Qual a importância da capacitação continuada de magistrados do trabalho, a exemplo do módulo concentrado que se realiza ao longo desta semana?**

Fiquei muito surpreso, porque cheguei no momento em que está sendo realizado um curso de formação permanente dos Juízes e com uma aceitação grande. Mais de 80 Juízes participando das oficinas de Administração Judiciária e de PJe. Isso é fundamental, e é o que a gente espera; esse é o escopo das Escolas Judiciais dos Tribunais.

### **O que esperar da prova oral do concurso, que acontece nesta quinta e sexta-feira?**

A prova oral é uma fase que vem depois de os candidatos haverem ultrapassado três provas difíceis. É uma prova que não necessariamente tem preocupação apenas com o conteúdo jurídico, com o saber dos candidatos, mas com o aspecto emocional, psicológico. O que se pretende é que eles tenham uma oportunidade muito grande de mostrar aquilo que sabem, mas também a capacidade de enfrentar situações de pressão, de dificuldade, sem que percam a tranquilidade.

➤ **Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região (SP) – Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT**

**30 de maio de 2014**



*Mesa de Abertura do Seminário sobre Justiça do Trabalho e Combate ao Trabalho Infantil*

A Ministra do TST e Vice-Diretora da ENAMAT Kátia Magalhães Arruda compareceu ao Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região (SP) para participar do Seminário *Justiça do Trabalho e o Combate ao Trabalho Infantil*.

O Seminário aconteceu no dia 30 de maio, no auditório principal do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na cidade de São Paulo. O evento contou com a participação de magistrados e especialistas, que apresentaram temas relacionados ao combate ao trabalho infantil para um público diversificado.

Observou-se uma linha comum em todas as palestras proferidas, ou seja, elas chamaram a atenção para a necessidade de ações efetivas de combate e também para a consciência de que o problema é tão arraigado na sociedade que algumas de suas variações e modalidades são vistas como relativamente inofensivas.



A Ministra Kátia Magalhães Arruda, em sua palestra, expôs a dicotomia com a qual o problema é lidado: o que está no papel – as muitas leis e fundamentos jurídicos de proteção: convenções internacionais, tratados, a própria Constituição Federal, o ECA (Estatuto da criança e do adolescente) e a CLT – e o que efetivamente existe no mundo real: cerca de 3,6 milhões de crianças no trabalho infantil, muitas delas em regime análogo à escravidão.

A Ministra disse, também, que, ao contrário do senso comum, é um mito achar que, quanto mais cedo a criança começar a trabalhar, é melhor. Segundo ela, é, na verdade, exatamente o contrário, pois, quanto mais cedo a criança for inserida no mercado de trabalho, menor é a chance de se tornar um adulto com trabalho digno. A relação para esse fato é bastante óbvia, e a palestrante apresentou dados que demonstram a defasagem escolar de 90% das crianças que trabalham.

Outras falácias foram demolidas na palestra, tais como:

- “é melhor a criança trabalhar do que roubar” – ambas as atividades são ilícitas, e não se trata de optar pela menos danosa: a criança precisa ser educada;
- “só cresce na vida quem trabalha cedo” – além de ser infundado, traz mais um agravante: é duas vezes maior a chance de uma criança se envolver num acidente de trabalho do que um adulto e causar danos irreversíveis e até mesmo óbito.

➤ **Escola Judicial da 15.<sup>a</sup> Região (Campinas/SP) – Ministro Lelio Bentes Corrêa**

**6 de junho de 2014**



*Ministro Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro da ENAMAT*

O Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, esteve, no dia 6 de junho, no Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região (Campinas/SP), para participar como palestrante no *14.º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho*, ocorrido nos dias 5 e 6 de junho e voltado para magistrados, profissionais do Direito, advogados, procuradores, estudantes e servidores públicos.

*Tutela Preventiva no Meio Ambiente do Trabalho* foi o tema do 4.º painel, que abriu as atividades do segundo dia do Congresso, com a apresentação do Ministro Lelio Corrêa.

Para o Ministro, a importância maior do congresso foi marcada pela discussão das grandes questões do século XXI, inclusive o tema do 4.º painel, que, segundo ele, "*transita entre os séculos XXI e XIX*". A propósito do meio ambiente do trabalho, ressaltou a importância de não perder de vista que "*o trabalho não é uma mercadoria e o trabalhador não é uma peça descartável*" e buscou num pensamento do Professor uruguaio Oscar Ermida Uriarte um resumo da luta pelo direito dos trabalhadores, segundo o qual "*a grande revolução contemporânea do Direito do Trabalho aconteceu no momento em que o trabalhador se deu conta de que não se despe o paletó de cidadão para vestir o macacão de operário*". (Fonte: TRT da 15.<sup>a</sup> Região)

➤ **Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 20.<sup>a</sup> Região (SE) – Ministro Augusto César Leite de Carvalho**

**6 de junho de 2014**



*Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Conselheiro da ENAMAT, em visita à Escola Judicial da 20.<sup>a</sup> Região*

No dia 6 de junho, o Ministro Augusto César Leite de Carvalho, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, em visita à Escola Judicial do TRT da 20.<sup>a</sup> Região (SE), encerrou o Ciclo de Palestras do *VII Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados*, organizado por aquela Escola.

Abordando o tema **Jurisprudência Consolidada do TST**, o Ministro apresentou aos magistrados os verbetes da jurisprudência que sofreram modificação. Esclareceu na ocasião: *"Nós temos uma Constituição garantista e um Código Civil repleto de normas muito relevantes que tratam sobre direitos da personalidade. Por isso, houve a necessidade de o TST se reunir para revisar os fundamentos da jurisprudência"*.

Como primeiro Diretor da Escola Judicial do TRT da 20.<sup>a</sup> Região, o Ministro Augusto César salientou a relevância da Escola na realização de eventos dessa natureza: *"É importante que os magistrados estejam sempre dispostos a se reciclarem, a tentarem entender melhor os fundamentos da jurisprudência que estamos construindo. A necessidade de uma reciclagem permanente é o que justifica a Escola Judicial"*. (Fonte: TRT da 20.<sup>a</sup> Região)

➤ **Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região (BA) – Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**

**5 de setembro de 2014**



*Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Conselheiro da ENAMAT, em visita técnica à Escola Judicial da 5.<sup>a</sup> Região*

O Ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, realizou visita técnica à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região, no dia 5 de setembro, ocasião em que foi recepcionado pela Presidente da Escola, Desembargadora do Trabalho Luiza Lomba, pela Coordenadora de Cursos, Juíza do Trabalho Ana Paola Santos, e pelo Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região Gilmar Carneiro de Oliveira.

A visita objetivou o acompanhamento da programação acadêmica da Escola Judicial realizada e prevista para 2014, tendo em vista a formação de magistrados do trabalho, assim como das áreas e ações que necessitam de auxílio da ENAMAT para a melhoria do trabalho de formação promovido pela Escola, a partir de sugestões da Instituição.

“De fato, fiquei muito feliz, pois a Escola está investindo fortemente na formação de magistrados, tanto na inicial quanto na permanente. Já possui um programa de atividades muito bem definido e está extremamente bem estruturada. Efetivamente,

vamos trabalhar com as sugestões que nos foram colocadas, importantes para essa aproximação entre a ENAMAT e a Escola Judicial da 5.<sup>a</sup> Região, para o efeito de evolução em tudo aquilo que vem sendo desenvolvido aqui”, afirmou o Ministro Vieira de Mello. (Fonte: Secom – TRT da 5.<sup>a</sup> Região, Joaquim Castro).

➤ **Escola Judicial da 9.<sup>a</sup> Região – Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT**

**5 de dezembro de 2014**

O Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, proferiu palestra no dia 5 de dezembro, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região (PR), sobre o tema *A Lei n.º 13.015/2014 e impactos no Sistema Recursal Trabalhista*.

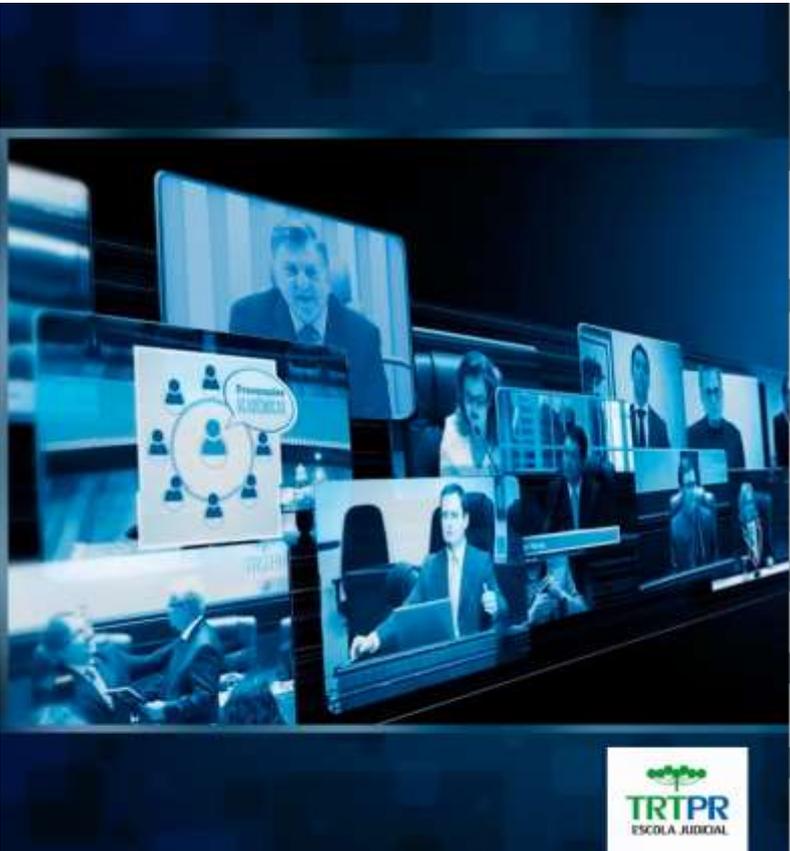
A palestra, promovida pela Escola Judicial desse Tribunal Regional, inseriu-se nas atividades do Evento de Conclusão das Ações Formativas que foram realizadas durante o ano de 2014.



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*

O tema tratado pelo Ministro Dalazen diz respeito à recente legislação que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. Na palestra, o Ministro explicitou as alterações efetuadas pela nova lei e analisou como tais modificações se refletirão no sistema de recursos da Justiça do Trabalho.

Participaram do evento magistrados do trabalho da 9.<sup>a</sup> Região. A palestra, ocorrida no Auditório Pedro Ribeiro Tavares, localizado no Edifício Rio Branco, Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, teve transmissão ao vivo pelo canal do TRT da 9.<sup>a</sup> Região no Youtube ([www.youtube.com/trtpr](http://www.youtube.com/trtpr)).



**Evento de Conclusão das Ações Formativas da ESCOLA JUDICIAL TRT 9ª Região 2014**

**Conferência:**  
A Lei nº 13.015/2014 e impactos no Sistema Recursal Trabalhista

**Conferencista:**  
**Ministro João Oreste Dalazen**  
Tribunal Superior do Trabalho  
Diretor da ENAMAT  
Escola Nacional da Magistratura do Trabalho

**Local:**  
TRT 9ª Região  
Alameda Carlos de Carvalho, nº 528, Curitiba-PR

**Data:**  
05 de dezembro de 2014  
das 09h45 às 12h00

**Inscrições:**  
[escolajudicial@trt9.jus.br](mailto:escolajudicial@trt9.jus.br)  
VAGAS LIMITADAS



## VISITAS RECEBIDAS

### ➤ Magistrada de Ligação da França

23 de abril de 2014



*Magistrada de Ligação da França, Carla Deveille-Fontinha, em visita à ENAMAT*

O Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, recebeu, no dia 23 de abril, a visita da Magistrada de Ligação da França, Juíza Carla Deveille-Fontinha, e, na oportunidade, foram tratados assuntos relacionados à programação das atividades para o ano de 2014, em decorrência do convênio de cooperação existente entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e a Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa.



*Magistrada de Ligação da França, Carla Deveille-Fontinha, e Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT*

➤ **Magistrados franceses da Escola Nacional de Magistrados da França (ENM) e da Embaixada da França no Brasil**

**23 de maio de 2014**

O Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, recebeu, no dia 23 de maio, na sede da Escola, em Brasília, os magistrados franceses Samuel Vuelta-Simon, Diretor Adjunto da Escola Nacional da Magistratura da França (ENM); Anthony Manwaring, Diretor Adjunto do Departamento Internacional da ENM, e Carla Deveille-Fontinha, Magistrada de Ligação da Embaixada da França no Brasil.



*Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e seu Assessor, Juiz Marcos Neves Fava, recebem magistrados franceses*

A ENM mantém convênio de intercâmbio e cooperação com a ENAMAT desde 2011, para a permuta de informações entre ambas as instituições acerca de questões que venham a proporcionar o aprimoramento da colaboração acadêmica, científica e cultural relacionada à formação de magistrados do trabalho.

O Diretor da ENAMAT forneceu informações aos visitantes sobre o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro, especialmente sobre a Justiça do Trabalho, e recebeu deles explicações sobre os modelos franceses de Justiça e formação de magistrados.

## OUTROS EVENTOS

### ➤ **Seminário: Diálogos sobre Justiça**

**23 de abril de 2014**

O III Seminário *Diálogos sobre Justiça*, promovido pela Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, ocorreu no Salão Negro desse Ministério, no dia 23 de abril. O tema central abordado foi **Impacto no Sistema Processual dos Tratados** Internacionais, núcleo da pesquisa realizada sob os auspícios do Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça da SRJ e conduzida pela Universidade Vale do Rio dos Sinos, do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Professor José Luís Bolzan de Moraes.

A iniciativa insere-se num dos eixos de atuação da Secretaria de Reforma do Judiciário, e o resultado da pesquisa indicou o avanço do Brasil na implementação de direitos fundamentais, mas detectou dificuldades na aplicação de Tratados Internacionais nas decisões judiciais. A pesquisa abordou o assunto no âmbito do processo civil, do processo penal e do processo do trabalho e constatou a referência a Tratados Internacionais em três importantes precedentes do TST, os acórdãos exarados nos Processos n.ºs RO 5165-78.2010.5.10.0000, ROMS 16100-56.2005.5.10.0000 e ROMS 49800-44.2003.5.04.0005, de relatoria dos Ministros Guilherme Caputo Bastos, Ives Gandra da Silva Martins Filho e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, respectivamente.

Ao propor estratégias para a melhor e mais intensa utilização dos Tratados Internacionais no direito processual do Brasil, a pesquisa relacionou a simplificação do processo de internalização das normas internacionais ao direito brasileiro, a criação de uma Escola de Direito Internacional, a formação de uma Comissão de Controle de Convencionalidade no âmbito do Parlamento brasileiro e a cobrança do tema nos concursos públicos.

Tratando da formação dos operadores do Direito, a pesquisa enfatizou a importância que o tema assume nos Cursos de Formação Inicial da Escola Nacional de

Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, concluindo que “*na esfera trabalhista a magistratura conta com uma Escola de Formação aberta à internacionalização do Direito*”.

A ENAMAT esteve representada, no evento e nos debates, pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Conselheiro e Assessor do Diretor.

## ➤ **6º Fórum de Educação a Distância**

**13 a 15 de agosto de 2014**

A ENAMAT participou do II Encontro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário e 6º Fórum de Educação a Distância, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período de 13 a 15 de agosto, em Brasília, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), no qual foram apresentados, em um mesmo módulo, os trabalhos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

O Assessor do Diretor da ENAMAT José Valmir Santos Filho representou a Escola Nacional e realizou uma exposição sobre os objetivos da formação e o aperfeiçoamento dos magistrados do trabalho, detalhando a qualificação profissional do Juiz do Trabalho necessária ao exercício de sua função jurisdicional.

Demonstrou ainda, o Assessor José Valmir, o modelo sistêmico de formação do magistrado do trabalho, constituído pela ENAMAT, coordenadora do sistema, e pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho destinadas à formação e aperfeiçoamento desses magistrados.

Por fim apresentou os principais instrumentos de formação utilizados pela ENAMAT e pelas 24 Escolas Judiciais: a formação inicial, a formação continuada e a formação de formadores.

## ➤ **20º Congresso Internacional de Educação à Distância**

**6 a 9 de outubro de 2014**

O Congresso Internacional da Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED ocorreu no período de 6 a 9 de outubro na cidade de Curitiba, e teve a participação de aproximadamente mil e quinhentos participantes nacionais e internacionais.

O Congresso abriu espaço para que pesquisadores, educadores e dirigentes organizacionais do Brasil e do mundo pudessem apresentar seus trabalhos científicos, apresentar experiências inovadoras, participar de mesas-redondas e realizar palestras relacionadas à educação à distância, além de poderem inserir-se em grupos de trabalho de diferentes linhas de atuação e estabelecer contatos com outros profissionais da educação à distância. O evento tem realização anual. O evento tem realização anual.

A ENAMAT esteve representada, no evento e nos debates pelo Assessor do Diretor José Valmir Santos Filho.



## COMUNICAÇÃO SOCIAL

As entrevistas, notícias e reportagens para TV, Internet e mídias sociais foram as principais atividades da área de Comunicação Social da ENAMAT em 2014. O conteúdo das matérias produzidas e publicadas no *site* da Escola, no Twitter e no Facebook noticiaram os principais eventos e atividades da formação e aperfeiçoamento de magistrados, como os cursos de Formação Inicial; de Formação Continuada, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância; e de Formação de Formadores, também nessas três modalidades.

As entrevistas com professores e alunos foram produzidas em três diferentes formatos: escritas, em áudio e em vídeo. A equipe de Comunicação é composta por três profissionais, sendo uma jornalista, um operador de vídeo e um editor de imagens.

Foram veiculadas na página da Internet da ENAMAT 119 matérias com assuntos diversos e fotos variadas, reportando-se aos eventos organizados pela Escola Nacional, além dos que contaram com a participação dos membros da respectiva Diretoria e do Conselho Consultivo e daqueles com os quais a área atuou em parceria.

Na área de Comunicação, o trabalho esteve voltado, também, para a disseminação da informação dos eventos organizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio das Escolas Judiciais. Buscou-se replicar as notícias desses Órgãos que fossem de interesse dos magistrados trabalhistas na página da ENAMAT na Internet. O bom resultado das ações pode ser aferido pelo número de acessos à página: 101.367 visualizações em 2014.

A ENAMAT teve presença marcante na rede social Facebook, alcançando 118.067 pessoas no Brasil, 684 nos Estados Unidos, 360 no Reino Unido, além de centenas de acessos em outros países, desde sua criação, em 2013 (veja gráfico abaixo).

ENAMAT - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Início - TST Rodrigo Grande Muralha | Aulas de Da... ENAMAT - Escola Nacional de Forma... ENAMAT

https://www.facebook.com/pages/ENAMAT/246529658724833/?info=insights&section=na-People

Portal do Aluno ENAMAT - Escola Nac... Painel - ENAMAT - Esc... Correio Brasileiro Google Tradutor Facebook globo.com - Absoluta... Portal dos Correios Google [bbc.com.br] loja.ckala.com.br WeTransfer

Procure pessoas, coisas e locais

ENAMAT Status Página inicial

Página Atividade **Informações** Configurações Ajuda \* Exportar Promover negócio ▾

Visão geral Curtidas Alcance Visitas Publicações **Pessoas**

**Mulheres**

68% 54%  
Pessoas alcançadas Seus fãs

1% 1% 14% 9% 5% 2% 0,351%

13-17 18-24 25-34 35-44 45-54 55-64 65+

**Homens**

42% 44%  
Pessoas alcançadas Seus fãs

1% 14% 6% 2% 0,02% 0,555%

País	Pessoas alcanç...	Cidade	Pessoas alcanç...	Idioma	Pessoas alcanç...
Brasil	110.067	São Paulo	18.062	Português (Brasil)	109.569
Estatos Unidos da América	684	Rio de Janeiro	14.938	inglês (EUA)	7.433
Reino Unido	360	Belo Horizonte, Minas Ger...	5.160	inglês (Reino Unido)	2.939
Alemanha	273	Brasília, Distrito Federal	4.303	Francês (França)	652
Portugal	265	Salvador, Bahia	4.217	Português (Portugal)	541
Francia	240	Porto Alegre, Rio Grande...	3.975	Espanhol	403
Espanha	221	Curitiba	2.699	Espanhol (Espanha)	304

x

11:08 26/11/2014

A maior novidade em 2014 foi o lançamento da **TV Enamat**, em que foram publicadas entrevistas exclusivas com magistrados e professores de renome nacional e internacional sobre os mais diversos temas relativos ao Direito.

O *site* da ENAMAT conta, também, com uma versão em inglês, facilitando o entendimento para pessoas de outros países que atuam em escolas de formação de magistrados e outros interessados, participando, assim, de forma mais abrangente, do processo de globalização de informações relativas à Escola Nacional.

Na área de TV e Vídeo, foram realizadas as seguintes atividades:

- Criação e confecção de *layout* gráfico de todos os eventos realizados pela ENAMAT.
- Confecção da vinheta de abertura da **TV Enamat**.
- Captação de imagens e registros fotográficos dos eventos realizados pela ENAMAT.
- Produção de vídeos no formato de entrevista para o *site* da ENAMAT.
- Fiscalização técnica na aquisição de material de vídeo e áudio para a ENAMAT.
- Edição de vídeo dos cursos da ENAMAT.
- Criação de vinhetas institucionais.
- Reprodução de vídeos para Ministros.
- Edição e montagem das fotos oficiais dos cursos.
- Edição e finalização de trabalhos gráficos.
- Edição de entrevistas.



## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2014 presenciou diversas evoluções no ambiente computacional da ENAMAT.

Durante o ano foi lançada a TV ENAMAT, o canal da Escola Nacional no Youtube ([www.youtube.com/enamat](http://www.youtube.com/enamat)), que se tornou de modo ágil um importante canal de comunicação com os magistrados do trabalho em todo o País. Várias atividades de formação continuada foram publicadas na íntegra no canal, tais como: Simpósio sobre O Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho, Congresso sobre Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil, Palestra sobre a Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho e Curso sobre Direito do Trabalho Comparado: Brasil – Argentina – Uruguai. Ao longo deste ano foram publicados cerca de 100 vídeos, que geraram mais de 8.000 visualizações e assistência num total de minutos acima de 84.000. O Simpósio sobre o Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho foi o evento mais assistido do canal em 2014, responsável por quase 50% de todas as visualizações.

Além da publicação dos vídeos, passou-se a divulgar na Biblioteca da ENAMAT ([http://www.enamat.jus.br/?page\\_id=9949](http://www.enamat.jus.br/?page_id=9949)) os textos decorrentes da degravação das apresentações realizadas pelos professores e palestrantes nos eventos. A degravação foi realizada pela Divisão de Apoio e Registros Taquigráficos do Tribunal Superior do Trabalho, e os textos das apresentações e os vídeos formam um conjunto completo de cada evento, permitindo que os magistrados que não participaram das atividades possam acessar o inteiro teor de seu conteúdo.

Outra novidade, propiciada pelo canal do Youtube, é que atualmente a ENAMAT tem uma segunda opção para realizar a transmissão de seus eventos. Anteriormente, esses eventos eram transmitidos apenas pela ferramenta *Adobe Connect*, que apresenta vantagens, como um *Chat* integrado à transmissão, mas não admite grande número de conexões simultâneas. Agora, os eventos podem ser transmitidos também pelo Youtube e, com isso, não há mais restrição quanto ao número de usuários que podem simultaneamente conectar. Assim, pode o Juiz escolher assistir um curso ao vivo diretamente de sua Vara do Trabalho ou de sua residência, não

mais sendo necessário seu deslocamento até a Escola Judicial de sua Região. É mais um passo importante para garantir o acesso dos magistrados a todos os eventos da ENAMAT.

No final de 2014, foi realizada a migração do ambiente Moodle utilizado como plataforma de educação à distância da ENAMAT. A Escola irá utilizar em 2015 a versão 2.6 dessa ferramenta, com inúmeras novidades para professores e alunos de cursos à distância. Além da nova identidade visual, que pode ser vista na figura abaixo, a nova versão mostra-se mais estável e segura, além de possuir funcionalidades que permitem melhor acompanhamento da aprendizagem dos alunos.



**Figura: Versão nova do ambiente Moodle** ([ead.enamat.jus.br](http://ead.enamat.jus.br))

# ORÇAMENTO

## **Breve Histórico**

Após análise efetuada pela ENAMAT, em 2009, verificou-se que diversas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho não possuíam recursos e estrutura suficientes para executar suas atividades formativas.

Dessa forma, para que esta Escola Nacional realizasse a efetiva coordenação no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, tornou-se essencial a disponibilização de dotação orçamentária para melhor planejamento de suas ações e auxílio às Escolas Judiciais, de modo a alcançar os magistrados com capacitação profissional de qualidade.

Com o inestimável apoio da Administração do Tribunal Superior do Trabalho, a ENAMAT obteve, em 2011, ação orçamentária própria, intitulada “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”.

Nos exercícios de 2011 a 2013, o orçamento desta Escola Nacional possibilitou o avanço das ações de formação inicial, continuada e de formadores. Houve, ainda, sensível melhoria na estrutura física e de material da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

## **Exercício de 2014**

Em 2014, destinou-se à ENAMAT o valor total R\$ 8.631.934,00 para a execução de suas ações, sendo R\$ 7.009.697,00 referentes às despesas correntes e R\$ 1.622.237,00 relativos às despesas de capital.

Os recursos aplicados possibilitaram à ENAMAT oferecer formação teórico-prática em todas as áreas: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

No âmbito da Formação Inicial, a ENAMAT descentralizou orçamento aos Tribunais Regionais do Trabalho para o custeio de diárias e passagens aéreas de 117 magistrados capacitados nas duas edições realizadas em 2014.

No que se refere à Formação Continuada e à Formação de Formadores, a dotação orçamentária da Escola Nacional fomentou a realização de 8 cursos presenciais, 7 à distância e 2 semipresenciais, totalizando 1.480 Alunos-Juízes atendidos.

Ressalta-se que a meta física prevista no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2014 prevê a formação de 1.300 magistrados. Dessa forma, o atendimento a 1.600 Juízes demonstra a efetividade da execução orçamentária.

Em complemento às ações formativas, a Escola Nacional atuou, uma vez mais, na melhoria da estrutura física e de material no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho. Realizou-se, por meio de provisões orçamentárias, apoio financeiro para a aquisição de diversos equipamentos e mobiliário pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

## TABELAS E GRÁFICOS

A seguir, apresentam-se tabelas e gráficos para a visualização dos resultados alcançados pela ENAMAT em sua ação de formação e aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, nas áreas de Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores, em 2014.

### Cursos de Formação Inicial – CFI

#### 16.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 1 – Número de Alunos-Juízes participantes do 16.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2014

<b>Tribunal</b>	<b>Total de Magistrados Inscritos</b>
1ª Região - SP	1
2ª Região - SP	34
3ª Região - MG	
4ª Região - RS	1
5ª Região - BA	
6ª Região - PE	
7ª Região - CE	
8ª Região - PA/AP	10
9ª Região - PR	
10ª Região - DF/TO	
11ª Região - AM/RR	1
12ª Região - SC	
13ª Região - PB	
14ª Região - AC/RO	
15ª Região - Campinas-SP	1
16ª Região - MA	1
17ª Região - ES	
18ª Região - GO	
19ª Região - AL	
20ª Região - SE	
21ª Região - RN	1
22ª Região - PI	2
23ª Região - MT	2
24ª Região - MS	
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

Gráfico 1 – Alunos-Juízes participantes do 16.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT – 2014

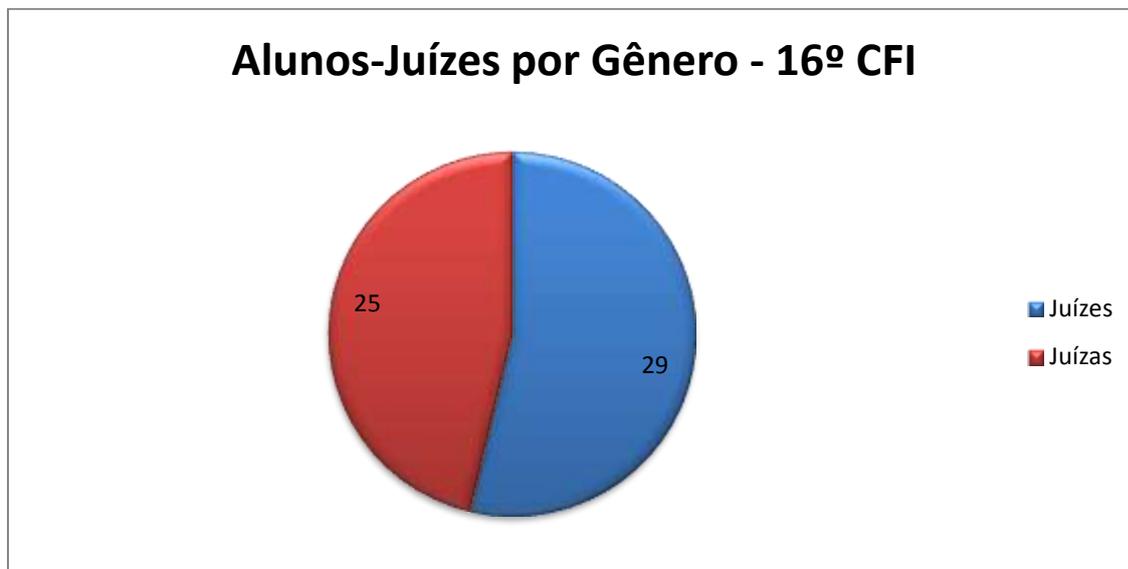


Gráfico 2 – Alunos-Juízes participantes do 16.º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT – 2014

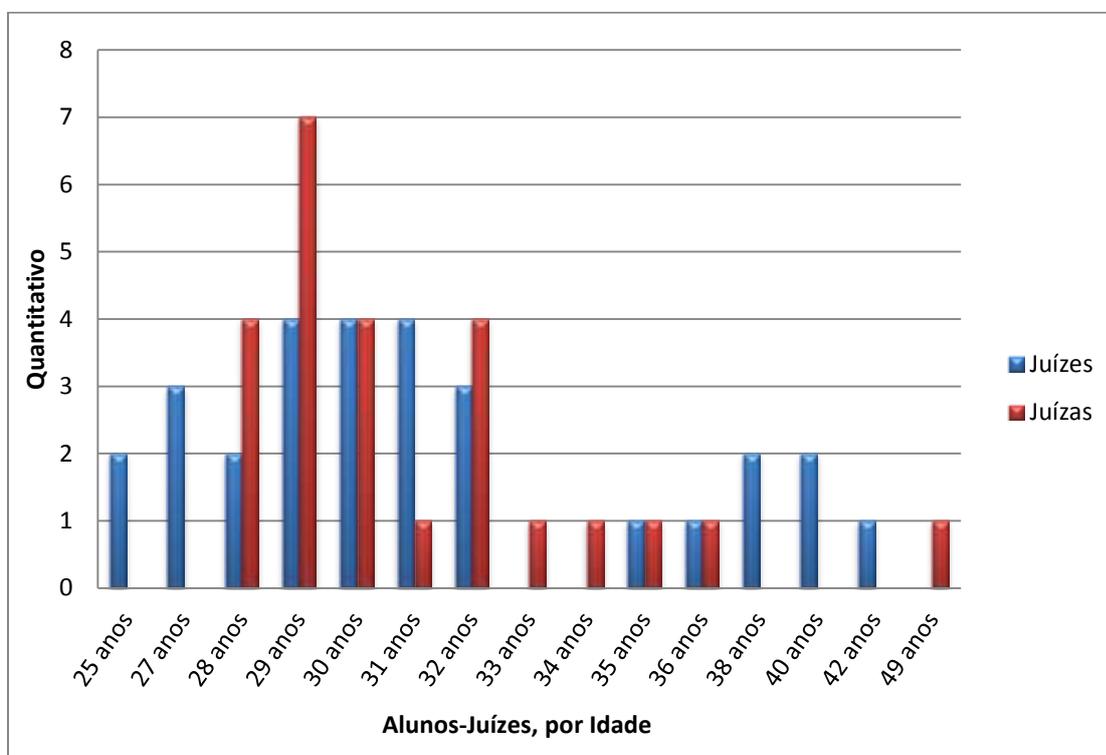
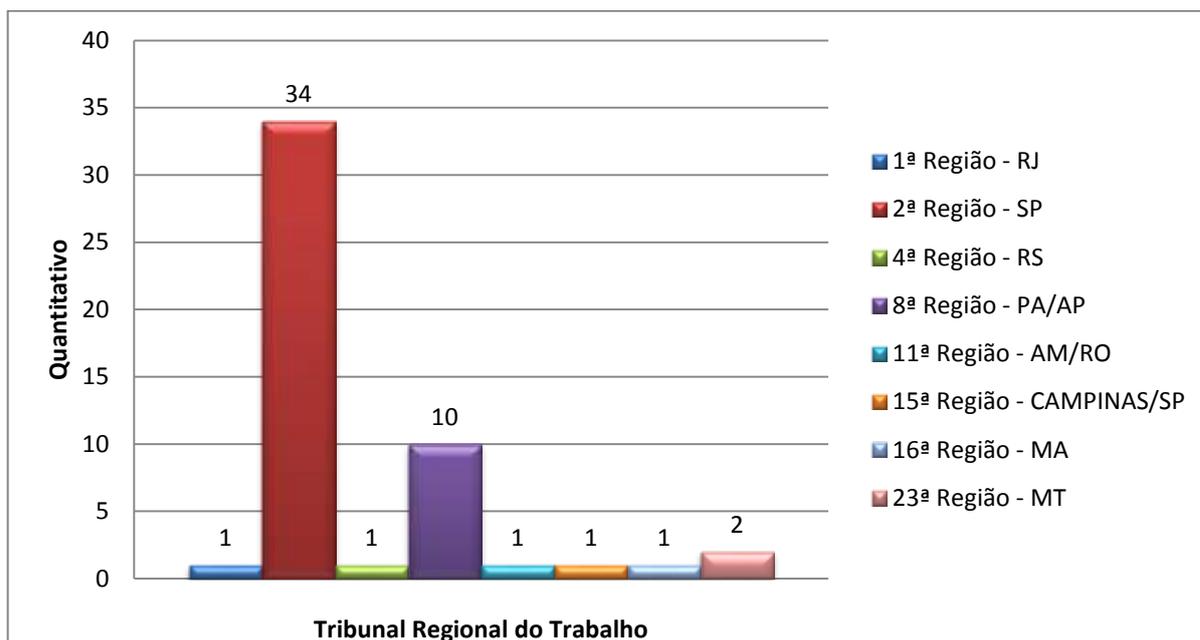


Gráfico 3 – Alunos-Juizes participantes do 16.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2014



## 17.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 2 – Número de Alunos-Juízes participantes do 17.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2014

<b>Tribunal</b>	<b>Total de Magistrados Inscritos</b>
1ª Região - RJ	6
2ª Região - SP	1
3ª Região - MG	
4ª Região - RS	
5ª Região - BA	7
6ª Região - PE	8
7ª Região - CE	
8ª Região - PA/AP	
9ª Região - PR	
10ª Região - DF/TO	
11ª Região - AM/RR	
12ª Região - SC	
13ª Região - PB	
14ª Região - AC/RO	7
15ª Região - Campinas-SP	19
16ª Região - MA	4
17ª Região - ES	
18ª Região - GO	6
19ª Região - AL	1
20ª Região - SE	
21ª Região - RN	
22ª Região - PI	1
23ª Região - MT	
24ª Região - MS	
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

Gráfico 4 – Alunos-Juízes participantes do 17.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT – 2014



Gráfico 5 – Alunos-Juízes participantes do 17.º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT – 2014

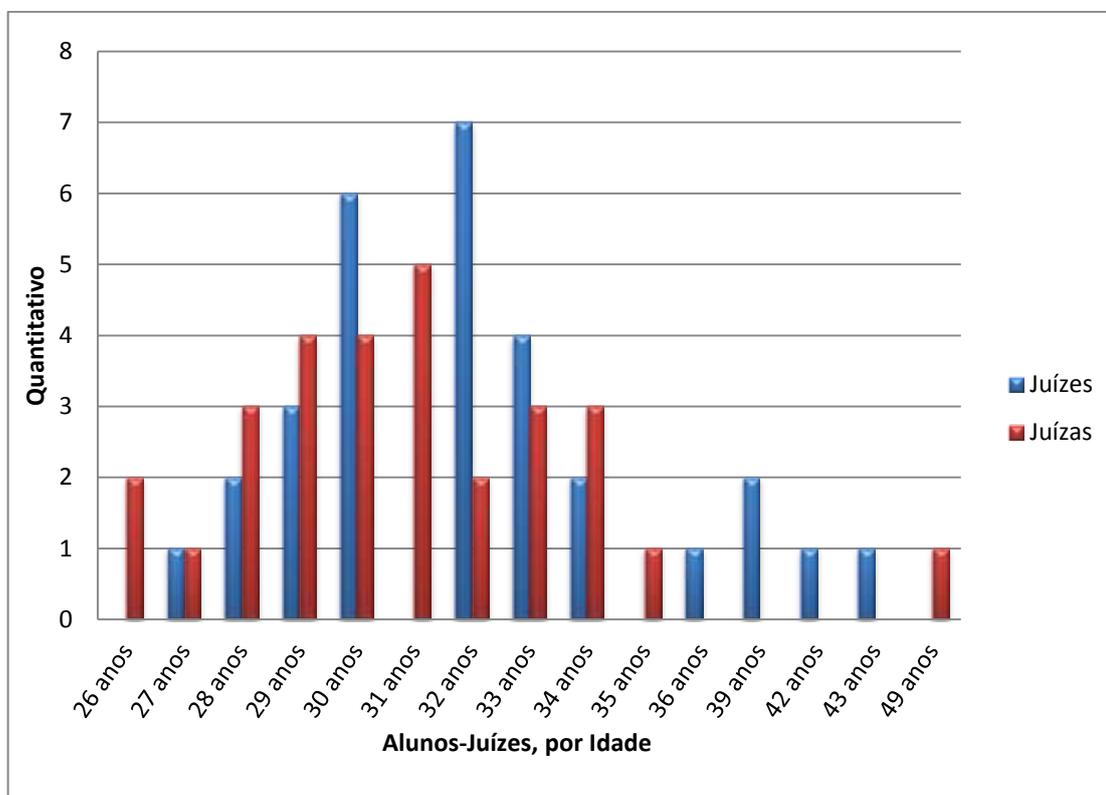
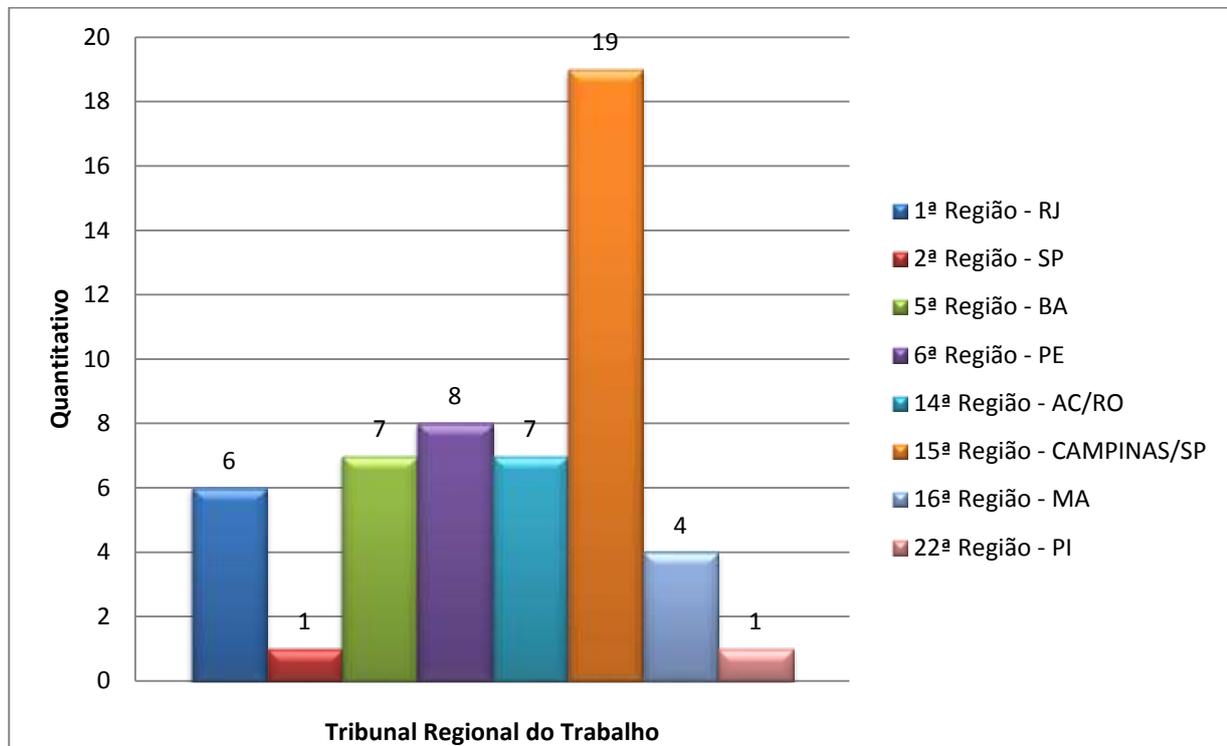


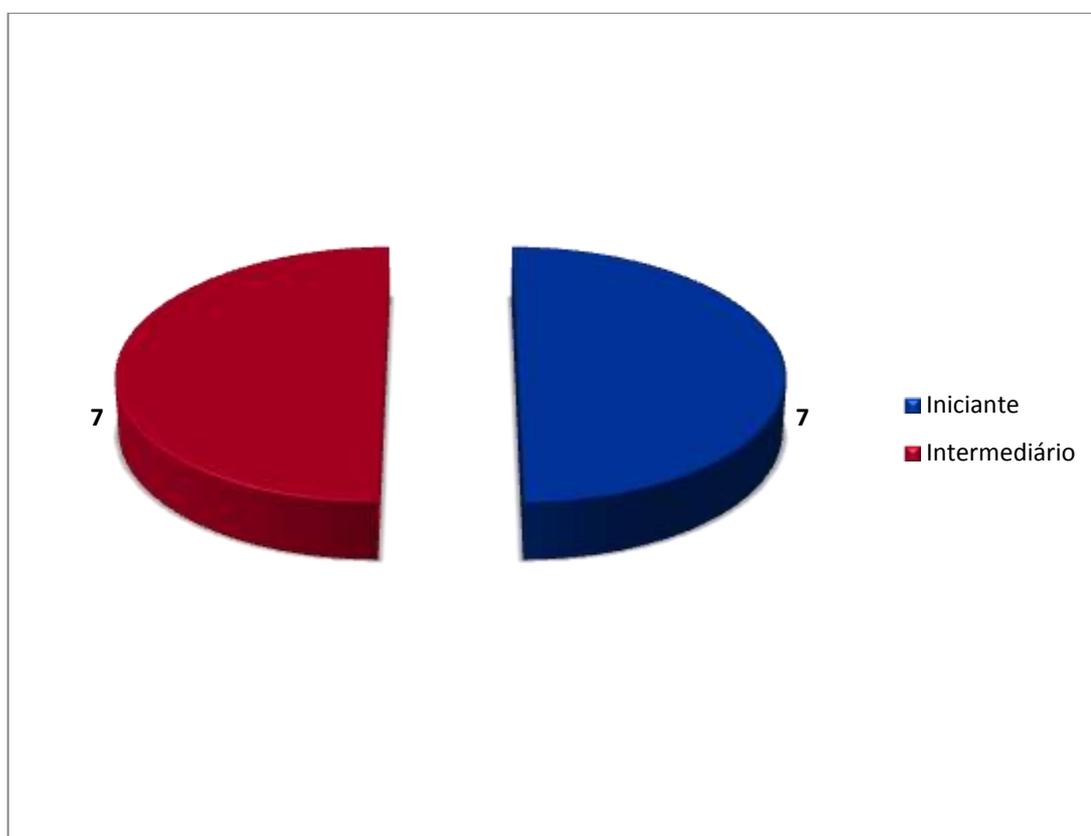
Gráfico 6 – Alunos-Juízes participantes do 17.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2014



***MODALIDADE PRESENCIAL***

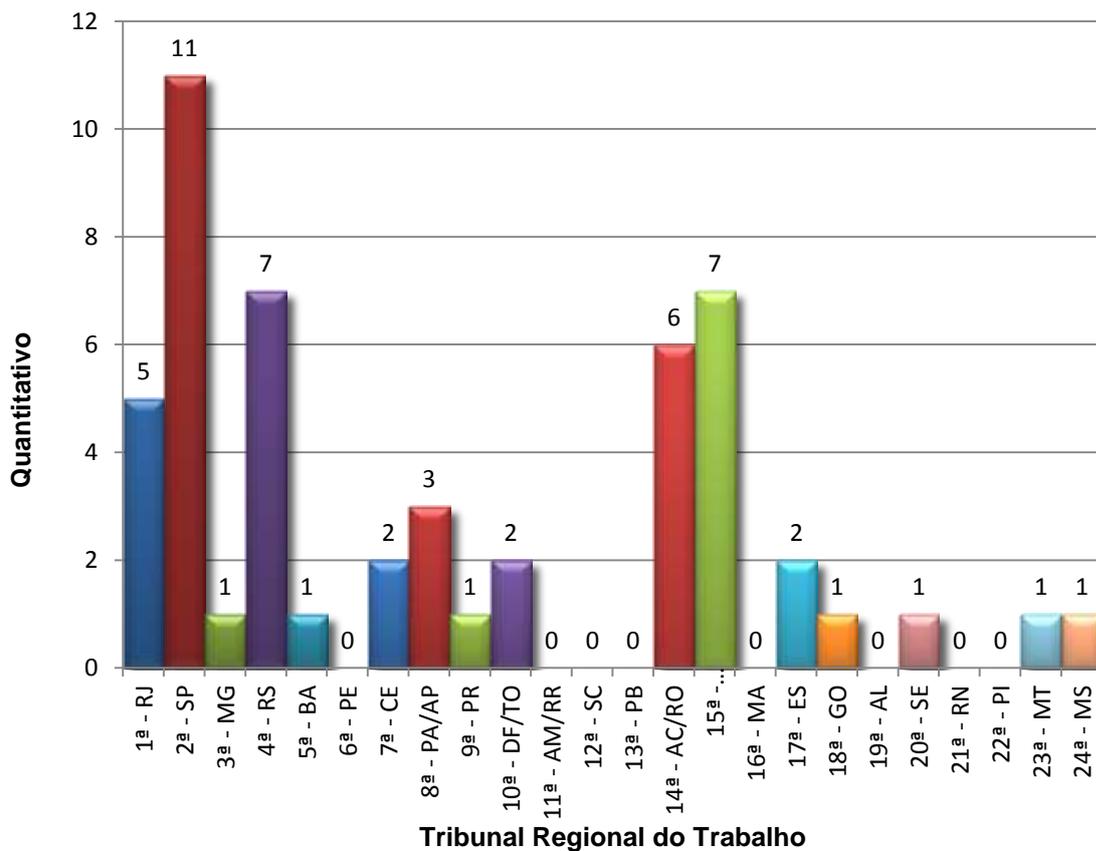
**LÍNGUA INGLESA PARA MINISTROS DO TST**

Gráfico 7 – Ministros do TST participantes do Curso de Formação Continuada em Língua Inglesa, modalidade presencial – ENAMAT – 2014



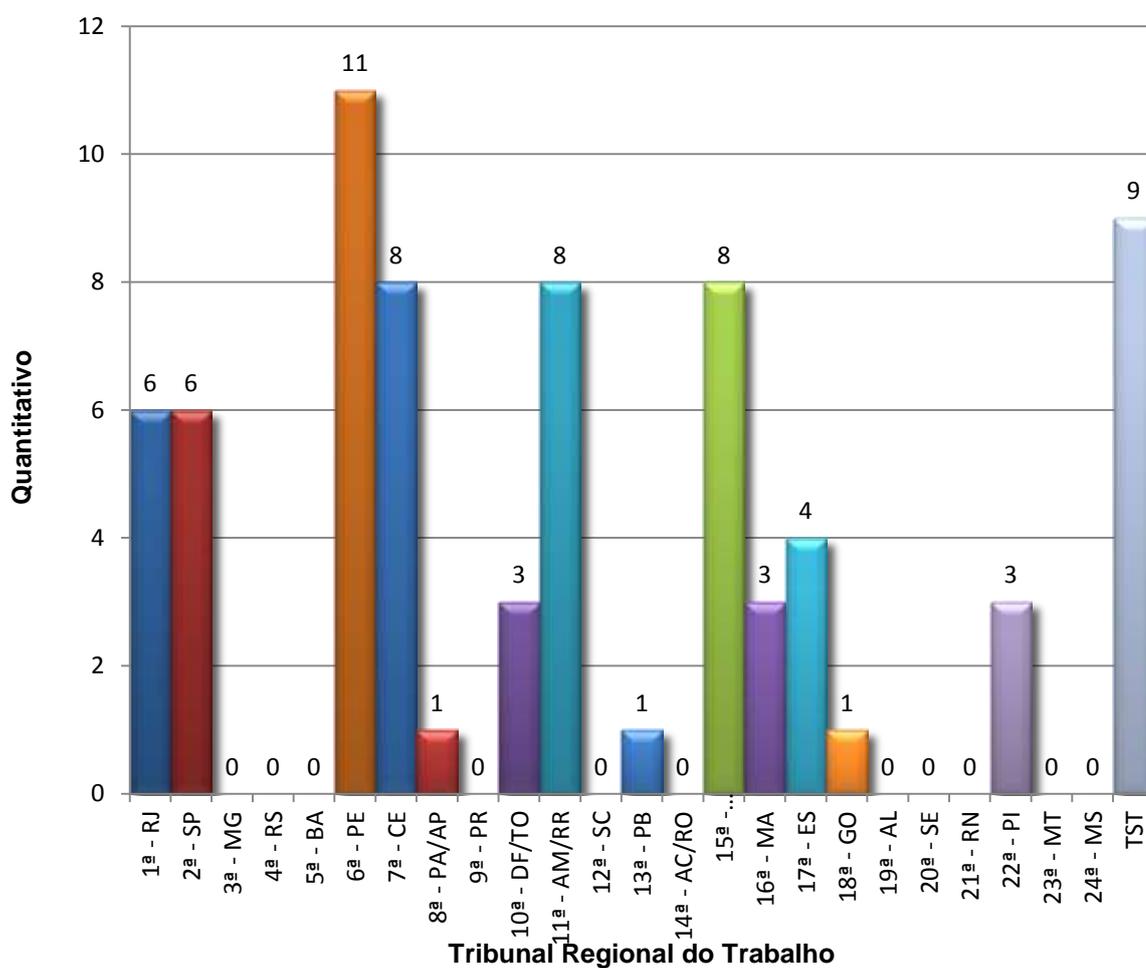
## TEMAS DE HERMENÊUTICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO

Gráfico 8 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho, modalidade presencial, por Região – ENAMAT – 2014



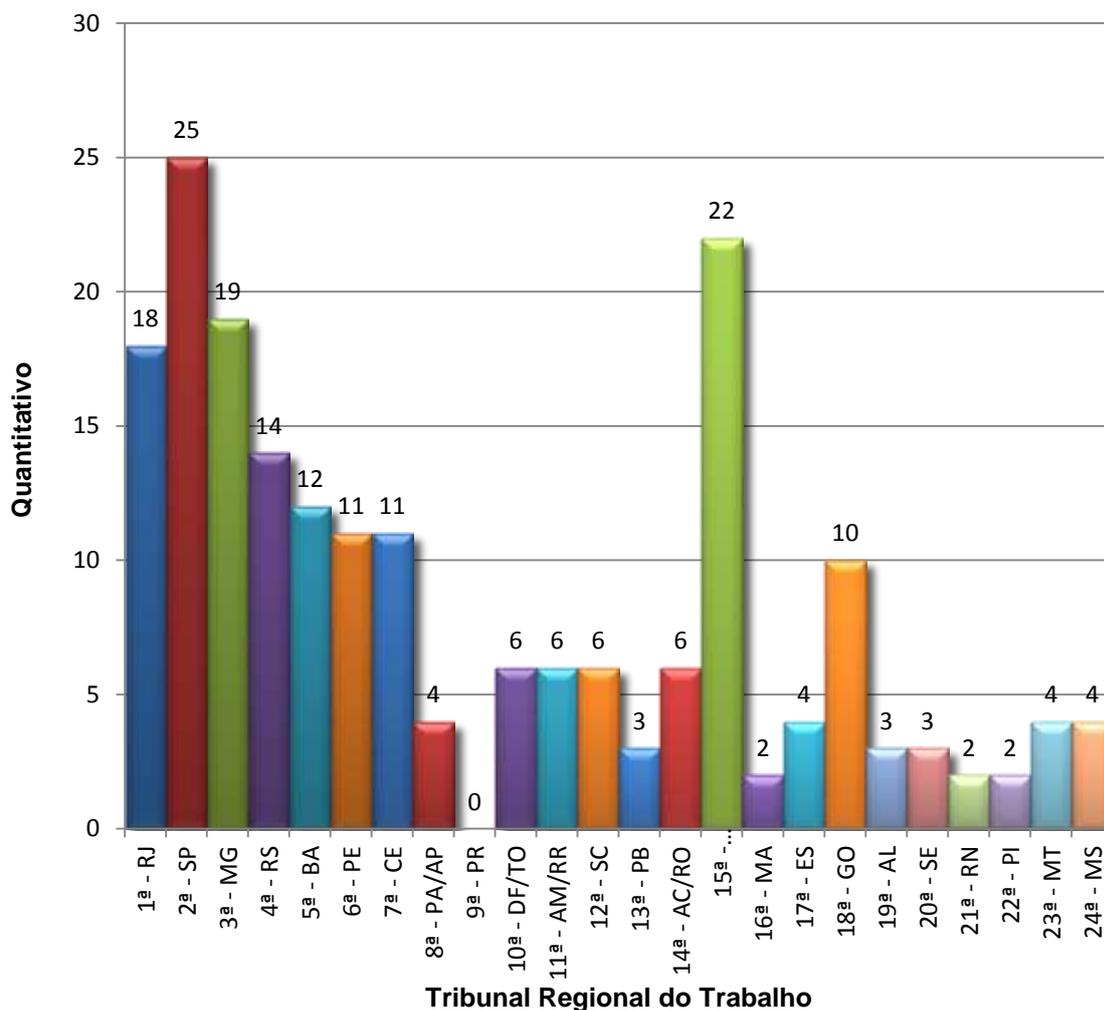
## PALESTRA: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS EM DIREITO DO TRABALHO

Gráfico 9 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada - Palestra: A Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho, modalidade presencial, por Região e TST – 2014



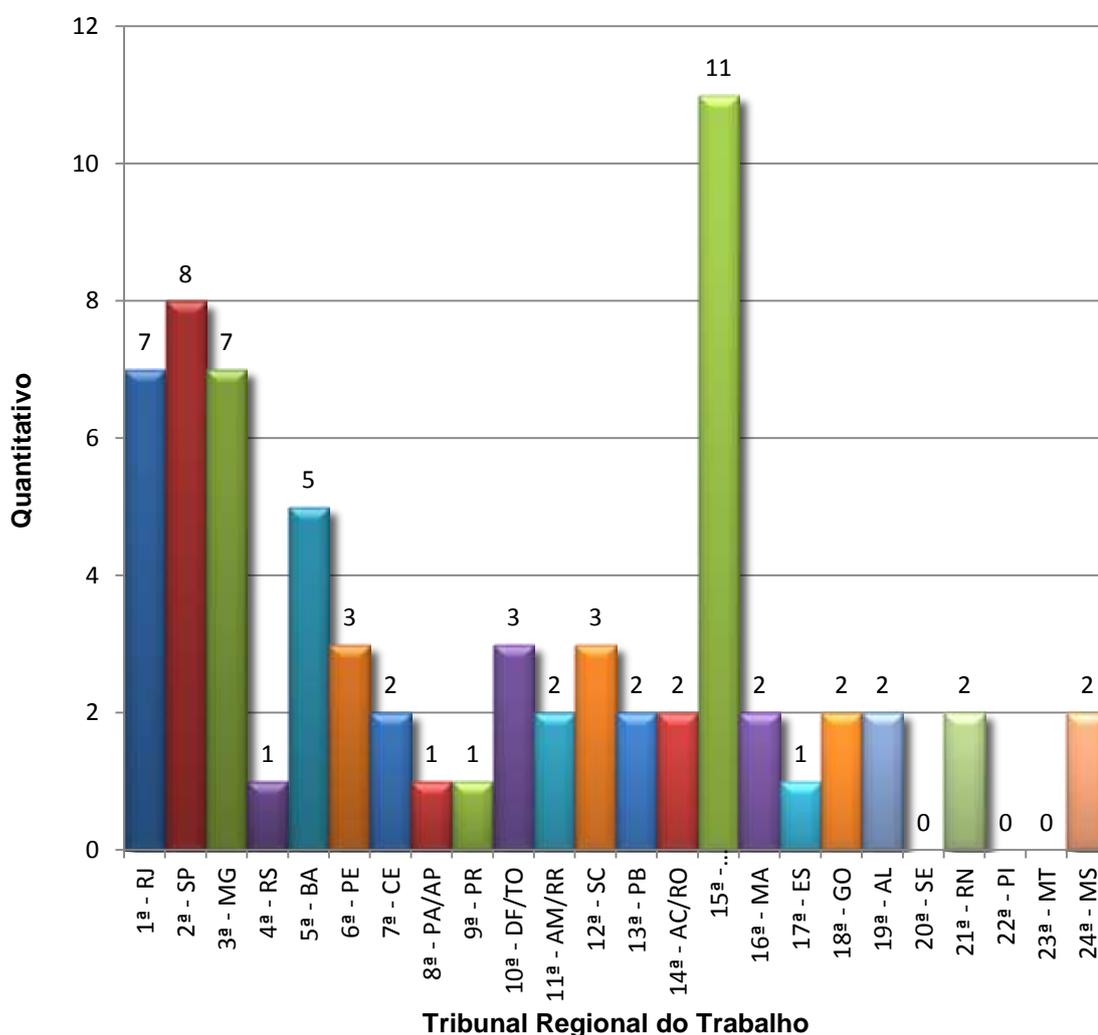
## SIMPÓSIO: O NOVO CPC E POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO

Gráfico 10 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada - Simpósio: O Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho, modalidade presencial, por Região – 2014



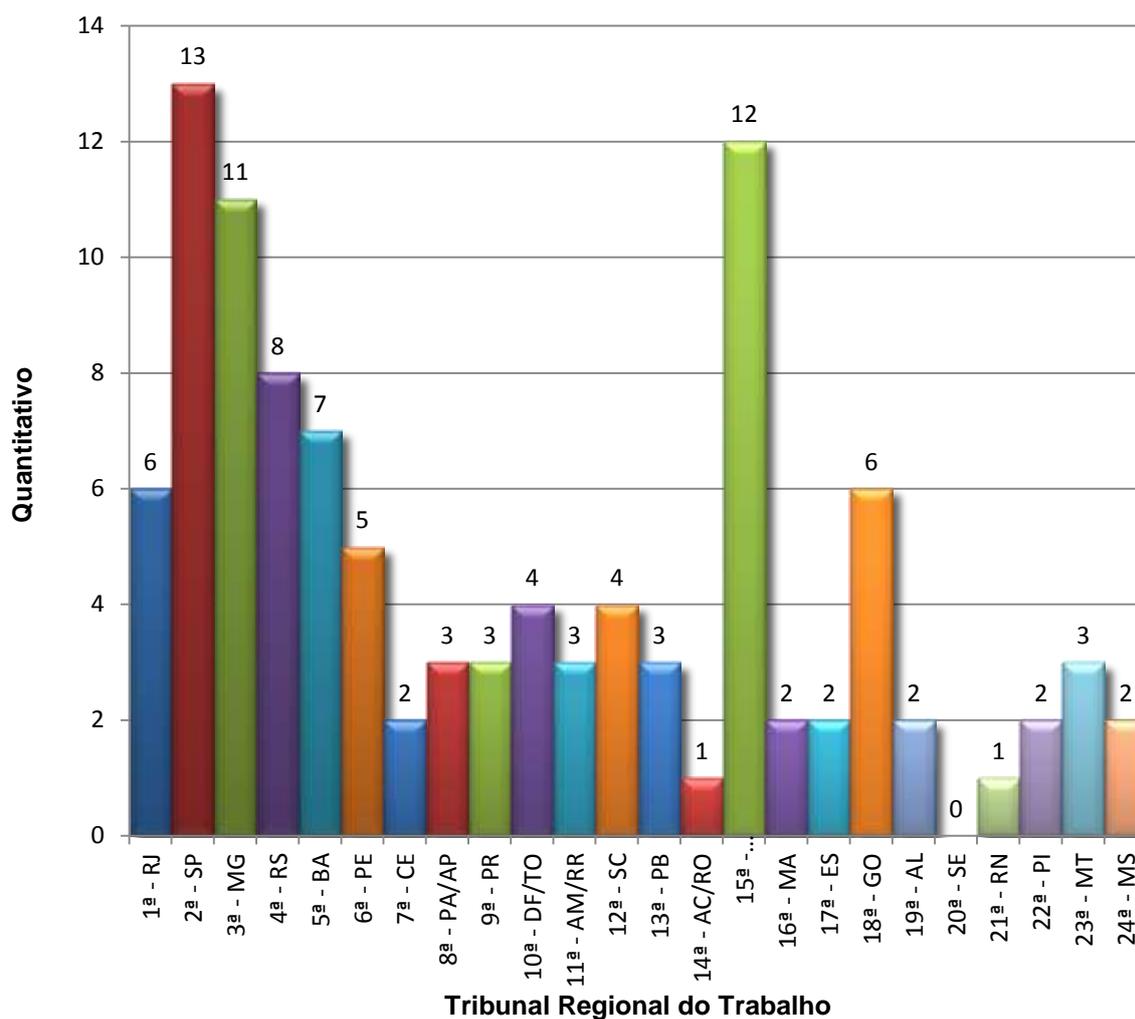
## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E TRATO NO EMPREGO E NA PROFISSÃO: INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA OIT E A SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

Gráfico 11 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Igualdade de Oportunidades e Trato no Emprego e na Profissão: Instrumentos Normativos da OIT e a sua Aplicação no Brasil, por Região – ENAMAT – 2014



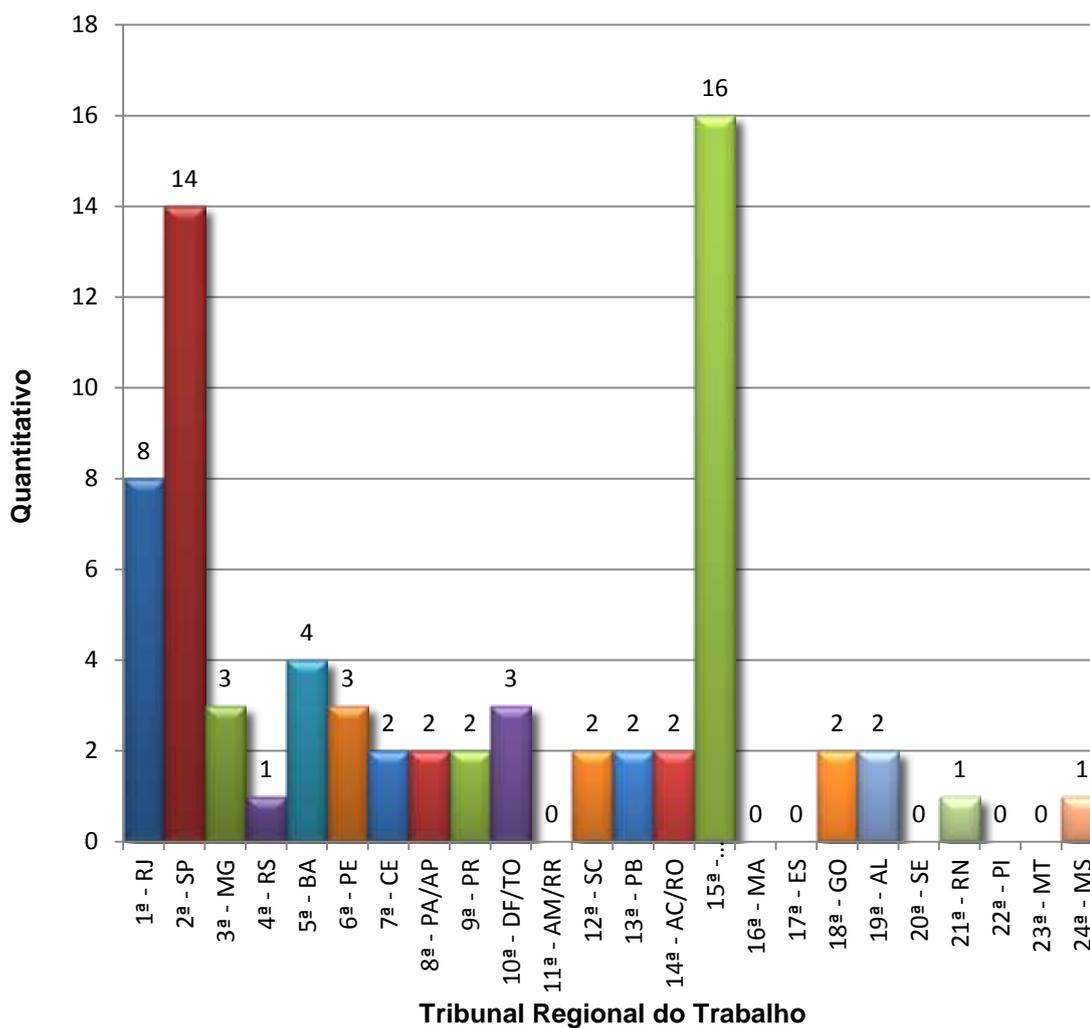
## CONGRESSO: PERFIL CONTEMPORÂNEO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO

Gráfico 12 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre o Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho, por Região – ENAMAT– 2014



## SEMINÁRIO: DIREITO DO TRABALHO COMPARADO: BRASIL/ARGENTINA/URUGUAI

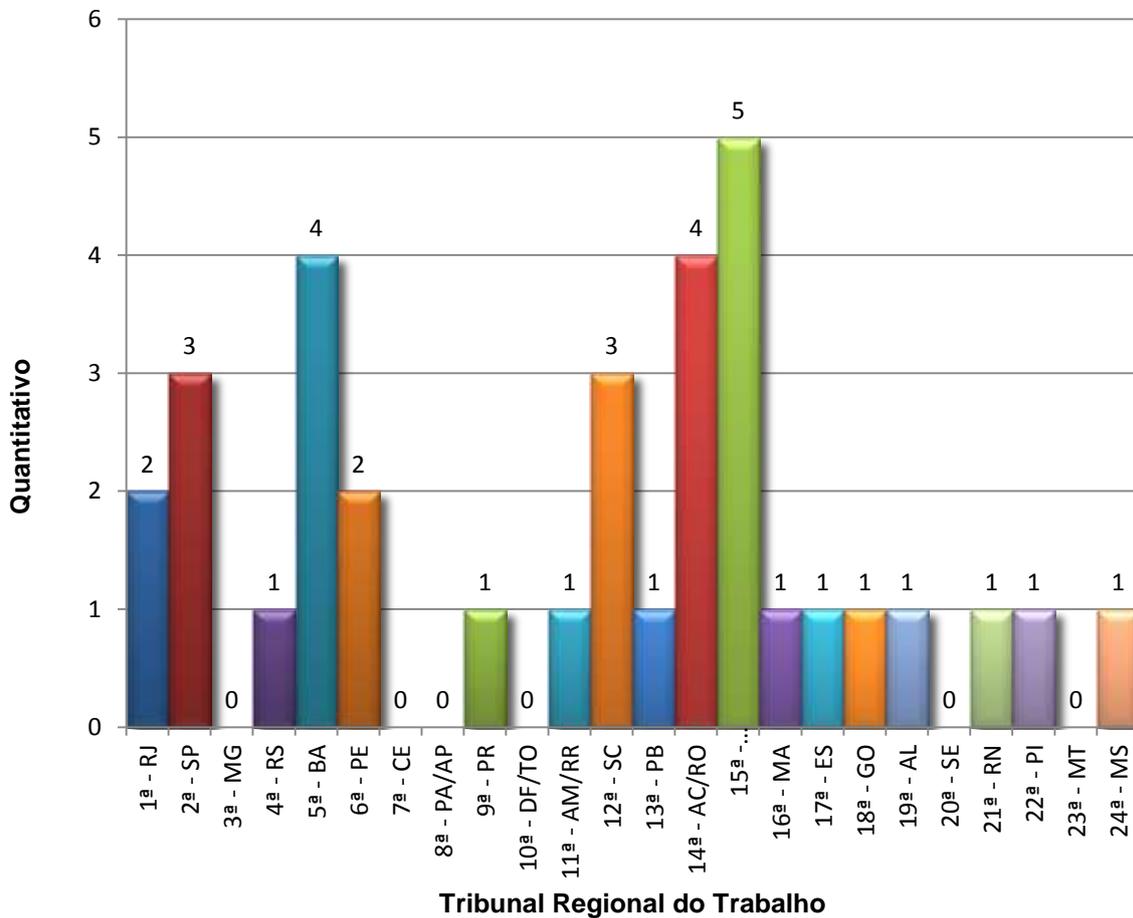
Gráfico 13 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada –  
Seminário sobre Direito do Trabalho Comparado:  
Brasil/Argentina/Uruguai, por Região – 2014



## MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

### TEMAS DE HERMENÊUTICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO, MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

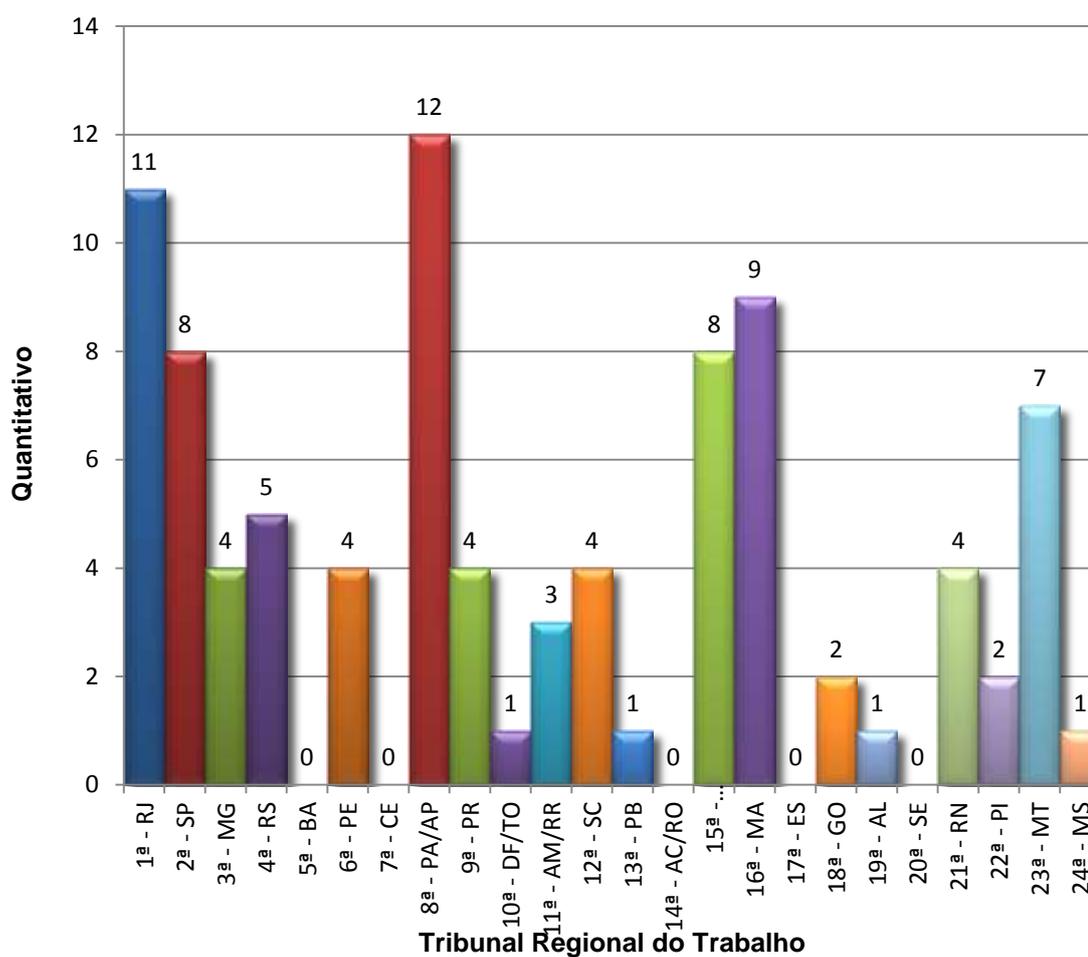
Gráfico 14 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Hermenêutica Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho - por Região – ENAMAT – 2014



## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

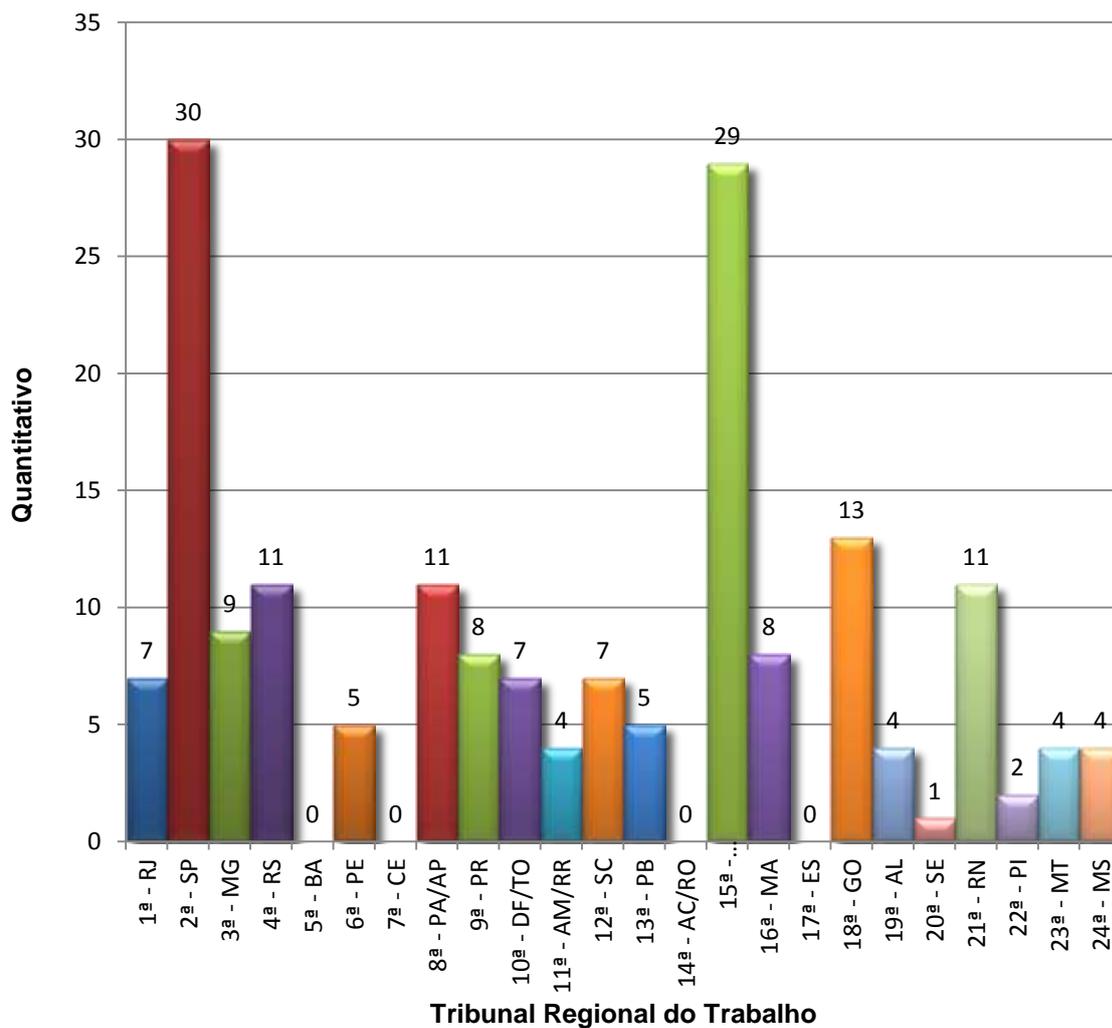
### ADMINISTRAÇÃO DE VARA DO TRABALHO

Gráfico 15 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, por Região – ENAMAT – 2014



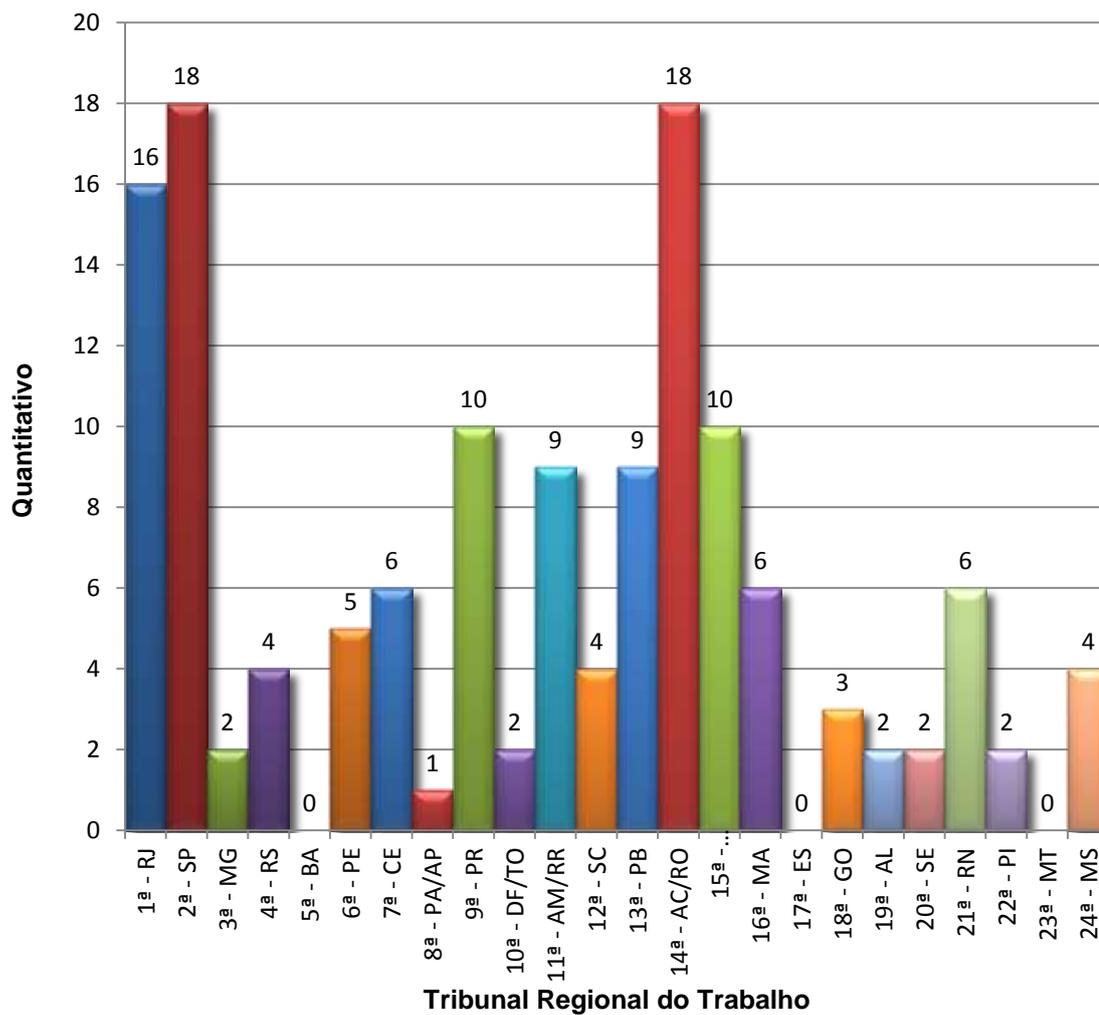
## TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Gráfico 16 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual, por Região – ENAMAT – 2014



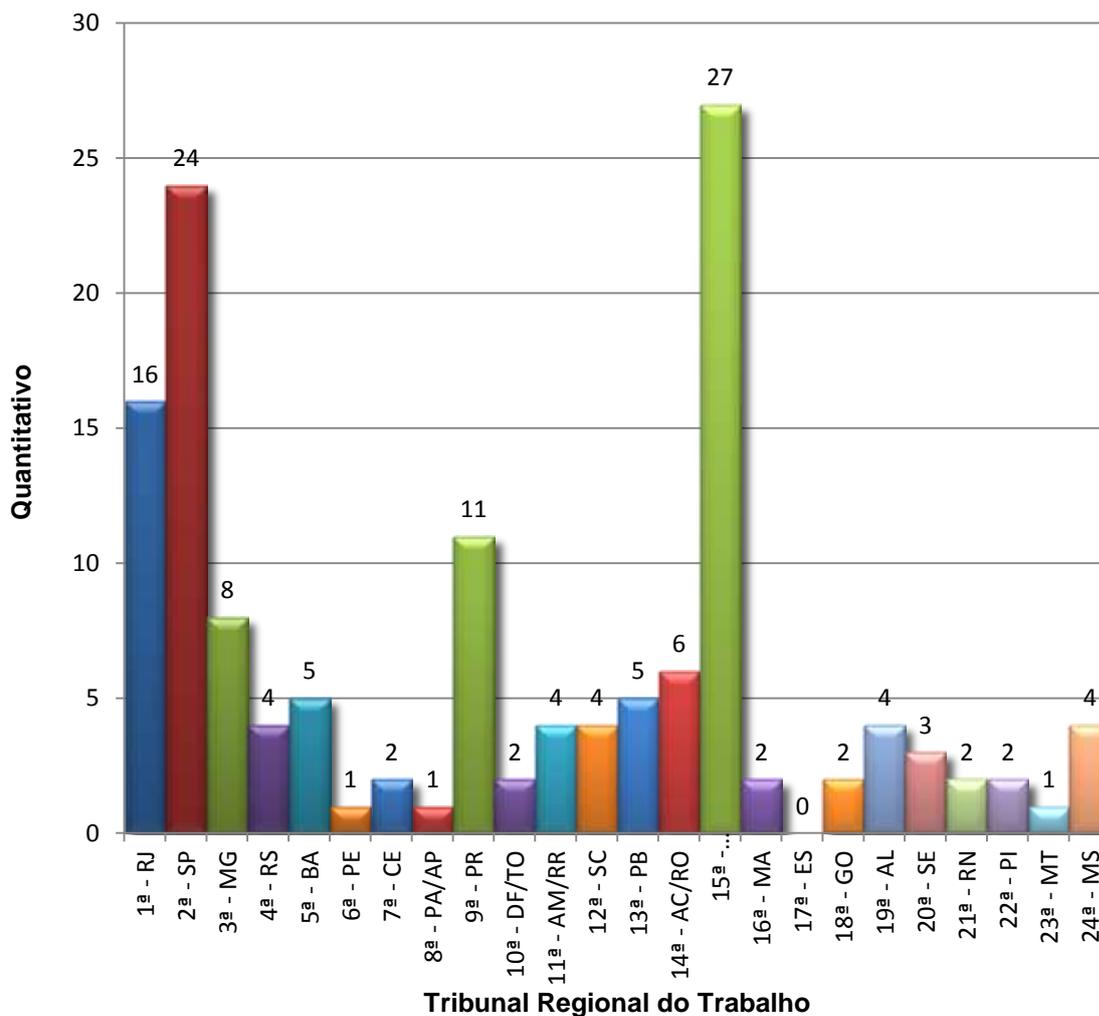
## EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Gráfico 17 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista, por Região – ENAMAT – 2014



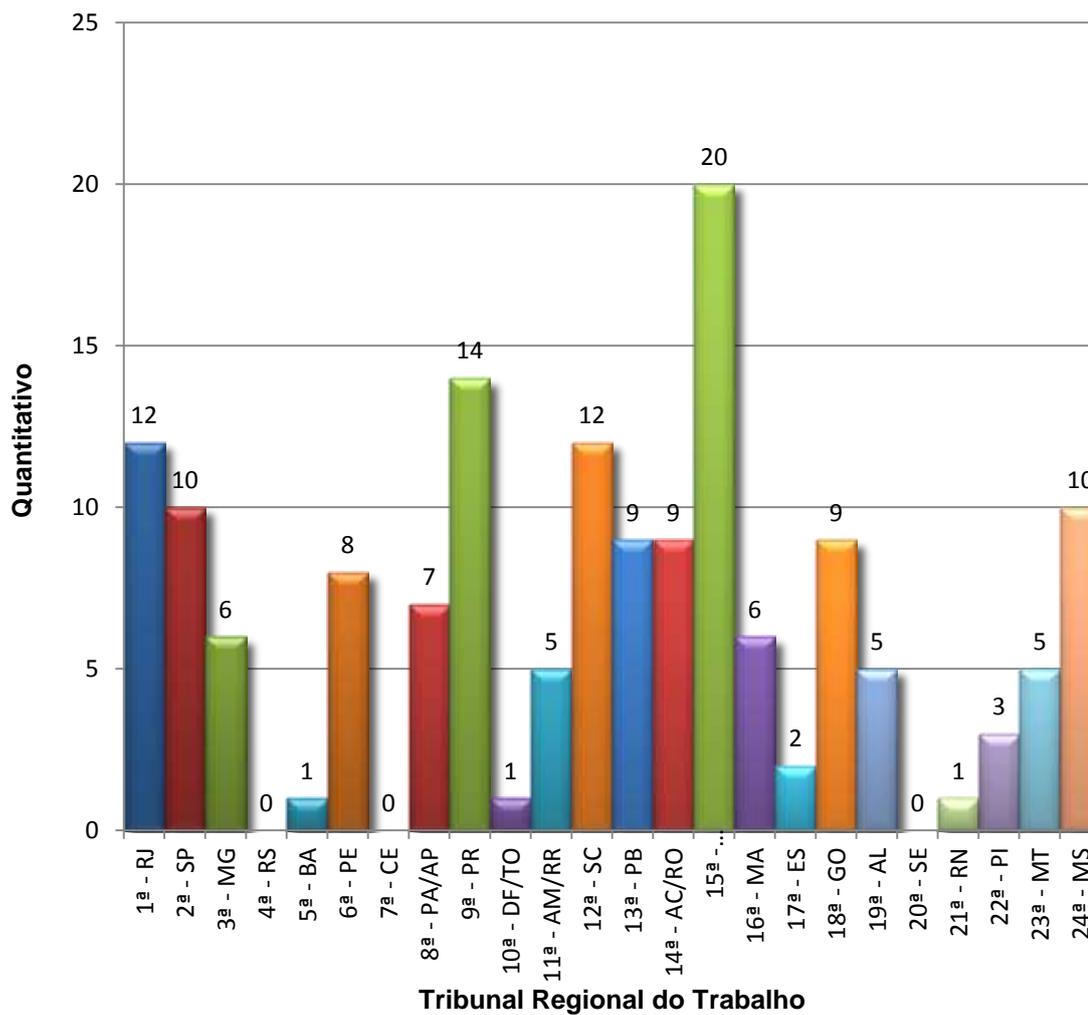
## TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO

Gráfico 18 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório, por Região – ENAMAT – 2014



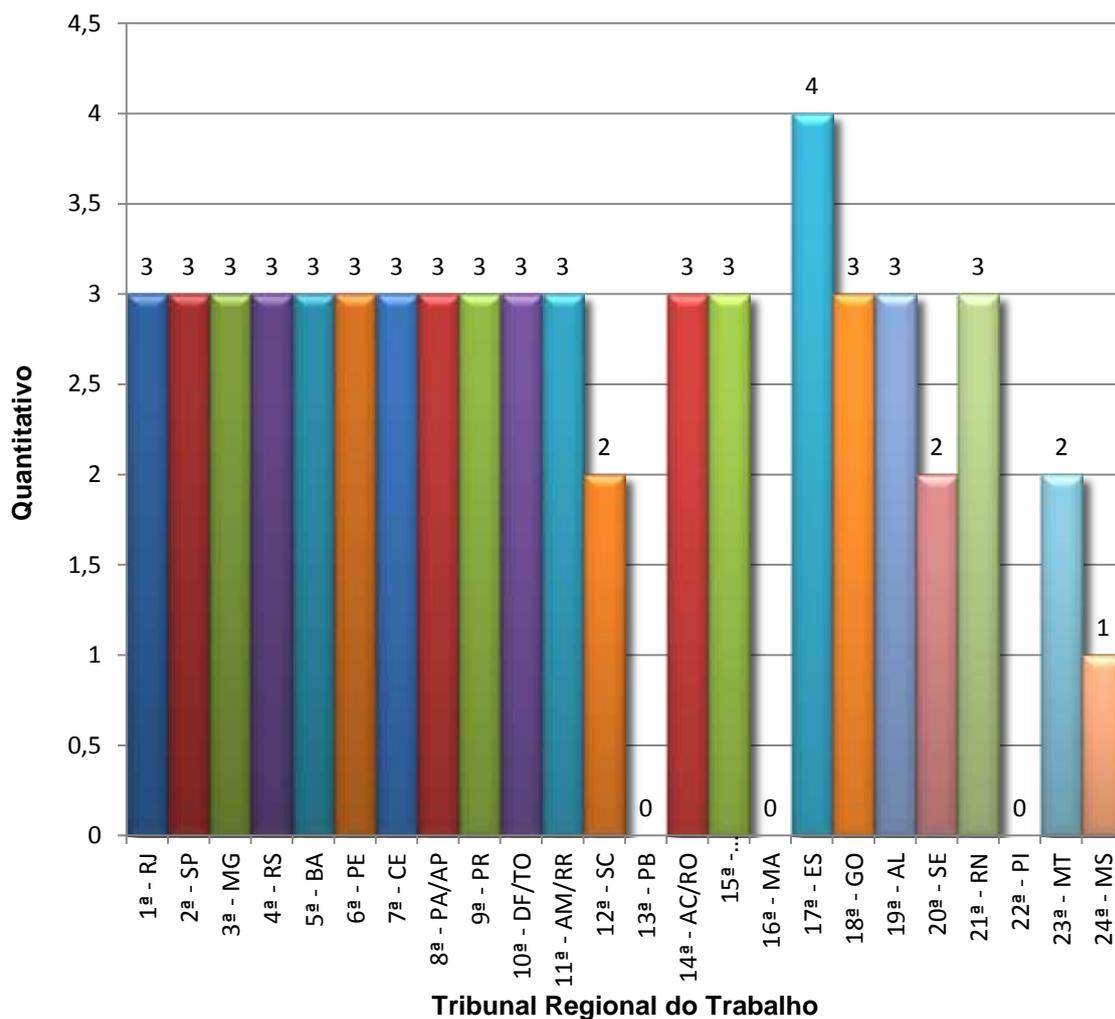
## A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Gráfico 19 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada - A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho por Região – ENAMAT – 2014



## O RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

Gráfico 20 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre o Relacionamento da Justiça com a Mídia, por Região – ENAMAT – 2014

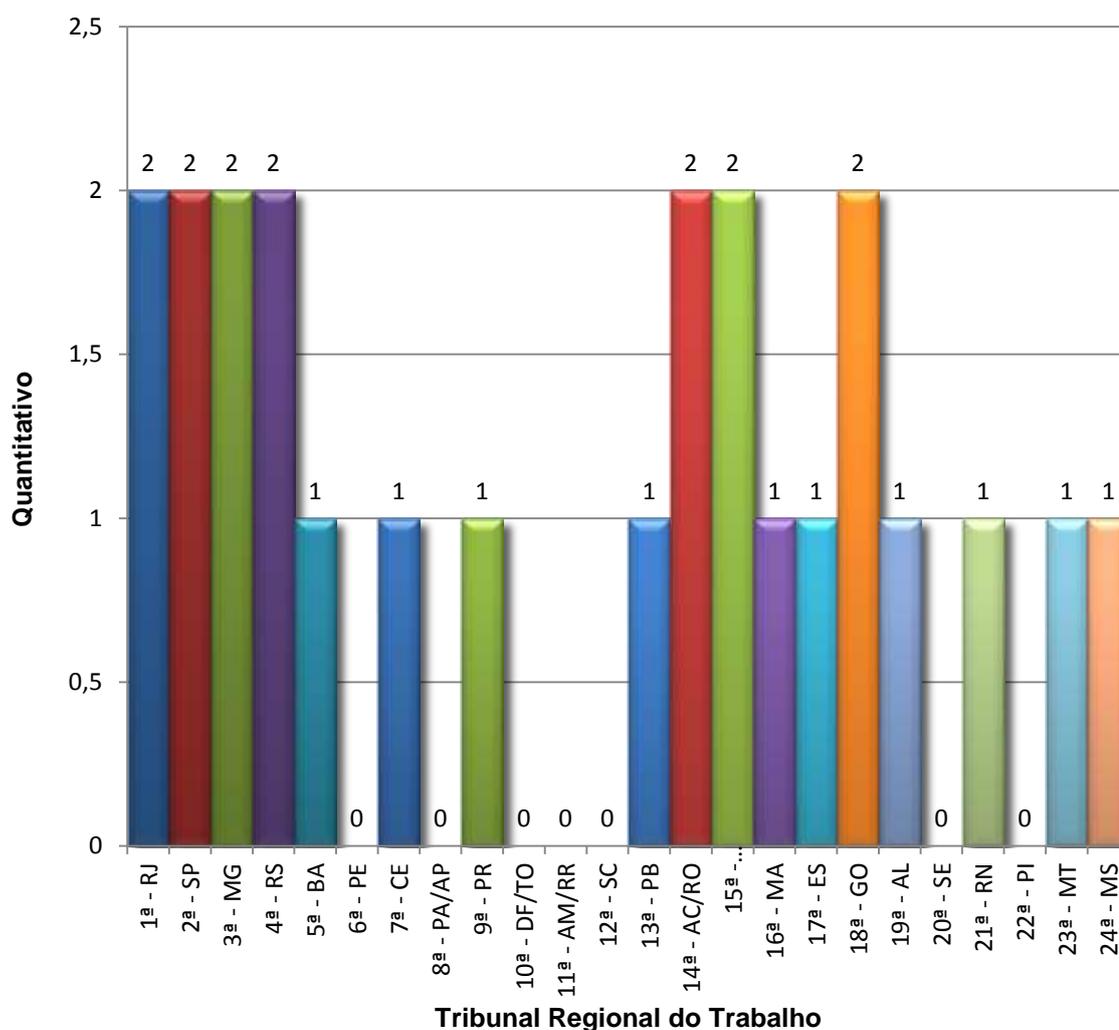


## Cursos de Formação de Formadores – CFF

### MODALIDADE PRESENCIAL

#### 3º CURSO INTERINSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES: ENM-FRANÇA/ENAMAT/EJ-TRT1

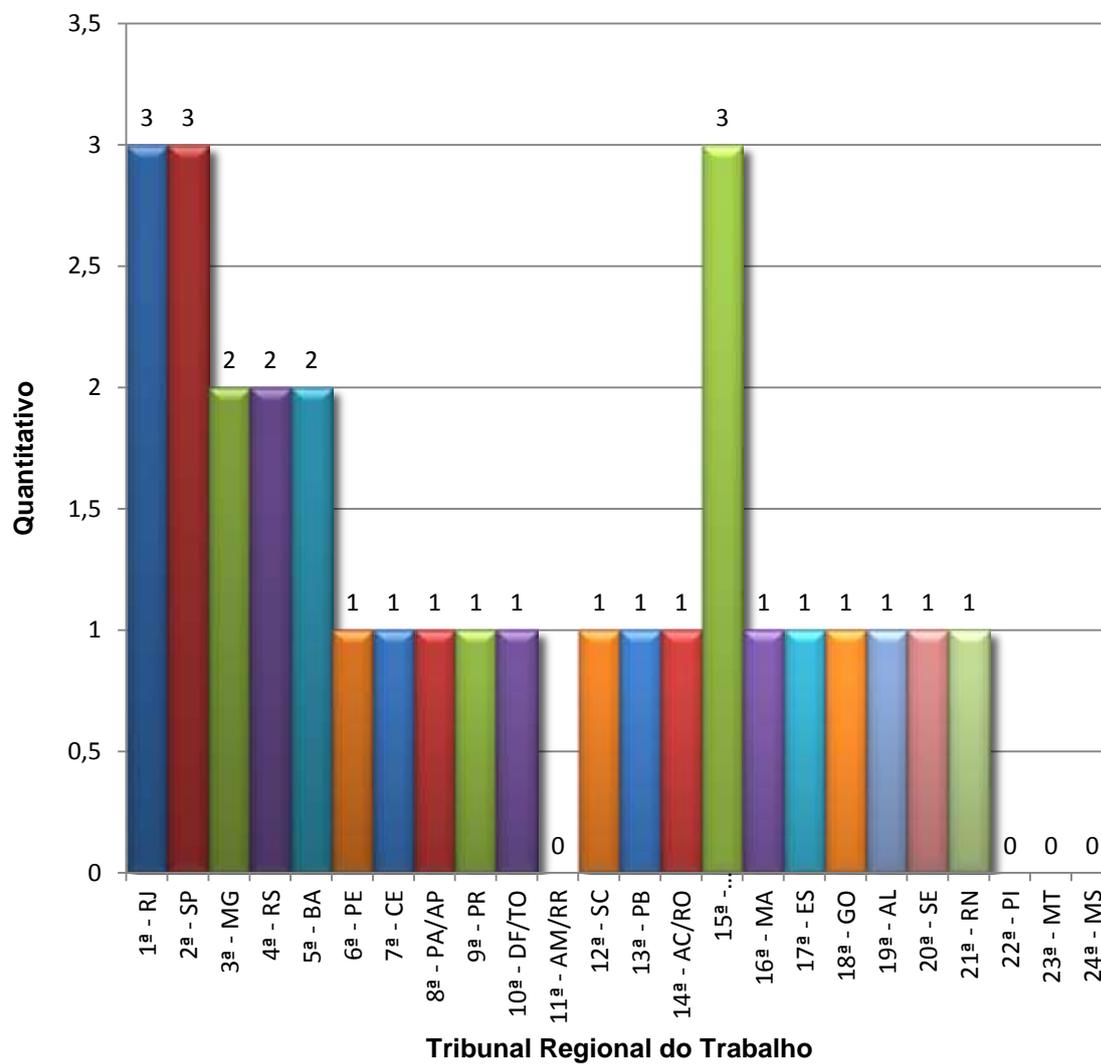
Gráfico 21 – Magistrados inscritos no 3º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/Enamat/EJ-TRT1, por Região – ENAMAT – 2014



## MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

### EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

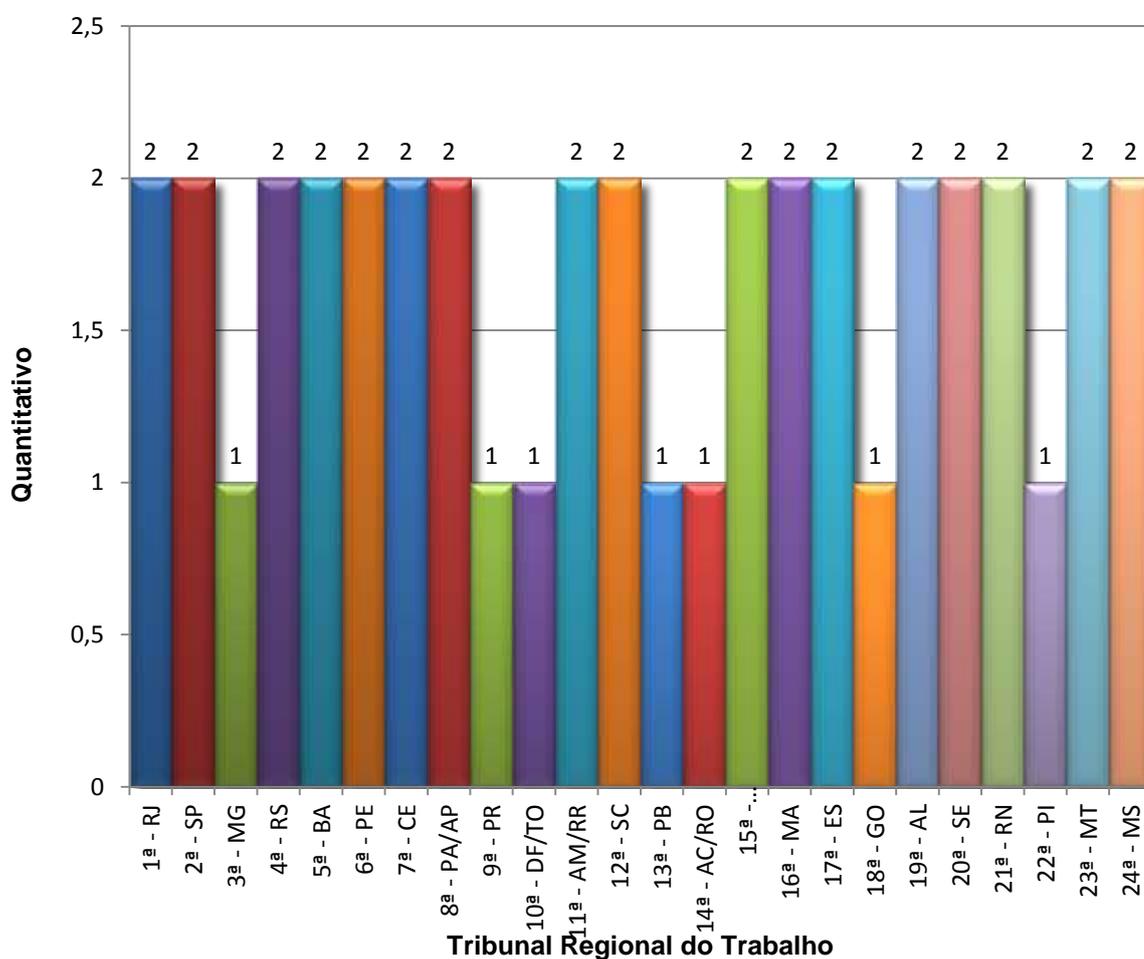
Gráfico 22 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância, por Região – ENAMAT – 2014



## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

### A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Gráfico 23 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores - A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho, por Região – ENAMAT – 2014



## Dados Gerais dos Cursos de Formação Inicial, em 2014

Gráfico 24 – Quantitativo de Inscrições nos **Cursos de Formação Inicial (CFI), por Região – ENAMAT – 2014**

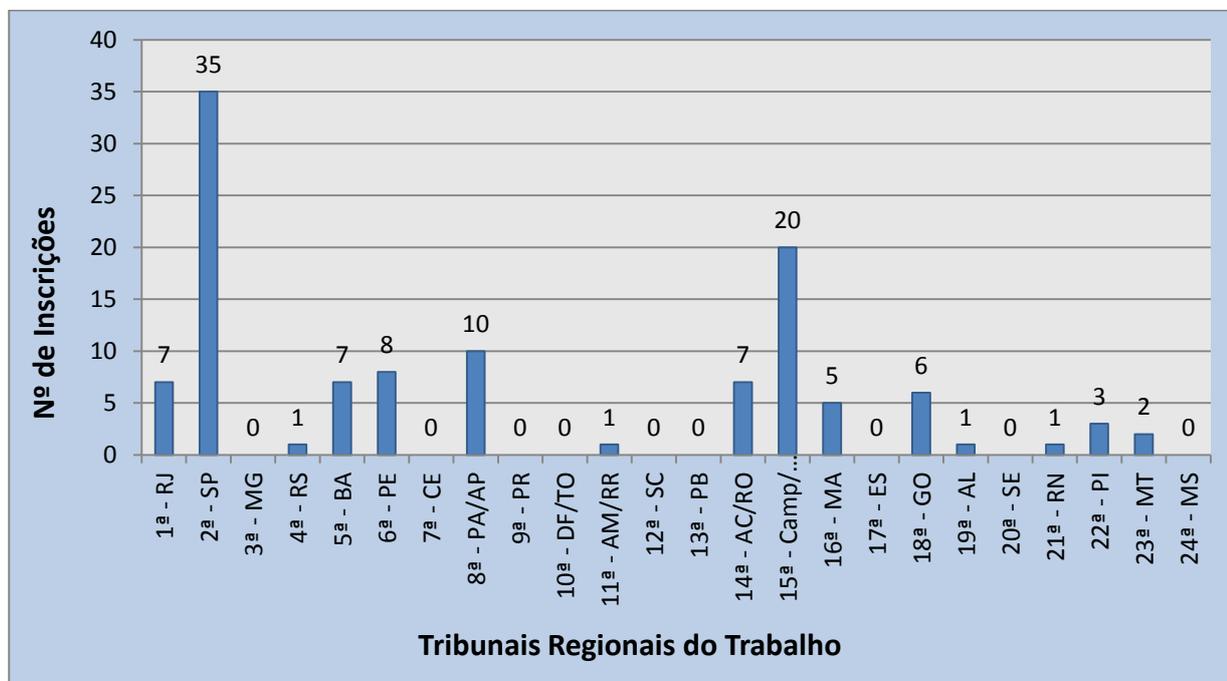
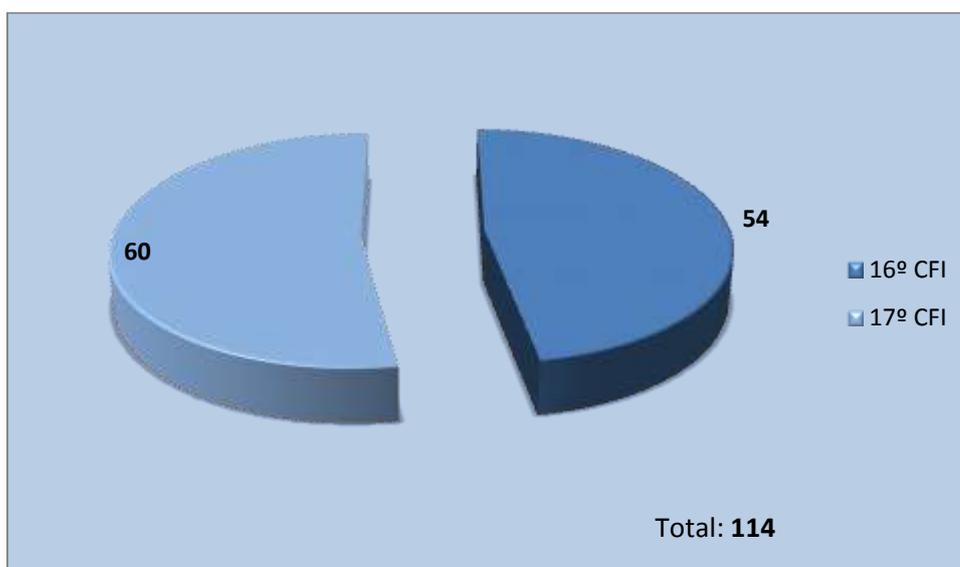


Gráfico 25 – Quantitativo de Inscrições nos **Curso de Formação Inicial (CFI), por Curso – ENAMAT – 2014**



## Dados Gerais dos Cursos de Formação Continuada, em 2014

Gráfico 26 – Quantitativo de Inscrições nos **Cursos de Formação Continuada (CFC), por Região** – ENAMAT – 2014

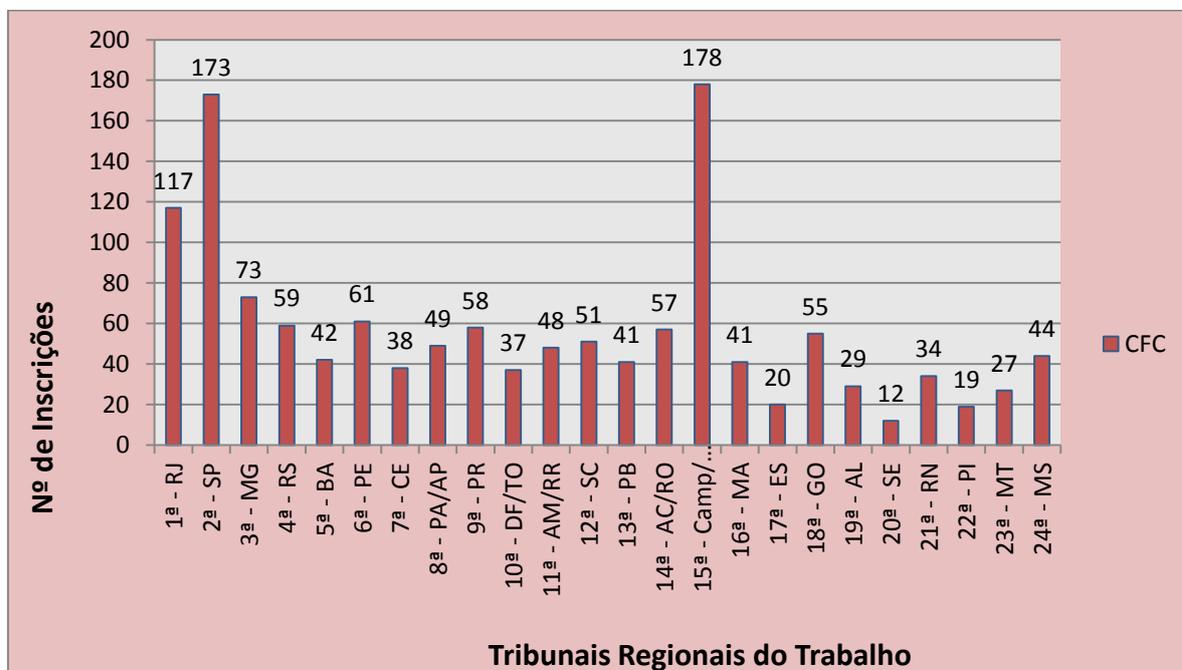
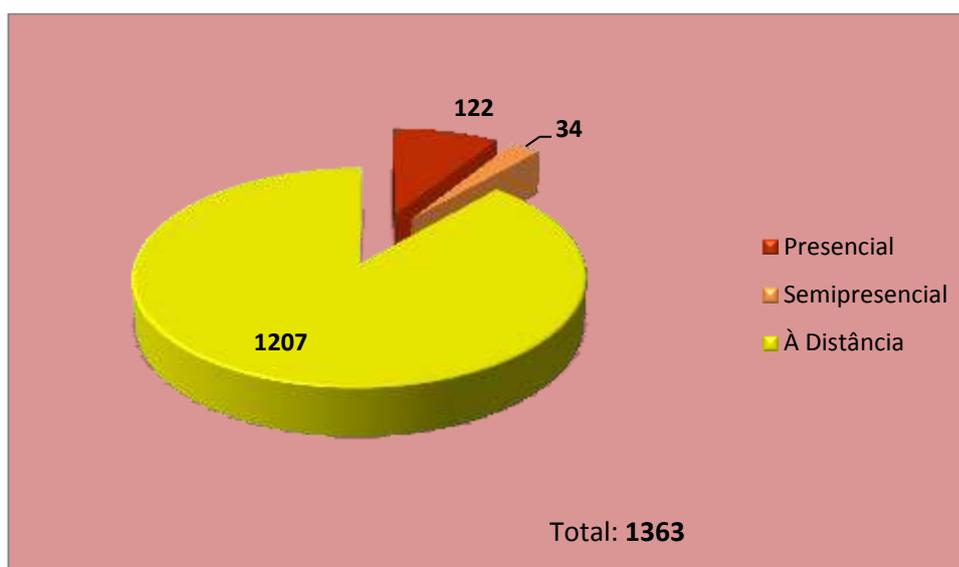


Gráfico 27 – Quantitativo de inscrições nos **Cursos de Formação Continuada (CFC), por Modalidade** – ENAMAT – 2014



## Dados Gerais dos Cursos de Formação de Formadores, em 2014

Gráfico 28 – Quantitativo de Inscrições nos **Cursos de Formação de Formadores (CFF)**, por Região – ENAMAT – 2014

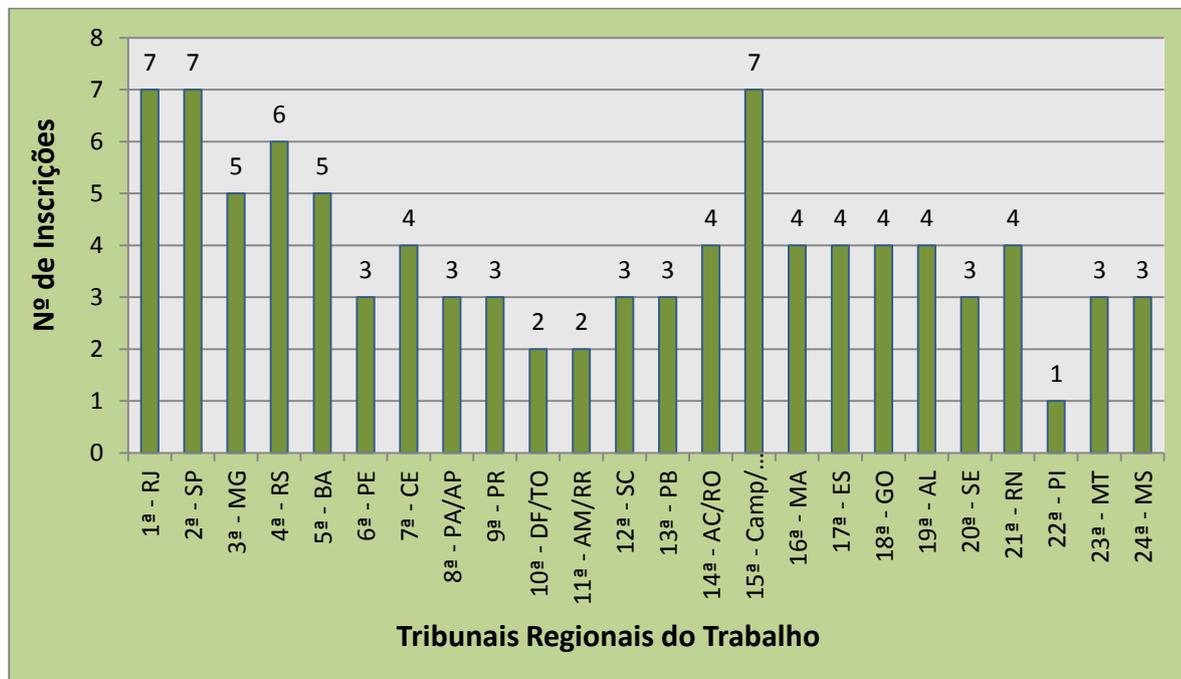
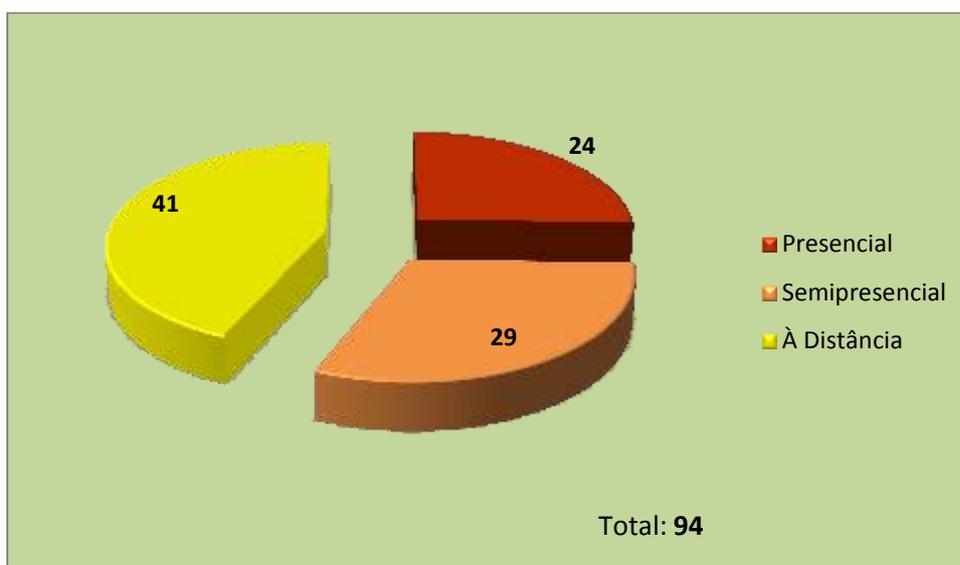


Gráfico 29 – Quantitativo de inscrições nos **Cursos de Formação de Formadores (CFF)**, por Modalidade – ENAMAT – 2014



## Dados Gerais de 2014

### Dados Gerais dos Cursos realizados pela ENAMAT, em 2014

Gráfico 30 – Quantitativo de Inscrições nos cursos oferecidos pela ENAMAT, por Região – 2014

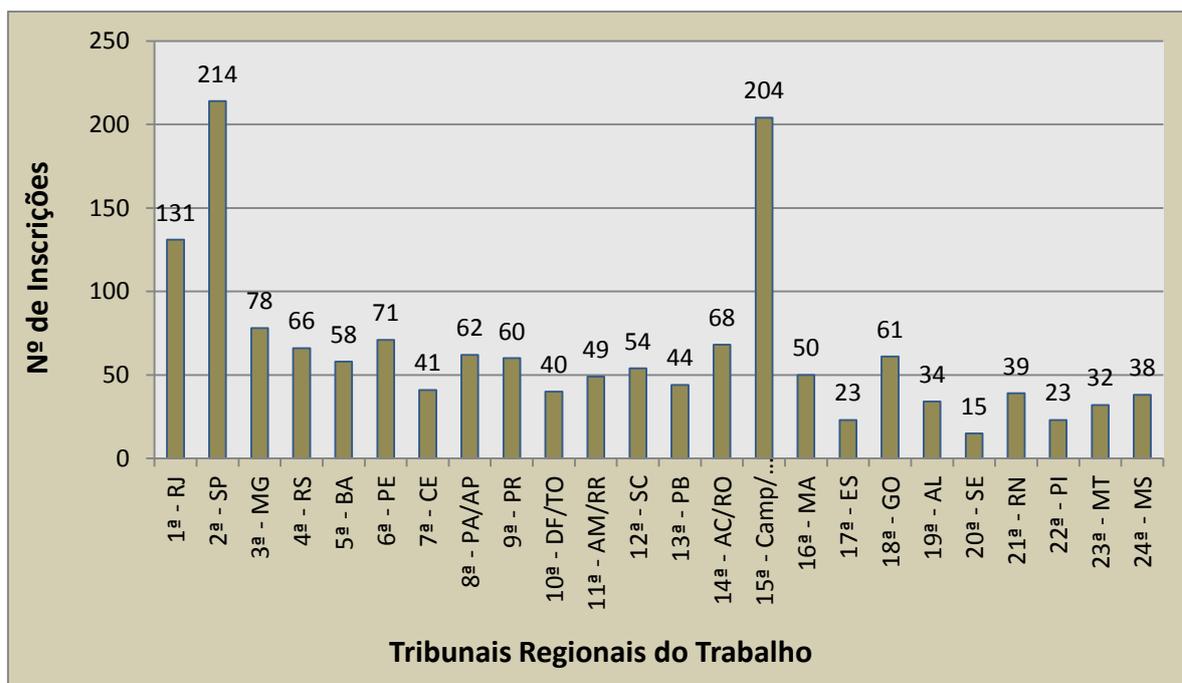


Gráfico 31 – Quantitativo de inscrições nos cursos oferecidos pela ENAMAT, por Tipo de Curso – 2014

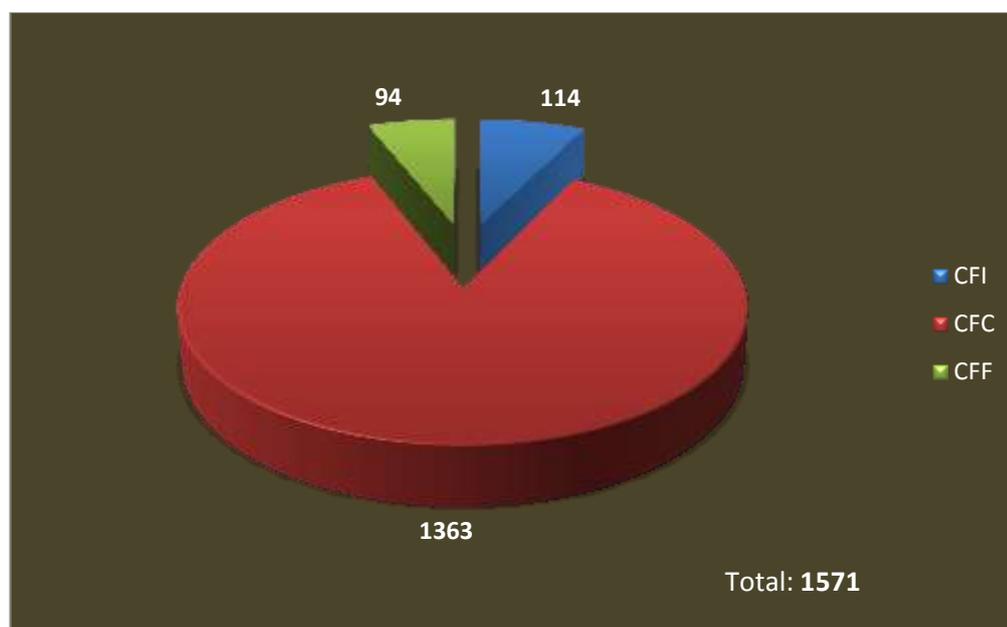
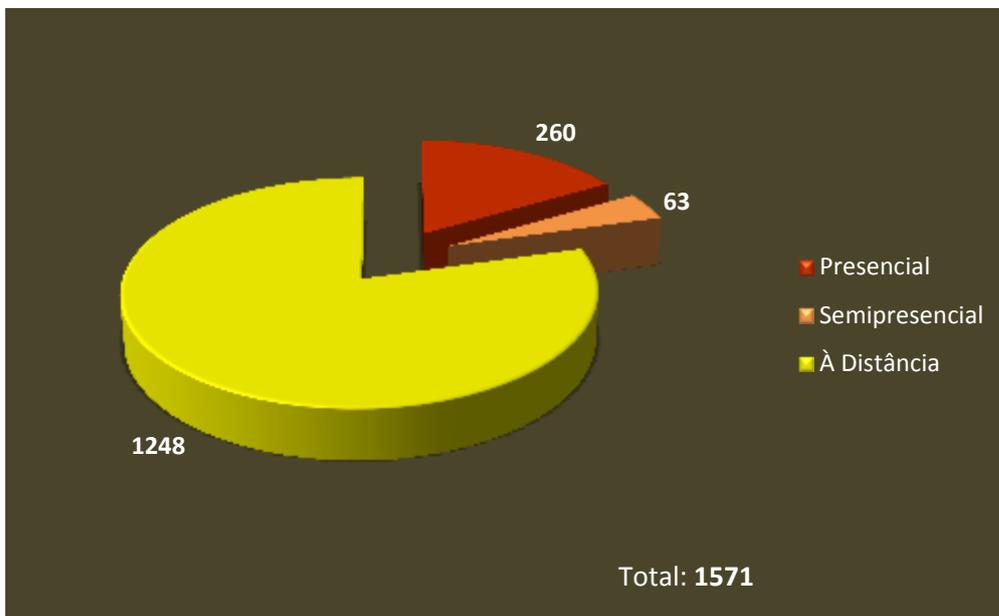


Gráfico 32 – Quantitativo de inscrições nos cursos oferecidos pela ENAMAT, por Modalidade – 2014



# **EQUIPE DA ENAMAT**

## **Subsecretária Administrativo-Acadêmica**

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

## **Assessores da Direção da ENAMAT**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

José Valmir Santos Filho

## **Assistente da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica**

Marizaura Augusto da Glória

## **Servidores**

Ângela de Hariel Alves de Farias Pinheiro

Arturo Buzzi Filho

Ben Hur Lopes de Oliveira

Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins

Claudia Maria dos Santos Valente

Edson Ribeiro de Souza

Eugenia Clemente de Oliveira

Fábio Soares Viana

Janete Chaves

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Joyce Ataide de Castro Martins

Maria Esther Gondim Brandão

Michelle Santos Lobo

Roberto Ayrosa Pereira

Tatiana Serpa Guedes

**Editor de Imagens**

Rodrigo de Castro Reys

**Estagiários**

Fernando Pereira Ribeiro

João Victor Passos Esbaltar

Joyce Silva dos Santos

**Recepcionista**

Josuene Guimarães Soares

**Garçom**

Ronaldo Diniz Souza Júnior

# COLABORADORES DA ENAMAT

A ENAMAT contou com a valiosa colaboração de servidores de diversas unidades do Tribunal Superior do Trabalho para a execução dos cursos de formação, aos quais apresenta agradecimentos pela presteza e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

## **Unidades**

Coordenadoria de Apoio aos Ministros (CAMIN)

- Divisão de Apoio aos Ministros (DIAA)

Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG)

- Reprografia e gráfica

Coordenadoria de Rádio e TV (CRTV)

Coordenadoria de Saúde (CSAUD)

Coordenadoria de Segurança e Transporte (CSET)

Divisão de Apoio e Registros Taquigráficos (DART)

Secretaria de Comunicação Social (SECOM, em especial à servidora Fernanda Sampaio, Mestre de Cerimônia)

## **Fotografias**

Aldo Dias

Fellipe Sampaio

Najara Araújo





**ONDE A JUSTIÇA VAI À ESCOLA**

Impressão e acabamento:  
Coordenadoria de Material e Logística  
Tribunal Superior do Trabalho